

Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 11, número 1 (2020)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## A Violência Doméstica Vivenciada no Espaço Geográfico pelo Corpo Feminino: Uma Análise sobre o Movimento de Mulheres em São Gonçalo

*La Violencia Doméstica Experimentada en el Espacio  
Geográfico por el Cuerpo Femenino: Un Análisis del  
Movimiento de Mujeres en São Gonçalo*

*Domestic Violence Experienced in the Geographical  
Space by the Female Body: An Analysis of the  
Women's Movement in São Gonçalo*

**Carolina da Silva Santos**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Brasil  
carolinasantos90@gmail.com

Como citar este artigo:

SANTOS, Carolina da Silva. A Violência Doméstica Vivenciada no Espaço Geográfico pelo Corpo Feminino: Uma Análise sobre o Movimento de Mulheres em São Gonçalo. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 60 - 76, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# A Violência Doméstica Vivenciada no Espaço Geográfico pelo Corpo Feminino: Uma Análise sobre o Movimento de Mulheres em São Gonçalo

*La Violencia Doméstica Experimentada en el Espacio Geográfico por el Cuerpo Femenino: Un Análisis del Movimiento de Mujeres en São Gonçalo*

*Domestic Violence Experienced in the Geographical Space by the Female Body: An Analysis of the Women's Movement in São Gonçalo*

## Resumo

O presente trabalho teve como objetivo analisar a perspectiva do corpo feminino que vivencia ou sofreu com a violência doméstica e familiar na cidade de São Gonçalo - RJ. A opção teórica apreende o corpo como escala geográfica, em que a casa é utilizada como uma referência espacial da violência, tornando-se, diante disso, um marcador de/em espaço de luta. A metodologia envolve a análise de dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro – ISP em diálogo com bibliografias atinentes ao tema, e também em contato com as experiências praticadas no âmbito do Movimento de Mulheres em São Gonçalo (MMSG). Trazer a perspectiva deste movimento é uma forma de potencializar a ação protetiva e colaborativa entre as mulheres e fortalecer o sentido da luta. O desafio, portanto, é trazer a realidade empírica sobre a violência doméstica e familiar, articulando ao debate mais geral do feminismo no Brasil, dos tipos de violência de gênero, e das potencialidades de leitura geográficas do fenômeno.

Palavras-Chave: Geografia; Violência contra Mulher; Violência; Corpo Feminino; Movimento de Mulheres.

## Resumen

Este estudio tuvo como objetivo analizar la perspectiva del cuerpo femenino que experimenta o sufre violencia doméstica y familiar en la ciudad de São Gonçalo - RJ. La opción teórica comprende el cuerpo como una escala geográfica, en la que la casa se utiliza como referencia espacial de la violencia, convirtiéndose, antes de eso, en un marcador de/en un espacio de lucha. La metodología usa el análisis de datos del Instituto de Seguridad Pública de Río de Janeiro - ISP en diálogo con bibliografías relacionadas con el tema, y también en contacto con las experiencias practicadas en el ámbito del Movimiento de Mujeres en São Gonçalo (MMSG). Traer la perspectiva de este movimiento es una forma de mejorar la acción protectora y colaborativa entre las mujeres y fortalecer el sentido de lucha. El desafío, por lo tanto, es traer la realidad empírica sobre la violencia doméstica y familiar, articulando el debate más general del feminismo en Brasil, los tipos de violencia de género y el potencial de lectura geográfica del fenómeno.

Palabras-Clave: Geografía; Violencia contra las mujeres; Violencia; Cuerpo femenino; Movimiento de mujeres.

Carolina da Silva Santos



### **Abstract**

This study aimed to analyze the perspective of the female body that experiences or suffers from domestic and family violence in the city of São Gonçalo (RJ). The theoretical choice apprehends the body as a geographical scale, in which the house is taken as a spatial reference of violence, becoming, therefore, a marker of/in a fighting space. The methodology involves the analysis of data from the Public Security Institute of Rio de Janeiro (ISP), in dialogue with bibliographies related to the theme, and also implies the contact with experiences exchanged within the scope of the Women's Movement of São Gonçalo (MMSG). Bringing on the perspective of this movement is a way to enhance the protective and collaborative action among women and strengthen the sense of the struggle. The challenge, therefore, is to highlight the empirical reality about domestic and family violence, articulating it to the more general debate of feminism in Brazil, the types of gender violence, and the potential of geographic approaches to the phenomenon.

**Keywords:** Geography; Violence against women; Violence; Feminine body; Women's Movement.

### **Introdução**

Esse artigo visa contribuir para o debate geográfico sobre as formas de violência de gênero que ocorrem contra a mulher<sup>1</sup>, dando ênfase para a violência doméstica e familiar contra a mulher. Para isso, busca-se dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo. No que concerne à sua organização interna e também algumas de suas práticas socioespaciais, dentre as quais destacamos as articulações envolvidas na formação de uma rede de apoio mais ampla, sendo estes elementos fundamentais da ação coletiva das mulheres que militam no Movimento.

Cabe-nos aqui defender a potencialidade teórica da Geografia no tratamento do tema da violência doméstica e, também, das temáticas que necessariamente precisamos vincular para a finalidade da sua compreensão. Falamos aqui, sobretudo, das questões relativas à gênero, sexualidade, interseccionalidades e violência.

Dessa forma, expressamos o nosso engajamento nos debates concernentes ao que se pode chamar de Geografia feminista, que ao pensar o papel das mulheres na sociedade contribui tanto para uma renovação dos pressupostos epistemológicos da ciência geográfica como para a reflexão sobre outro mundo possível, menos desigual e menos violento.

### **Geografia dos movimentos sociais e o feminismo: algumas reflexões**

A geografia brasileira<sup>2</sup> há algum tempo vem caminhando na ampliação de análises<sup>3</sup>, com abordagens temáticas como a mulher, o gênero, a sexualidade, questões étnico-raciais, entre outros. Tal ampliação reforça que em nossa

---

1 Neste trabalho não ocorreu um debate sobre a multiplicidade dessa temática no que tange os gêneros e sexualidades individuais, mas baseamos a atividade em dialogar em cima de casais héteros e cisgêneros.

epistemologia, pelo menos hegemonicamente, tais questões sofreram com uma invisibilidade. Diante disso, pretende-se trazer uma breve análise do espaço geográfico que enxergue o gênero como categoria analítica, considera também que para dentro e para fora da geografia o tema se expande e ganha força, o que engrossa mais o debate e nos convoca a definir o nosso “lugar” nele.

É importante perceber que a Geografia caminhou por muito tempo com uma visão classista, com posicionamento direcionado, masculino, ortodoxo, heteronormativo, branco, eurocêntrico e cristão que acaba por limitar suas análises o que deixou diversos grupos de fora — assim como em outras ciências. No entanto, esse espaço desde o final do século XX e no decorrer do XXI, ocupa novos fluxos, novos grupos, novos debates, novas configurações que dão novos olhares a esse campo acadêmico.

A luta pelo território e espaço feminino no Brasil e no mundo é algo que vem de muitos anos, resultado de resistência e militância. O artigo de Sarti (2004) intitulado ‘O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória’ trabalha a história do feminismo no Brasil e consegue fazer um importante levantamento sobre os caminhos conflituosos trilhados pelos movimentos de mulheres neste período.

Evidencia também, no que se refere ao contexto brasileiro, o ativismo da luta das mulheres por direitos. As ondas feministas internacionais tiveram uma grande influência na militância brasileira, a partir da década de 1970, unindo-se a diversos outros grupos políticos na luta por direitos, modificando-se e tendo diversas divergências no contexto nacional nos períodos amargos da ditadura e da democratização ocorridos nos anos 1980 e 1990.

Com o golpe militar de 1964 diversos movimentos sociais (como os movimentos feministas brasileiros) não tiveram mais liberdade de se manifestar, tendo que atuar de forma mais velada e sofrendo forte repressão. Mostrando-se mais crítico e com novas propostas e desafios, além de reunir grupos de mulheres de diferentes classes sociais, os movimentos feministas do século XX buscavam liberdade política e sexual. Iam contra toda uma sociedade conservadora, desigual e dominação do homem, afirmando o direito ao divórcio e mais acesso e melhorias na educação. Sarti (2004) explica que nesse momento histórico de levante a participação política das mulheres ecoava sons de resistência nas ruas, marcava pontos e delimitava novos territórios.

O fim da ditadura deu novas possibilidades de mobilização que possuísse um caráter mais reivindicatório, com apoio internacional que auxiliava na

---

2 Considera-se, importante a produção de muitas geógrafas que ao longo de suas trajetórias contribuíram para o desenvolvimento de olhares geográficos com viés feminista — como o exemplo de Rosa Ester Rosini (Pioneira nos estudos de Geografia e gênero no Brasil, suas reflexões foram importantes para abrir novos caminhos e dar visibilidade à mulher no espaço geográfico) e Joseli Maria Silva (importante geógrafa na discussão de gênero e sexualidades atualmente) entre muitas outras.

3 Diante dessa necessidade, trabalhos produzidos na Geografia que estão relacionados às temáticas da Geografia feministas, gênero entre outras temáticas são publicados pela: a “Revista Latino-americana de Geografia e Gênero” que vem se dedicando a caminhar nessa linha. As publicações da revista mencionada se iniciam em 2010, trabalhos de autores e autoras da América Latina.



pressão feita sobre o Estado pela criação de políticas públicas, que estabeleceu vínculos com as organizações não governamentais feministas. Com isso as lutas tiveram grandes conquistas, sendo uma delas em 1985 quando as primeiras delegacias para as mulheres foram criadas na percepção que existe um problema social que não deve ser mais invisibilizado, mas sim denunciado.

Com novos espaços específicos nos quais o Estado se abre para atender demandas específicas das mulheres - ainda que a eficácia desses espaços seja questionável - esse evento torna-se importante porque destaca a relevância dada por muitos grupos do movimento feminista tanto à criação de instâncias próprias na estrutura administrativa do Estado, quanto ao estabelecimento de espaços físicos que acolham essas novas instâncias.

As pautas feministas ganham cada vez mais volume e força, incluindo, assim, as questões relativas aos direitos reprodutivos e a violência contra a mulher, por exemplo. A esfera política após a ditadura fica mais acessível aos movimentos sociais e movimentos feministas.

Percebemos, assim, que após a ditadura o feminismo foi se adentrando na esfera política e conquistando aos poucos seu espaço em órgãos públicos importantes. Através da chamada Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte, as demandas feministas foram apresentadas à sociedade civil, introduzindo as mulheres dentro do Congresso Nacional, para suas respectivas reivindicações de direitos mais igualitários – neste período se reconheceu o movimento feminista como o movimento da sociedade civil que mais conquistou vitórias (OLIVEIRA e CASSAB, 2014. p.5).

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975, declara aquele ano como o Ano Internacional das Mulheres, que contribui para o fortalecimento dos movimentos feministas ao reconhecer que a situação da mulher é um problema social. Auxilia assim a expansão dos movimentos de mulheres que, em suas articulações vindas de camadas médias se vincula com outras frentes populares e começam a se caracterizar como movimentos interclasse e a expandir suas redes de atuação. Assim, também reforça que a relação das mulheres com os movimentos sociais que buscavam melhorias no bairro as tirava de suas residências, as colocavam dentro de um ambiente político e as remontavam dentro desse novo espaço.

Com o decorrer do tempo, outras conquistas foram ocorrendo, como a instituição da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada à Justiça em 2002, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e 2003, tendo como função a articulação de políticas públicas para mulheres que atendam aos interesses e/ou necessidades das mulheres brasileiras (OLIVEIRA e CASSAB, 2014, p.6).

Suzana Velda da Silva (2000), por sua vez, mostra que as demandas das mulheres brasileiras nesse período do 'início' do ativismo feminino vinham contra os altos custos de vida, a favor da inserção no mercado de trabalho (consequentemente atrelada a políticas públicas específicas, como a construção e manutenção de creches) e a questões salariais. Essas pautas as faziam

caminhar lentamente por um espaço político.

Silva (2000) cita em seu artigo as palavras de Vera Soares, que afirma que o “movimento de mulheres nos anos setenta trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades” (SOARES, 1994 apud SILVA, p. 4, 2000). Assim, Silva (2000) nos apresenta que os diversos grupos de movimentos feministas no Brasil trabalham sobre diferentes pontos e abordagens sem constituírem, portanto, um movimento homogêneo. Houve distintos processos de mudança, hierarquização e institucionalização em meio às organizações do movimento, como o ocorrido por meio do grande crescimento das ONGs feministas.

Atualmente, as reivindicações dos movimentos feministas abarcam também o combate à violência no espaço doméstico (tanto física quanto psicológica), ao abuso e exploração sexual e à condição precária vivenciada ainda por muitas mulheres em países conservadores. Todavia, é importante assinalar que muitos aspectos da luta feminista inicial continuam, como a luta pelo direito ao aborto, ainda ilegal em muitos lugares (como é na realidade brasileira), e o salário que, em muitos países, ainda é inferior ao dos homens (SEPULVEDA, 2012, p. 200).

O resgate de toda essa trajetória do movimento feminista é importante para que seja possível compreender o contexto em que se configuram diversos processos que não constituem de forma alguma uma linearidade ou um roteiro. São décadas de resistência, pautas que vão se organizando e formando-se, ao longo dos anos e Movimentos feministas que se unem, desfazem e se reorganizam.

Os movimentos são constituídos por pessoas plurais que trazem consigo experiências diversas e que estão em constante transformação, processos que as modificam e as organizam enquanto coletivos ao redor de objetivos particulares ou públicos — mas também as afastam. Essas articulações, com seus espaços específicos, estimulam a configuração de novos sujeitos políticos que, por sua vez, também enfrentam situações cujas origens externas aos grupos acabam por influenciar as rotinas do movimento.

Envolta nessas análises, as espacialidades e a organização dos movimentos de mulheres e suas trajetórias são importantes porque acompanharam as lutas feministas. Silva (2000) cita em seu artigo que, para o sociólogo italiano Alberto Melucci:

(...) estes movimentos são uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, que se diferenciam de outros tipos de ação coletiva porque desenvolvem um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Segundo Santos (1996) os movimentos sociais identificam novas formas de opressão que extrapolam as relações de produção e atingem grupos sociais transclassistas ou a sociedade, advogando um novo paradigma social (MELUCCI, 1989 *apud* SILVA, 2000, p.3).

## **A Violência Doméstica Vivenciada no Espaço Geográfico pelo Corpo Feminino: Uma Análise sobre o Movimento de Mulheres em São Gonçalo**

Muitas conferências e encontros foram realizados em prol de eliminar e minimizar a violência contra mulher, tanto com caráter nacional quanto internacional. É importante perceber que todos esses resultados são provenientes de muita luta e organização, pois tais conquistas são construídas por meio de muita pressão social organizada. Deste modo, se percebe a influência que os movimentos sociais —e nesse caso o movimento de mulheres— conseguem ao se unir, organizar e conquistar muitas coisas.

A Conferência sobre Direitos Humanos salienta principalmente a importância de se trabalhar no sentido da eliminação da violência contra as mulheres na vida pública e privada, da eliminação de todas as formas de assédio sexual, exploração e tráfico de mulheres para prostituição, da eliminação de tendências sexistas na administração da justiça e da erradicação de quaisquer conflitos que possam surgir entre os direitos das mulheres e os efeitos nocivos de certas práticas tradicionais ou consuetudinárias, preconceitos culturais e extremismos religiosos (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA, 1993, p. 14 -15).

Percebe-se a importância desses encontros para auxílio, diálogo e pressão para elaboração de políticas públicas. É notável a complexidade que constitui este objeto de pesquisa. Exige, portanto, um amplo e profundo olhar sobre os mesmos para compreender os papéis que historicamente foram relegados às mulheres na tentativa de rever os níveis de violência e opressão impostas aos seus corpos. Com isso, tornou-se necessário um breve levantamento da história feminista no Brasil, para assim compreender o trabalho exercido pelo Movimento de Mulheres no município de São Gonçalo e seus dados de violência doméstica contra mulheres.

### **Escala do corpo e violência de gênero**

Interessada em estudar a sociedade em suas relações no espaço geográfico, a Geografia usa como base conceitos como espaço, lugar, paisagem, região e território. Assim como outras categorias, este instrumental é utilizado de forma complexa envolto a disputas culturais, econômicas, políticas e sociais que produzem, usam, modificam, caracterizam e vivenciam-no.

Nesta pesquisa o corpo é utilizado como escala espacial nesse processo de reflexão. A constatação de que essa abordagem é possível tem relação não apenas com o exercício do direito ao próprio corpo e às formas como ele se materializa no espaço, mas também com a percepção dos espaços que ele pode frequentar. Aspecto ligado ao direito à livre circulação e a possibilidade de usar a cidade de forma igualitária e sem medo. Nossos corpos, portanto, produzem, usam, modificam, caracterizam e vivenciam o espaço. Uma vez que:

(...) a redescoberta do espaço no mundo contemporâneo propõe uma nova linguagem para explicar as manifestações do capitalismo, a geografia não tem apenas como objeto de estudo a produção e redefinição dos espaços. Também caberia a ela compreender as articulações entre as escalas produzidas socialmente, como é o caso

**Carolina da Silva Santos**



das mulheres (...) (ALVEZ & GUIMARÃES, 2010, p. 247).

Nossos corpos, corpos de mulheres, ocupam o espaço de forma ampla e significativa. A sociedade de classe tem influência em toda construção histórica da opressão feminina que é corresponsável pelo processo de organização do espaço geográfico, devendo esses processos serem considerados estruturantes na construção do espaço. Com isso temos que, enquanto geógrafos e geógrafas, buscar pensar mais sobre essas ligações que configuram as práticas espaciais que se inserem nas estruturas de poder.

(...) [S]e todas as experiências vividas pelas pessoas possuem uma dimensão espacial e as pessoas experienciam mundo com seus corpos e seus corpos estão organizados socialmente pelo gênero, podemos afirmar que compreender as formas como homens e mulheres experienciam a vida e, por consequência, o espaço, é com toda certeza profundamente geográfico (SILVA, 2014, p. 98).

O corpo feminino vivencia um histórico de diversas violências, sendo este um território de disputa que envolve diversos elementos, como o direito à sua sexualidade, à adequação aos padrões de beleza aos quais deve se encaixar, à propriedade de seu corpo (uma vez que diferentes outros sujeitos julgam possuí-lo e agem como tal), os espaços que deve e que pode frequentar, à sua higiene, seus direitos reprodutivos (envolve debates sobre a necessidade da reprodução, as formas como reproduzir e mesmo a temporalidade desses processos). Trata-se de exemplos dos muitos discursos que envolvem o direito sobre si, o direito sobre seu corpo e, portanto, a sua existência enquanto território —espaço em constante disputa.

As relações sociais são elementos importantes na estruturação do espaço geográfico, estando intimamente ligada com as de gênero. O espaço como uma totalidade é produzido essencialmente pelas relações sociais existentes, que possuem importância fundamental na compreensão do processo de reprodução espacial, de acordo com seu momento histórico (REIS, 2015, p. 22).

Dessa forma, o corpo é nitidamente um recorte espacial em disputa por diferentes agentes sociais, objeto e sujeito em distintas situações de opressão.

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a divisão anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (O corpo e seus movimentos, matrizes de universais que estão submetidos a um trabalho de construção social, não são nem completamente determinados em sua significação, sobretudo sexual, nem totalmente indeterminados, de modo que o simbolismo que lhes é atribuído é, ao mesmo tempo convencional e “motivado”, e assim percebido como quase natural.) Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica, e que é esta diferença socialmente construída



que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que alicerça, caímos em uma relação de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade (...) (BOURDIEU, 2002, p. 20).

A luta das mulheres vem não apenas pelos direitos civis, mas pelo direito a seu corpo, direito que vem de algo que deveria ser simples e não violento contra elas, fosse no espaço público ou privado: a liberdade de ir e vir, de se sentir segura e protegida, de poder andar a qualquer hora e em qualquer ambiente sem medo, de agir, se comportar e viver de acordo com suas vontades e desejos. O corpo feminino, esse que vive em disputa no espaço, marca territórios e é também marcado por violências, sejam elas silenciosas ou não.

(...) se uma sociedade se constituir com base em relações de gênero assimétricas, os diferentes gêneros não frequentaram os mesmos espaços da mesma forma: as mulheres sabem, numa sociedade machista que não podem frequentar qualquer lugar da cidade a qualquer hora do dia (...) diferentes configurações espaciais se constituem em espaços de conformação das subjetividades de cada qual (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 12).

Nesse espaço o corpo masculino também usufrui do privilégio do patriarcado que não o põe em disputa. É o corpo feminino que é subalternizado em uma cultura que se utiliza de diferenças biológicas para distinguir homens e mulheres e definir qual corpo disputa o uso desse espaço desde quais posições de poder preestabelecidas.

Alvez e Guimarães (2010), em seu artigo, comentam que David Harvey, por exemplo, "(...) defende que o corpo tem características naturais/biológicas, mas, paralelamente, é capaz de transformar e ser transformado através de processos históricos/geográficos e materiais/representacionais, o que permite produzir tipos diferentes de corpos"(HARVEY, 2004 apud, ALVEZ & GUIMARÃES, 2010, p.3). Essa transformação citada pode ser relacionada a diferentes situações e processos, como a constante disputa dos corpos por sua reafirmação no espaço ou por modificar as relações de poder às quais estão submetidos de acordo com o contexto cultural e social. Por isso, é importante lembrar que "[o]s grupos que possuem menor poder econômico, político e cultural vivenciam o espaço, sem conseguir construir marcas tão expressivas. Nem por isso, os grupos de menor poder em expressar sua materialidade espacial, deixam de viver espacialmente" (SILVA, 2014, p. 99).

Com isso, é possível perceber um ciclo que vive em constante transformação. Existe uma diferenciação espacial da violência exercida sobre o corpo feminino, esteja ele no ambiente público ou privado. É bom pontuar, no entanto, que o ambiente doméstico é onde a mulher mais sofre violências, sobretudo uma vez que os dados mostram que as agressões vêm em geral de seus companheiros. Este é o principal motivo do enfoque dado nesta pesquisa à violência doméstica contra a mulher.

Existe ainda outra dificuldade em se dar destaque a esse tema: as afirmações do senso comum de que assuntos domésticos devem permanecer no



seio familiar. Nesse sentido, ganha importância trazer à tona a atuação do MMSG, uma vez que isso ressalta a importância de se conhecer as dinâmicas de grupos que buscam atuar sobre essas pautas socialmente construídas como ligadas aos espaços privados, mas que não dizem respeito apenas a esses espaços. Agem de maneira a questionar tais barreiras, tornando tais assuntos parte da pauta de debates públicos por meio de trabalhos em diferentes espaços, visando atuar de forma cada vez mais eficiente contra esse sistema violento e expressando a variação espacial da atuação do movimento — em função principalmente dos seus recursos e possibilidades.

A espacialização de suas ações dá não apenas visibilidade a tal grupo, mas também reforça seu trabalho de forma a ampliar sua abrangência e ir além da cidade — escalarizando sua luta e podendo, de maneira colaborativa, romper com o isolamento e a falta de proteção experienciadas por muitas mulheres.

### **Ocupando espaços e marcando territórios o Movimento de Mulheres em São Gonçalo e a Violência contra Mulher na cidade**

O MMSG constrói e reconstrói as relações e os laços com a cidade de forma a configurar toda sua história e suas relações. Isso acontece tanto por parte das integrantes que dão força ao movimento e pela sua configuração enquanto movimento social. Na tentativa de se fortalecer como coletivo, cujo trabalho conjunto apontava para a construção de políticas públicas que dessem um olhar para a mulher, crianças, jovens e adolescentes que necessitam de apoio em situação de vulnerabilidade.

O MMSG empenha-se em ampliar cada vez mais o atendimento e os serviços prestados. Uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação.” (MELUCI, 1989, p. 57). Os conflitos são feitos pelas ações dos corpos políticos dessas mulheres que são diferentes em suas histórias e vivências, mas que lutam pelos mesmos recursos, tendo solidariedade umas com as outras e percebendo-se nessa classe. Com isso, rompem-se os limites do sistema para que se possa ter modificações e em conjunto alcançar seus objetivos.

O MMSG assim como outros movimentos pelo Brasil busca espaço e abrangência política com o objetivo de construir um novo ambiente de mulheres livres que usufruam de igualdade e dos mesmos direitos que os homens. Com o propósito de defender e promover políticas públicas de direitos humanos (por igualdade de gênero, contra o racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, discriminação de classe entre muitos outros tipos de opressão e preconceitos), lutam também pela garantia de direitos e assistência a mulheres, crianças e adolescentes, bem como pela assistência e prevenção do HIV/DST - AIDS.

É evidente que ao longo dessa jornada, muito se lutou para que o MMSG chegasse a ser a referência que é atualmente na luta pela garantia de direitos das mulheres na cidade. Em meio às conquistas obtidas nesse processo, o movimento teve importância na ampliação, implantação e formulação de políticas públicas que visam garantir direitos à parcela da população com a qual trabalha.



Motivadas pelo combate de problemas como a desigualdade de gênero e a falta de instituições que garantam proteção e atendimento às mulheres, o MMSG teve influência em ações voltadas à saúde da mulher, como na instalação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em 1996 e do Centro Especial de Orientação à Mulher (CEOM - Zuzu Angel) em 1997 e, posteriormente, o CEOM Patrícia Acioli em 2011, este último, atualmente fechado por falta de segurança local diante da atuação do tráfico de drogas na região.

As mulheres de São Gonçalo atuaram firmemente para que houvesse uma DEAM na cidade, e o MMSG foi um importante agente na pressão pela criação e instalação desse espaço. Anteriormente, na cidade havia apenas delegacias distritais que não tinham nenhum tipo de atendimento especializado à mulher. Hoje, a DEAM é um importante mecanismo para um atendimento mais especializado e direcionado, ainda que seja passível de críticas e necessite de melhorias (especialmente no que envolve a burocratização e a eficácia do atendimento). Mesmo assim, não deixa por isso de ser uma conquista importante, um instrumento necessário. Da mesma maneira, os CEOM configuram bons nós nessa relação de atendimento, apoio e proteção às mulheres, como será abordado no próximo capítulo.

Essa relação de militância dentro do movimento configura ações específicas e com propósitos bem definidos, sobretudo com o objetivo de não desistir e persistir em seu trabalho de apoio e encorajamento de mulheres, crianças, jovens e adolescentes que estão vulneráveis a situações de violência de qualquer tipo (principalmente em um ambiente que deveria ser de proteção como o doméstico) bem como a busca pela prevenção de tais situações. Trata-se de uma pauta atual, pois hoje ainda vemos os mesmos problemas que elas enfrentaram em seu início ainda presentes, mesmo reconhecendo que muito já se avançou.

Uma organização que é reconhecida como parte do movimento feminista no debate e luta por igualdade de gênero, contra qualquer tipo de violência, é também uma entidade que se territorializa no município de São Gonçalo e luta, enquanto instituição da sociedade civil, pelo direito das mulheres, crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade com trabalho de acompanhamento, prevenção e apoio. Tal luta se dá por meio de uma ação política muito forte, com presença constante nos espaços de decisão do poder público municipal e nos conselhos municipais estaduais e secretarias.

Sua influência na criação dos conselhos municipais é complementada pela presença ativa em boa parte deles, como: Conselho Municipal de Direito das Mulheres (CMDM, que tem entre seus objetivos fiscalizar e observar as políticas públicas direcionadas às mulheres); Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA, um conselho que influencia e supervisiona as deliberações direcionadas ao atendimento à criança e ao adolescente no município); Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS, promotor de certificados a ONG's para que possam atuar na área da assistência social); Comissão de Enfrentamento à Violência contra Criança, Adolescente e Mulheres, por meio da criação de uma ficha única de notificação compulsória da violência; além de contribuir na criação da Rede Mulher em 2005 e participar de fóruns de direito a nível municipal e estadual.

Sempre no empenho de estar por dentro do panorama municipal para ter ciência dos focos de violência na cidade para que possam assim compreender a atual situação da segurança pública e do atendimento ofertado pelo Estado e, assim, cobrar dele que tome medidas no sentido de mitigar a ocorrência de casos de violência, a militância do MMSG se expande para além do território gonçalense, se espalhando pelo Estado do Rio de Janeiro ao se fazerem presentes em diferentes conselhos, como o Conselho Estadual de Assistência Social, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, dentre outros.

Ressalta-se, portanto, a mobilização e participação ativa dessas mulheres na sensibilidade de lidar com particularidades que cada uma delas traz em sua bagagem de enfrentamento das questões de gênero. Em um longo processo de desenvolvimento de trabalho social que constrói relações que reforçam sua representatividade como ativistas sociais.

Assim, tais mulheres são desafiadas a pensar sobre seu corpo no espaço público e privado, percebem o gênero como uma base de trabalho, pois são as mulheres e seus filhos e filhas que estão nesse contexto de vulnerabilidade frente aos casos de violência doméstica.

A violência pode ocorrer de forma física - por meio da agressão à integridade física, ocasionando até a morte da pessoa violentada - ou de forma simbólica - cuja construção é cultural e social, segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989). Vale pensar também que a violência passa pelas relações de poder e o poder sobre o indivíduo que é reforçado de forma que o outro se sinta no direito de ferir alguém, seja de qualquer maneira.

A violência contra a mulher está bastante relacionada às ideias culturais e sociais que delimitam o que é papel ou dever do homem e da mulher na sociedade, lembrando que não é de hoje que a mesma fere diretamente a saúde física, mental e psicológica das mulheres. Sendo um processo que teria duas fases: a de exploração e a de dominação - que caminham juntas de forma única (SAFFIOTI, 2004).

Sendo o segundo município mais populoso do estado do Rio de Janeiro (perdendo apenas para a capital), São Gonçalo se localiza na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Ao analisar o gráfico 1, pode-se perceber que houve diversos tipos de violências e abusos registrados na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher - DEAM de São Gonçalo no ano de 2017<sup>4</sup>.

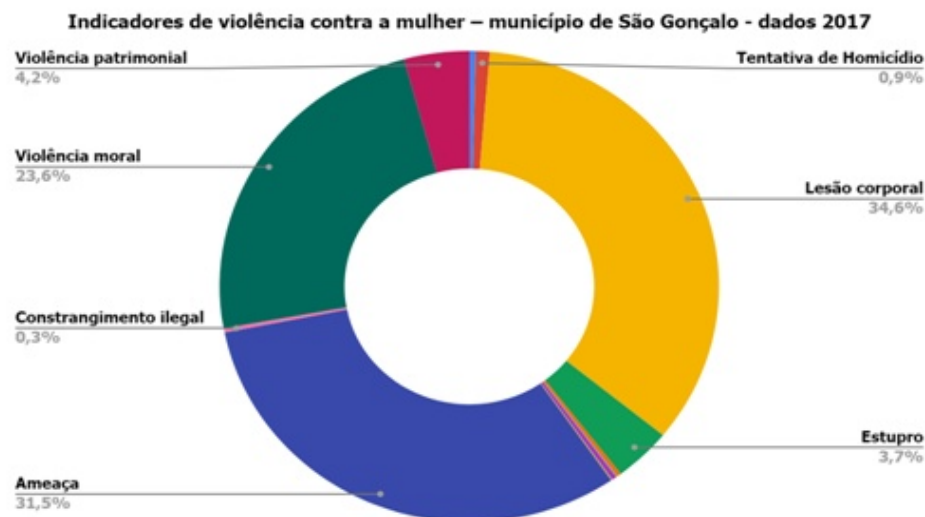
Entre eles, o percentual com maior número de registros é lesão corporal, seguido de ameaça e violências comuns em pessoas que sofrem violência doméstica. A partir deste relatório foi concluído que o maior número de

4 Os dados demonstrados no gráfico 1, foram extraídos do dossiê da mulher 2018. Que conta sempre com os registros feitos na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, do ano anterior que neste caso é o ano de 2017. Este Dossiê é elaborado pelo Instituto de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro – ISP. Instituição criada pela Lei no 3.329 em 1999, sendo uma autarquia ligada Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG). Seu objetivo é elaborar pesquisas que possam influenciar a implementação de políticas públicas de segurança. O Dossiê da Mulher conta no total com 13 edições com diversas informações e dados sobre a violência contra a mulher no estado do Rio de Janeiro. Os dados analisados nele são desde 2004, sendo fruto de uma série de estudos com o objetivo de traçar um diagnóstico dos principais crimes relacionados à violência contra a mulher — com destaque à violência doméstica e familiar.

## A Violência Doméstica Vivenciada no Espaço Geográfico pelo Corpo Feminino: Uma Análise sobre o Movimento de Mulheres em São Gonçalo

violências ocorre em casa por companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Nesse espaço é o corpo feminino que é subalternizado em uma cultura que se utiliza de diferenças biológicas para distinguir homens e mulheres e definir qual corpo disputa o uso desse espaço desde quais posições de poder preestabelecidas.

Gráfico 1 - Percentual de violência contra mulher em São Gonçalo, 2017



Fonte: Dados Dossiê da Mulher (2018) - Elaboração: da autora.

Os dados retirados do arquivo do ISP, assim, como todos os dados oficiais devem ser sempre relativizados, pois a reconhecida subnotificação dos casos de violência contra a mulher (violências domésticas inclusas) torna esses números sempre bastantes conservadores em face da realidade de casos que ocorrem cotidianamente, como casos de violência mais “invisíveis” e casos em que a mulher decide por não fazer a notificação, seja, por qualquer situação adversa. O que acaba por alertar ainda mais a complexidade dessa temática.

A violência contra a mulher é uma expressão direta das diferenciações de gênero e da dominação do “poder” do homem. É importante perceber que as definições de gênero estão ancoradas em bases antigas de nossa sociedade e que devem ser olhadas junto às relações patriarcais e às relações de poder que hierarquizam os gêneros e definem uma posição do homem como superior à da mulher. Essas definições, vale lembrar, estão bastante associadas às relações de desigualdade e opressão.

No contexto brasileiro, uma das referências no reconhecimento legal e na criminalização desses tipos de violência foi a instauração da Lei Maria da Penha (lei no 11.340/2006). Aprovada em 2006, foi um marco importante proveniente de muitos ganhos anteriores e lutas incessantes para um caminhar de vidas livres de violência. Maria da Penha foi uma vítima direta da violência doméstica contra a mulher que tentou inúmeras vezes acionar o Estado e necessitou estar à beira da morte para que seu sofrimento tivesse maior visibilidade e se percebesse que seu caso era de extrema urgência.

Foi um importante avanço proveniente de inúmeros atos e lutas de movimentos de mulheres que, sob muita pressão, obtiveram esta vitória. Mais

recentemente foi reconhecido o crime de feminicídio, em nove de março de 2015, que é quando uma mulher morre por ser mulher sendo este termo utilizado no registro de homicídio de mulheres.

Atualmente, cabem alguns questionamentos advindos da aplicação da Lei Maria da Penha. Um deles, por exemplo, seria: Mulheres negras, rurais, quilombolas, indígenas, pobres, lésbicas, transexuais entre outras que fujam do que é padronizado pela sociedade atual, sofrem violência da mesma forma? Então, não se torna necessário discutir qual conceito de mulher é usado por esta lei? Esse questionamento é importante nessa reflexão, pois, existem perfis de corpos que passam por diversas e distintas situações de violência por serem mulheres em padrões fora do que a sociedade delimita. Porém todas estão expostas a elas mesmas em diferentes graus de perigo. Entre as violências sofridas pela mulher podemos destacar.

- Violência física: ofender a integridade ou saúde corporal – bater, chutar, queimar, cortar, mutilar;
- Violência moral: ofender com calúnias, insultos ou difamação – lançar opiniões contra a reputação moral, críticas mentirosas e xingamentos;
- Violência psicológica: causar dano emocional, diminuir a autoestima, prejudicar e perturbar o pleno desenvolvimento social, controlar os comportamentos, ações, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação e isolamento, tirar a liberdade de pensamento e de ação;
- Violência patrimonial: reter, subtrair, destruir parcial ou totalmente objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos a recursos econômicos;
- Violência sexual: presenciar, manter ou obrigar a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, que induza a mulher a comercializar ou utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade. (Lei no 11.340/2006)

Em São Gonçalo esta problemática tem sido bandeira do MMSG - desde sua fundação em 8 de março de 1989, onde articulação de mulheres se constituiu como ONG e vêm a 30 anos lutando por políticas públicas de apoio e proteção a mulher. Juntas inserissem de maneira organizada nos espaços de decisão para juntas pressionarem o Estado a melhorar os serviços prestados. O MMSG constrói e reconstrói as relações e os laços com a cidade de forma a configurar toda sua história e suas relações. Isso acontece tanto por parte das integrantes que dão força ao movimento por sua existência quanto pela sua configuração enquanto movimento social.

A espacialização do MMSG, entendida enquanto “(...) um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território” (FERNANDES, 2000, p. 62), enfrenta problemas ao tentar se articular com a dinâmica conflituosa da cidade de São Gonçalo. O trabalho do movimento e de suas redes de apoio e proteção encontra dificuldades, por exemplo, por conta da precária mobilidade urbana e do pequeno investimento em infraestrutura na cidade. Isso faz com que o esforço de deslocamento chegue a esgotar as vítimas.

Mesmo com séculos de resistência as mulheres seguem na luta por muitos pontos que hoje estão ainda longe de serem superados. A violência doméstica e familiar contra a mulher é, assim, um problema que atinge todas as camadas sociais da sociedade independente de status social — ainda que mulheres negras e pobres sejam as que mais enfrentam essa realidade (DAVIS, 2016, 2017).

Com isso, o diálogo baseou-se nas relações que, como Lefebvre (2013) apresenta, são diversas e produzidas dentro do espaço de forma a articular diferentes escalas que se conectam em um sistema de exploração - alienação - dominação. Assim, o espaço sendo, um elemento central dessa sociedade, é nele onde se vivenciam práticas que mantêm dentro de uma complexa realidade as relações de poder. Estas modificam, constroem e reconfiguram o espaço. Portanto, trata-se de um conceito dinâmico que, envolto na diversidade de conflitos, é crucial para compreender a dimensão espacial como um produto social.

### **Conclusão**

A análise crítica do contexto no qual se insere o tema é necessário face o papel social que o acadêmico pode posicionar-se num sistema opressor, no uso do seu corpo político, principalmente como profissionais da Geografia, para atuar de forma propositiva e pressionar cada vez mais por políticas públicas que venham a minimizar todas as formas de violência.

É necessário ressaltar a proposta de visibilidade do trabalho realizado há mais de 20 anos pelo MMSG, organização que teve um papel importante nas articulações e conquistas feitas em favor da proteção da mulher, de crianças, jovens, adolescentes e portadores de HIV/DST - AIDS.

Apresentou-se um breve panorama do Movimento de Mulheres no Brasil, na qual a organização se insere e que, em parte, resulta diretamente de suas ações para que a população assistida possa constatar minimamente a existência de mecanismos de proteção provenientes da participação e ação coletiva protagonizada por movimentos sociais – além daqueles oferecidos pelo Estado(muitas vezes provenientes diretamente da pressão e da proatividade dos movimentos sociais).

A visualização do corpo como escala geográfica e as relações de poder que se envolvem no espaço público e privado tornam-se importante para visibilizar a problemática exposta neste trabalho. Ressalta-se que ainda existem lacunas a serem preenchidas academicamente no que se refere as mulheres na sociedade e diversos elementos que as envolvem, inclusive na articulação entre a Geografia e a mulher.

O feminismo é utilizado como base desta pesquisa por ser um modo de viver e na luta por direitos iguais entre homens e mulheres, além da libertação de diversos outros tipos de opressões — ainda que tenha se mantido aqui o foco sobre a opressão pela força apoiada pela sociedade patriarcal e ancorada pelo sistema cultural em seu meio social. É importante que sejam alteradas as perspectivas e as formas de analisar o espaço, a sociedade, o tempo, política e a economia (assim como outros temas) de forma a quebrar as correntes que dominam e colaboram para a perpetuação de tipos de opressão e (direta ou indiretamente) de tipos de violência.

### **Referências**

ALVEZ, Natália Cristina; GUIMARÃES, Raul Borges. Escala geográfica, câncer de mama e corpo feminino. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 2, p. 245 - 253, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Maria da Penha**. Lei N.º 11.340, de 7 de agosto de 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei do Feminicídio**. LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, P. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

**DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA**. Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena, 14-25 de junho de 1993.

FERNANDES, Bernardo Mancano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, n. 15, p. 59 - 86, 2000.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dossiê mulher 2018** / Orlinda Claudia R. de Moraes, Flávia Vastano Manso, organizadoras. – 13. versão. – Rio de Janeiro: Rio Segurança. Instituto de Segurança Pública (ISP – RJ), 2018.

**MOVIMENTO MULHERES DE SÃO GONÇALO**. Disponível em: <<https://www.movimentomulheres.com.br/>> . Acesso em: 22/01/2019.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, 2013.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, n. 17, 1989.

OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de, Cassab. LatifAntonia. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. *In* III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 2014. **Anais...** Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.



## **A Violência Doméstica Vivenciada no Espaço Geográfico pelo Corpo**

### **Feminino: Uma Análise sobre o Movimento de Mulheres em São Gonçalo**

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. **Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros - seção três lagoas - MS**, v. 1, n. 3, 2006.

REIS, Máira Lopes. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 11 - 34, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 35 – 50, 2004.

SEPULVEDA, Denize. **Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: a homofobia e sua influência nas tessituras identitárias**. Tese (Doutorado em Educação). RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e Espaço: Este é um tema da Geografia? In: AZEVEDO, Abreu de; MORAIS, Marcelo Alonso de (orgs). **Ensino de geografia: novos temas para a geografia escolar**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 97 – 125.

SILVA, Susana Vele da. Os estudos de gênero no brasil: algumas considerações. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, n. 262, 2000.

**Recebido em 28 de novembro de 2019.**

**Aceito em 07 de abril de 2020.**

**Carolina da Silva Santos**

76

Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 11, número 1 (2020)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## A Geografia e a Violência de Gênero: Um Olhar a partir de Três Lagoas – MS

*La Geografía y la Violencia de Género: Una Mirada  
desde Três Lagoas - MS*

*Geography and Gender Violence: A Look on Três  
Lagoas - MS*

**Patrícia Helena Milani**

Universidade Federal de Mato Grosso - Brasil  
patriciah.milani@gmail.com

**Bianca de Oliveira Lima**

Universidade Federal de Mato Grosso - Brasil  
biancaolima@hotmail.com

Como citar este artigo:

MILANI, Patricia Helena, LIMA, Bianca de Oliveira.  
A Geografia e a Violência de Gênero: Um Olhar a  
partir de Três Lagoas – MS. **Revista Latino  
Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 77  
- 97, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# A Geografia e a Violência de Gênero: Um Olhar a partir de Três Lagoas – MS

*La Geografía y la Violencia de Género: Una Mirada desde Três Lagoas - MS*

*Geography and Gender Violence: A Look on Três Lagoas - MS*

## Resumo

Dentre as inúmeras hierarquias e relações desiguais que estruturam nossa sociedade, ressaltamos as de gênero, que não excluem, mas se combinam com outras desigualdades, sobretudo as econômicas e raciais. Apresentamos neste texto algumas análises do ponto de vista da Geografia sobre a violência de gênero com base em dados quantitativos, mas sobretudo informações qualitativas geradas com a realização de uma entrevista cujo recorte territorial foi a cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Consideramos que os casos de violência de gênero não se restringem às classes sociais mais vulneráveis, embora sejam os mais denunciados e que ganham maior dimensão pública pela mídia. A violência de gênero se expressa de diferentes formas nas hierarquias, classes sociais e no espaço. A dependência econômica não é a única dimensão que dificulta ou impossibilita a saída da mulher da casa e da relação opressora, mas verificamos que outros fatores como dependência afetiva e medo de mais violência (em razão das ameaças) também influenciam a decisão da mulher. Por fim, verificamos que o processo desigual de relações de gênero condiciona relações desiguais de poder dentro e fora das casas, como foi o caso analisado com base em nossa entrevistada.

Palavras-Chave: Violência de Gênero; Relações de Poder; Espaço; Três Lagoas-MS.

## Resumen

Entre las numerosas jerarquías y relaciones desiguales que estructuran nuestra sociedad, destacamos las de género, que no excluyen, sino que se combinan con otras desigualdades, especialmente las económicas y raciales. En este texto presentamos algunos análisis desde el punto de vista geográfico sobre la violencia de género basados en datos cuantitativos, pero principalmente información cualitativa generada por la realización de una entrevista cuyo recorte territorial fue la ciudad de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Consideramos que los casos de violencia de género no se limitan a las clases sociales más vulnerables, aunque sean las más reportadas y ganan mayor dimensión pública a través de los medios de comunicación. La violencia de género se expresa de diferentes maneras en jerarquías, clases sociales y en el espacio. La dependencia económica no es la única dimensión que dificulta o hace imposible la salida de una mujer de la casa y una relación opresiva, también descubrimos que otros factores como la dependencia emocional y el miedo a más violencia (debido a las amenazas) también influyen en la decisión de la mujer. Finalmente, descubrimos que el proceso desigual de relaciones de género condiciona relaciones de poder desiguales dentro y fuera de los hogares, como fue el caso analizado en base a nuestra entrevistada.

Palabras-Clave: Violencia de Género; Relaciones de Poder; Espacio; Três Lagoas-MS.

Patrícia Helena Milani, Bianca de Oliveira Lima



### Abstract

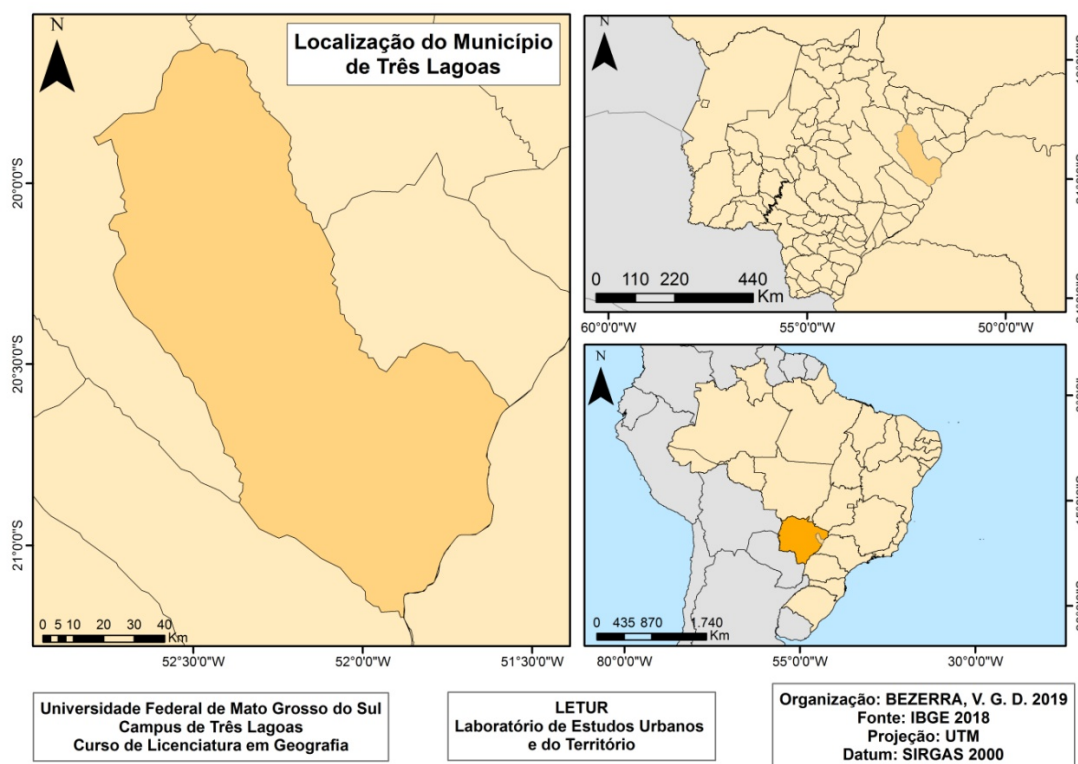
Among the numerous hierarchies and unequal relationships that structure our society, we highlight the gender ones, which do not exclude, but combine with other inequalities, especially economic and racial ones. In this text, we present some analyses from the geography point of view on gender violence, based on quantitative data, but mainly qualitative information generated by an interview whose territorial outline was the city of Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. We consider that cases of gender-based violence are not restricted to the most vulnerable social classes, although they are the most reported and gain greater public dimension through the media. Gender violence is expressed in different ways in hierarchies, social classes and space. Economic dependence is not the only dimension that hinders or makes impossible a woman departure from home and from an oppressive relationship, but we found out that other factors, such as emotional dependence and fear of more violence (due to threats), also influence a woman's decision. Finally, we found out that, although it creates different spaces, the unequal process of gender relations conditions unequal power relations inside and outside the homes, as was the case analyzed, based on our interviewee.

Keywords: Gender Violence; Power Relations; Space; Três Lagoas-MS.

### Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada no âmbito do curso de Geografia, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sobre a violência de gênero e as possibilidades de diálogo deste tema com o espaço. Nosso recorte territorial foi a cidade de Três Lagoas-MS, cuja localização geográfica é evidenciada na Figura 1.

Figura 1: Localização do município de Três Lagoas



Patrícia Helena Milani, Bianca de Oliveira Lima



Duas motivações impulsionaram a construção deste objeto de pesquisa e por conseguinte a sua realização. Uma motivação de caráter mais amplo e outra relacionada às nossas experiências socioespaciais, enquanto pesquisadoras.

Em primeiro lugar, do ponto de vista mais amplo, nosso interesse pelo tema se deu pelo número significativo de casos denunciados de violência contra a mulher na cidade de Três Lagoas. Medeiros *et al* (2008) ao fazer uma contextualização acerca dessa violência revela que estudos feitos na América Latina por Heise (1994) identificam que em alguns países é significativo o índice de mulheres que afirmam terem sido agredidas por homens, destacando-se, entre esses, o parceiro íntimo; e nesse contexto o Brasil exerce um protagonismo.

A partir de nossos olhares atentos a essas notícias ao longo de um período, em que justamente os debates sobre o tema se acirravam na Universidade, compreendemos que escolher um tema e construir um objeto de pesquisa é caracterizar um determinado processo como relevante para uma investigação e ainda, que essa construção não é isolada de sistemas de valores dos próprios pesquisadores (MARRE, 1991), neste caso, das próprias pesquisadoras.

Do ponto de vista da dimensão mais estrita da construção deste objeto de pesquisa, algumas experiências impulsionaram a problematização deste tema no âmbito acadêmico, o que será exposto nos parágrafos seguintes. Mesmo sabendo das dificuldades que poderemos encontrar diante das avaliações (dos pareceres do artigo), no sentido de sermos questionadas se isso é científico ou não, optamos pela permanência desse pequeno trecho na Introdução do texto. Queremos mostrar, ainda que de maneira modesta, que fazer ciência também é tomar um posicionamento político.

Pensando o porquê de escolher pesquisar sobre a violência de gênero compreendemos que tínhamos várias motivações pessoais enquanto mulheres presentes em uma sociedade dominada pelo patriarcado<sup>1</sup>; ao fazermos um exercício de autorreflexão, autoanálise e até mesmo uma retrospectiva de algumas memórias vivenciadas ou assistidas, relembramos cenas de machismo enraizado dentro de núcleos familiares e de convívios sociais desde nossas infâncias.

Dentro dessa dimensão mais estrita, outras situações também nos motivaram a construirmos este objeto de pesquisa, principalmente motivações ligadas ao modo como devemos ser, haja vista que nos é imposto enquanto mulheres, como nos vestir, falar, pensar, portar, enfim, ações ligadas ao comportamento definido (pelo patriarcado) como feminino. Somos um corpo feminino na sociedade, ou seja, nos compreendemos também enquanto instrumentos que efetuaram e efetuam nossa compreensão de mundo, afinal estamos inseridas nos tecidos sociais e espaciais e em todas as estruturas que definem a sociedade.

Com a nossa inserção nos debates acadêmicos acerca de questões relacionadas à violência de gênero, conseguimos compreender a realidade

1 Compreendemos o patriarcado como um sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social (SILVA, 2009, p. 33), porém não utilizaremos esse conceito para desenvolver este trabalho, como discutido adiante.

também sob um viés mais crítico e notar que vivenciamos socioespacialmente um modo de vida estruturado pelo machismo, que em muitas circunstâncias é vedado; e que muitas práticas desse modo de vida são naturalizadas em meio a tantas atitudes e ações cotidianas já estruturadas, as quais se tornaram evidentes a partir de nosso distanciamento (intelectual)<sup>2</sup> e um processo de desnaturalização dessa ordem posta, enraizada.

Essa discussão reforça a ideia de que é do encontro de motivações pessoais que se produz o conhecimento de uma dada realidade, que é sempre parcial e situacional, em permanente processo de construção (SILVA, 2008).

O objetivo deste texto foi construir uma reflexão sobre a violência de gênero, tendo como enfoque as relações de poder no espaço, a partir de um estudo de caso na cidade de Três Lagoas-MS.

A principal hipótese, era a de que diversas mulheres, vítimas de violência de gênero, encontravam-se conformadas com algumas situações que envolvem a violência e as relações hierárquicas de poder, por não conhecerem outra realidade.

Ao longo do trabalho, essa hipótese foi confirmada, mas conseguimos avançar no sentido de compreender outras motivações que inibem a realização de denúncias por parte das mulheres; motivações que serão apresentadas e discutidas neste artigo.

Do ponto de vista metodológico, combinamos dados objetivos, mas principalmente informações geradas com a realização de uma entrevista, com uma mulher vítima de violência de gênero, moradora da cidade de Três Lagoas-MS. A pesquisa teve como base uma abordagem qualitativa.

A entrevista foi realizada com Estela<sup>3</sup>, de 46 anos, moradora da cidade de Três Lagoas. De modo geral, Estela representa um padrão dos casos quantitativos analisados na pesquisa (faixa etária de 18 a 59 anos). Ou seja, a entrevistada conjuga essa característica predominante, dentre as características que foram identificadas nos boletins investigados, e por isso ela foi escolhida.

Além disso, e tão importante quanto o primeiro aspecto (faixa etária), tínhamos um conhecimento do caso de violência envolvendo Estela, essa relação já existente entre a entrevistada e as pesquisadoras favoreceu a realização da entrevista, no intuito de obtermos um relato significativo em relação à esse assunto com um grau considerável de detalhamentos, já que a interação social gerada pela situação da entrevista, foi favorecida por esse conhecimento prévio que tínhamos com Estela.

A opção de realizarmos uma entrevista está relacionada à necessidade de geração de informações qualitativas, que por conseguinte foram tratadas qualitativamente, de maneira que não são quantificáveis. Nos termos de Kapp (2006), a plausibilidade está relacionada à sua potência explicativa e não à confirmação por um certo número de entrevistas.

O roteiro de nossa entrevista foi semiestruturado, constituído de dez

2. Haja vista que, para que um processo de escolha possa ser científico, há a necessidade de a cientista se distanciar, de criticar e avaliar o modo pelo qual a opinião pública, o senso comum ou os partidos políticos tratam da questão (MARRE, 1991). Nos termos de Durkheim, escolher um tema de pesquisa é um momento de ruptura.

3. Todos os nomes utilizados neste texto são fictícios para não comprometer a identidade dos sujeitos sociais. A entrevista aconteceu em julho de 2018.

questões, dividido em dois blocos: perfil da entrevistada e questões ligadas à violência. O roteiro foi norteador, utilizamos um gravador para que a entrevista fosse registrada e posteriormente transcrita. O local da entrevista foi escolhido pela entrevistada, neste caso, em sua própria casa. Algumas perguntas e narrativas da entrevista foram transcritas neste texto para subsidiar nossas análises, quando colocadas em contextos teóricos. As perguntas estão escritas entre colchetes e em letras itálicas, seguidas pelas respostas da entrevistada.

Para o levantamento de dados secundários, utilizamos: a) dados retirados de notícias locais; para isso fizemos o acompanhamento diário dos jornais e utilizamos especificamente as notícias publicadas que ofereciam um panorama da significativa posição que Três Lagoas exerce no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, no que diz respeito aos altos números de violência de gênero registrados; e b) dados fornecidos pela Delegacia de Atendimento à Mulher (DAM) de Três Lagoas, durante o primeiro trimestre de 2017, período em que os dados já estavam sistematizados.

### **Geografia e violência de gênero: os possíveis diálogos**

Faremos alguns apontamentos iniciais nesta seção para mostrar nossa posição teórica metodológica em relação ao conceito de gênero e violência de gênero, para em seguida desenvolver algumas reflexões a partir de dados empíricos/quantitativos coletados, e por conseguinte mostrar algumas limitações desses dados, no âmbito da nossa investigação.

Por outro lado, avançar nas possibilidades de desdobramentos de análises a partir do conceito de espaço diferencial (LEFEBVRE, 2000) em relação a essa problemática, que nos exige uma análise de informações qualitativas.

Os gêneros masculino e feminino são papéis desempenhados socialmente, por machos e fêmeas humanos, são construções sociais. O conceito de gênero nega a construção universal das diferenças sexuais e implica a análise temporal e espacial na configuração das relações sociais, envolvendo uma perspectiva relacional, já que as mulheres são concebidas na sua relação com os homens, nas palavras de Silva (2008).

A definição de gênero remete a um elemento constitutivo das relações sociais e a uma forma de significar relações de poder, possui um valor heurístico para apreender tanto o processo histórico de construção do masculino e do feminino como outras formas de relações de poder (LAN, 2008).

Segundo Silva (2008) as abordagens iniciais sob a ótica do patriarcado careciam de aprofundamentos teóricos e sofriam com a reprodução das mesmas leis gerais, que dificultavam a expansão do campo de análise; além disso, seus fundamentos reforçavam a eterna posição de vitimização das mulheres, impossibilitando o vislumbre de possibilidades efetivas de transformações sociais.

Essas abordagens foram, segundo a autora enriquecidas pelo conceito de gênero, o que, removeu a carga de imutabilidade e onipresença que o patriarcado expressava de forma isolada, perspectiva que melhor dialogou e fundamentou as análises desenvolvidas e apresentadas neste artigo.

Santos e Izumino (2005) também compreendem gênero, como construção

social do masculino e do feminino e como categoria de análise das relações entre homens e mulheres. Este conceito passa a ser utilizado para se compreender as complexidades das relações entre homens e mulheres. O uso da categoria gênero introduz nos estudos sobre violência contra as mulheres uma nova terminologia para se discutir tal fenômeno social, qual seja, a expressão ‘violência de gênero’, a qual adotamos nesse debate.

A adoção do conceito de gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos (SILVA, 2008), além da ampliação de nossos campos de estudos e pesquisas, já que o espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero. Nesse sentido, para Massey (1984) a organização do espaço é compreendida como sexista e funciona como um elemento de ordenamento das relações de gênero. Avançando nesta ideia, cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo hierarquizada, com primazia dos homens sobre as mulheres (SILVA, 2008).

Do ponto de vista quantitativo, realizamos pesquisas nos jornais do contexto violento e alarmante que tem sido os casos de feminicídios<sup>4</sup> no Brasil e em específico no Estado do Mato Grosso do Sul com enfoque na cidade de Três Lagoas, nosso recorte territorial.

De acordo com o mapa da CPMI<sup>5</sup> foi constatado até 2014 que o Estado de Mato Grosso do Sul estava entre os 10 estados com maiores taxas de feminicídios do país, com cerca de 6,1/100 mil mulheres.

De acordo com Jornal do Povo<sup>6</sup> de Três Lagoas (25/01/2014) a Delegacia de Atendimento à mulher de Três Lagoas (DAM) até a data dessa notícia, já havia registrado 101 Boletins de Ocorrência (BOs); essa estatística revela que no município ocorre quase a metade de todas as denúncias de violência contra mulher registradas em todo o Estado.

Nos anos de 2016 e 2017 de acordo com o noticiário Campo Grande News (19/07/2017)<sup>7</sup> e Hoje Mais (17/01/2018)<sup>8</sup> foram registrados respectivamente 1367 e 1310 casos. Três Lagoas tem sido uma das cidades, cujos casos ocorridos no espaço urbano, lidera o número de ocorrências de feminicídios e violência de gênero no Estado, com cerca de 27,78% dos casos.

Segundo Almeida (2019), no primeiro trimestre de 2017 ocorreram 103 (cento e três) ameaças a mulheres notificadas nas delegacias de Três Lagoas (Tabela 1). Segundo o autor, foram atendidas pelos CRAS mais de 80 mulheres, no primeiro trimestre de 2017, que sofreram algum tipo de violência

4 Altera o Art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídios como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o Art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

5 Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM).

6 Jornal local – Três Lagoas. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/tres-lagoas-e-responsavel-por-metade-das-queixas-de-violencia-contra-a-mulher-em-ms-jornal-do-povo-25012014/>.

7 Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/violencia-e-medo-a-equacao-que-ja-matou-18-mulheres-em-ms-em-2017> Acesso em: 19/11/2019.

8 Disponível em: <https://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/geral/balanco-da-violencia-e-alto-o-indicio-de-feminicidio-no-municipio>.





de gênero, variando de agressões (físicas e verbais), ameaças, entre outras.

Além disso, o autor em sua pesquisa trata dos casos de lesão corporal, que nesse mesmo período foram denunciados 62 casos, sendo que a maior parte (28 deles) ocorreu no mês de fevereiro de 2017; as vítimas possuíam entre 18 e 59 anos, sendo que apenas 4 delas possuíam menos de 18 anos de idade.

Tabela 1: Casos notificados na Delegacia de Atendimento à mulher de Três Lagoas, relativos a ocorrências de ameaça contra mulher, do período de janeiro a março de 2017.

Meses	Quantidade de ameaças
Janeiro / 2017	46
Fevereiro / 2017	42
Março / 2017	15
Total	103

Fonte: Almeida (2019).

Tendo em vista esses números e indicativos, voltamos a ressaltar a importância de abordar essa problemática no âmbito da Geografia, pois trata-se de um fenômeno socioespacial, porém a proposta é se voltar para uma análise qualitativa, analítica e reflexiva; tendo os dados quantitativos como pontos de partida.

A dimensão quantitativa se mostrou relevante, mas insuficiente para desenvolver nosso debate, que envolverá na próxima seção, mais que uma quantificação de dados, mas alguns tensionamentos em relação a essa ordem estabelecida.

Lopes e Silva (2013) reafirmam a importância do trabalho empírico na Geografia e dos estudos na escala local como elementos necessários para alavancar possibilidades de minimizar as desigualdades sociais e com todas as formas de violência. Insistimos neste ponto mesmo diante de um contexto, por parte da corrente de pensamento majoritária na geografia, de dificuldades de aceitação de incluir as diferenças de gênero como elementos de análise da estrutura socioespacial (SILVA, 2008).

Com isso, entendemos a importância de fazer essa discussão no âmbito da ciência geográfica e problematizar a compreensão do espaço enquanto ‘espaço abstrato’, ou seja, compreendido majoritariamente pelas relações econômicas, com um receptáculo, que apenas recebe ações dos agentes produtores. Compartilhamos da crítica de Silva (2008), de que o viés estruturalista criou uma feminidade genérica, pautada pelas relações de classe e fundamentada na figura da mulher esposa, mãe e trabalhadora, pouco preocupada com outras identidades marcadas por sistemas políticos e culturais de opressão, como a sexualidade e a raça.

Propomos avançar, como uma espécie de segundo plano neste texto, nas reflexões acerca do espaço diferencial (LEFEBVRE, 2000), este produzido pelos corpos, pela prática espacial produtora de espaço, que não está apenas localizada no espaço, mas é o próprio espaço; e neste contexto a cidade se converte em um campo fértil para a investigação, nos termos de Silva (2008).

Para Lefebvre (2000), a corporificação tensiona a abstração do espaço, os processos de alienação da vida, bem como a forma de compreender o espaço a partir de um olhar dominante, pois para o autor não há um ‘pensador puro’, mas um ser corporificado<sup>9</sup>, o que deriva em muitas circunstâncias uma colonização do que deve ser pesquisado na Geografia<sup>10</sup>.

### **Análise da Violência de Gênero: ... querendo ou não eu tinha que me casar com ele, porque eu dormi fora**

Para o desenvolvimento desta seção, nossas análises pautaram-se, do ponto de vista empírico, na história de vida (com enfoque para a dimensão da pesquisa) de uma mulher, como evidenciamos na Introdução deste artigo, moradora da cidade de Três Lagoas-MS e vítima de violência de gênero.

Estela é mãe de três filhos (Lucas de 27 anos, Mateus de 23 anos e Angélica de 13 anos) que concebeu durante seu casamento. Hoje é pós-graduada, com formação em pedagogia e artes, divorciada a cerca de dez anos do seu relacionamento, que declarou ter sido abusivo, com Joaquim.

Joaquim é dez anos mais velho que ela; se conheceram quando Estela tinha 15 anos e, portanto, Joaquim 25, foram casados por 21 anos. Segundo a entrevistada, a relação começou quando ela viu em Joaquim um escape da vida de pobreza e violência que tinha em casa. Seu pai era um homem que ficava fora de casa por meses, deixando a mãe e os filhos sozinhos, os quais tinham uma relação de dependência econômica em relação ao pai. Segundo Estela, era comum faltar alimento e vestimentas e mesmo assim, a ausência do pai era, segundo ela, um alívio, pois, os retornos do pai eram sempre marcados por violências e agressões.

Estela nos declarou, antes de começarmos a entrevista (antes do início da gravação), que foi obrigada a se casar, contou que foi cortejada por Joaquim, que lhe dava muitos presentes, já que ele tinha uma situação econômica melhor do que ela, segundo Estela. Poucos meses após o início do namoro, Joaquim comprou uma casa e a levou para dormir com ele, naquele mesmo dia, seu pai já não a aceitou de volta em casa; a partir deste momento, começou segundo Estela a relação matrimonial.

Estela também nos contou como a relação mudou “da água para o vinho” (em seus termos) entre eles, naquela mesma semana que passaram a viver juntos na mesma casa, as agressões começaram, além das verbais, as agressões físicas se tornaram cada vez mais presentes e rotineiras.

Como ressaltado, Estela teve três filhos com Joaquim, contou que ele nunca foi um pai agressivo, que as violências eram guardadas apenas para ela, e que

9 Segundo Silva *et al* (2019, p. 73), que tecem uma crítica às abordagens brasileiras, da qual compartilhamos, a proposta filosófica de Lefebvre oferece muito mais que uma análise marxista clássica do espaço e vai muito além da esfera da produção; apesar de sua abordagem do espaço social ser potente para produzir um processo de corporificação do conhecimento geográfico, a filosofia lefebvriana que foi utilizada na geografia brasileira realizou uma filtragem interpretativa, privilegiando o espaço da produção econômica. Concordamos com os autores de que a corporeidade lefebvriana, de modo geral, foi negligenciada pela interpretação geográfica brasileira.

10 Tema muito discutido no XIII Enanpege, São Paulo. Ressaltamos a mesa 12: “Geografia, gêneros e questões étnico-raciais”.

se não fosse pela interferência e apoio dos filhos mais velhos ela não teria conseguido sair dessa relação abusiva, pois teve medos, medo de passar por dificuldades financeiras, medo de ser morta por ele, já que as ameaças (também de morte) eram rotineiras.

Divorciada, Estela possui uma renda mensal de aproximadamente seis mil reais<sup>11</sup>, afirmou fazer tratamentos psicológicos para ajudá-la nas ‘cicatizações’. Consideramos relevante apresentar essas características no texto para não pecar pelo alto grau de generalidade (MCDOWELL, 1999 apud SILVA, 2009). O que fizemos foi considerar uma parte de uma universalidade de relações que se estabelecem entre homens e mulheres, considerando o contexto social e espacial de Estela. Além disso, dar visibilidade aos casos de mulheres que sofrem violência de gênero em todas as classes sociais.

*[Quando criança presenciou ou sofreu algum tipo de violência, seja ela verbal ou física?]*

*Quando eu era criança meu pai maltratava minha mãe, ele batia na minha mãe, tipo assim, ele sumiu 6 meses, 7 meses, sem dar notícias, sem mandar dinheiro, minha mãe com 3 crianças, que é eu e minhas duas irmãs e assim, faltava o que comer, faltava o que vestir, calçado era uma vez no ano, roupa era uma vez no ano, entendeu? Então foi uma vida bem sofrida. Quando eu me casei com o Joaquim, na minha cabeça era uma coisa normal, porque eu vivia aquilo ali, então eu via minha mãe sendo... minha mãe apanhar, eu via minha mãe viver o que eu estava vivendo, entendeu? Só que assim, vamos colocar que minha mãe teve mais sorte, porque meu pai sumia, ficava 6,7 meses sem dar notícias, né, quando ele voltava, voltava agressivo, aí, só que ele bebia também, meu pai bebia, caía na sarjeta, né, então era um contexto bem diferente do meu. (Estela, 46 anos, mulher entrevistada)*

Estela contou que a violência de gênero era algo já presente na história de vida dela e de Joaquim, ela que além da pobreza, via sua mãe ser agredida pelo pai e Joaquim que também vivenciou a agressão no âmbito familiar, cometida pela mãe. Verificamos ao longo da entrevista como a violência compareceu na vida de Estela (ainda que esse trecho foi mais significativo), e por conseguinte uma naturalização disso, como se toda relação entre homem e mulher tivesse que ser opressora, desigual e violenta.

Segundo Teles *et al* (2003) apud Lopes e Silva (2013) a prática da violência de gênero em muitos casos é transmitida de geração a geração tanto por homens como por mulheres e tem sido o primeiro tipo de violência em que o ser humano é colocado em contato de maneira direta.

A prática da violência perpetuada por tanto tempo no âmbito das relações humanas é vista como natural em muitas circunstâncias, como se fizesse parte da natureza das relações humanas. Medeiros *et al* (2008) salienta que a mulher e seu respectivo agressor estão numa sociedade em que, de alguma forma,

11 As críticas levantadas pelas correntes pós-estruturalistas, não diminuem a importância das análises estruturais, mas possibilitam o desenvolvimento do pensamento complexo. Isso porque os trabalhos de cunho estruturalistas também absorvem as relações de gênero transpassadas pelas noções de classes, raças, idades e etnias (SILVA, 2008, p. 39).

pode estar sendo determinante nas formas de naturalização de certos atos violentos.

*[Em qual momento ele se mostrou um agressor?]*

*Assim que eu casei com ele, assim... ele ganhou, não ele comprou o direito de uma casa na Vila Piloto, aí ele me levou pra essa casa, um dia e não me levou de volta, no outro dia meu pai já não me aceitou dentro de casa, entendeu? Então assim, querendo ou não eu tinha que me casar com o Joaquim, porque eu dormi fora. Aí naquela semana, eu me casei em setembro né, naquela semana mesmo ele já começou a judiar de mim, entendeu? Naquela semana mesmo ele já começou a me humilhar me maltratar, naquela semana mesmo ele já, já me agrediu fisicamente. (Estela, 46 anos, entrevistada)*

Estela relatou que foi obrigada (por certas normas/convenções sociais) a casar com Joaquim por conta da ‘honra’ (em suas palavras), seu pai já não a aceitava de volta em casa, porque ela dormiu uma noite fora, isso se revela como uma forma de poder para controlar a vida de uma mulher, como afirmam Souza e Nery (2016). Dentro dos pontos de controle sobre a mulher, neste momento a sexualidade e os valores machistas exerceram seus papéis.

Souza e Nery (2016) que abordam a sexualidade como instrumento de poder, também consideram outros instrumentos sobretudo a religião, esta que também exerce influência sobre a sexualidade, mais especificamente sobre a sexualidade da mulher, já que as mulheres estão sujeitas a estereótipos e alguns padrões normatizados.

Além da sexualidade e da religião e outras instituições culturais<sup>12</sup>, os instrumentos de poder se mantêm devido a outros quatro campos inseparáveis de análise da exploração do homem sobre a mulher: o trabalho doméstico, o trabalho remunerado, o Estado e a violência (MCDOWELL, 1999, apud SILVA, 2009).

Nesta mesma narrativa Estela afirmou que o seu relacionamento mudou a partir desse ponto, um fato (a partir do casamento), ou seja, o comportamento do parceiro mudou a partir do momento em que foram morar juntos.

Por isso trazemos para o debate a ideia de que o espaço é político e ideológico e o corpo humano pode ser compreendido como integrante da relação entre poder e espaço, segundo Silva, Ornat e Chimin Junior (2019). Os autores fizeram uma (re) leitura da obra de Henri Lefebvre e nos trouxeram as múltiplas relações entre corpo e espaço, buscando compreender os silenciamentos e tensionamentos atuais entre a geografia e o corpo.

No âmbito das relações familiares:

*[E como ele é com os filhos?]*

*...ele sempre foi um pai bom, até assim, o meu filho mais velho, não aceita ele, não aceita ele de jeito nenhum, até assim, quando meus*

12 Há um domínio dos homens também no campo das instituições culturais, este domínio é compreendido pela primazia da ótica masculina na elaboração das representações sociais hegemônicas das mulheres, consideradas inferiores a eles (SILVA, 2009).

*filhos começaram a crescer eles começaram a enfrentar o Joaquim, tipo assim, ele partia pra cima de mim, o Mateus e o Lucas partia pra cima dele, né, aí o Lucas falou assim “mamãe até quando você vai aguentar isso aqui? Até a hora que acontecer alguma coisa ruim com a gente?” Aí foi onde eu falei, “não meu filho nós vamos embora”, e uma semana depois eu vim embora mesmo, entendeu? (Estela, 46 anos, entrevistada)*

Assim como narrado por Estela, na maioria das ocorrências o agressor é o próprio companheiro da vítima e as agressões ocorrem no próprio espaço doméstico, este torna-se um lugar de sensações, medos e perigos constantes, o que geram marcas não apenas físicas, mas também morais e psicológicas nas mulheres e na família como um todo, um espaço em que predomina uma relação de dominação entre os corpos.

Saffioti (1999) ainda afirma que muitas mulheres não conseguem sair de um relacionamento abusivo, isso inclui deixar a casa em muitas situações, sem o auxílio externo, seja ele por motivo de dependência financeira ou emocional, por pensar nos filhos ou o medo, medo de mais violência. Nesse sentido a fala de Estela é exemplar, que no depoimento anterior afirmou que conseguiu sair da casa e se mudou, com os filhos, para a casa da mãe, também na cidade de Três Lagoas.

*[...] Eu não tinha que aguentar, né, eu não sei porque eu fiquei tanto tempo, eu tinha tanto medo dele, tanto medo, que quando eu pensava em ir embora, o medo era maior então acabava não indo, [...]aí quando a vinte e três anos atrás, eu tinha uma amiga que foi criada junto, e ela pegou e foi embora com um cara, o cara começou a judiar dela, né, judiou, judiou, batia e todas as vezes que ela vinha pra Três Lagoas, porque ela morava na fazenda,[...] o marido dela matou ela, sabe e então quando eu vim embora aí a dona Odete que é a mãe dela falou assim pra mim: “Filha volta com o Joaquim se não ele vai te matar também” minha mãe também, [...] vim embora mesmo por causa dos meus filhos, porque senão eu acho que eu tava lá até agora, de medo, de medo entendeu. Mas minha família me apoiou muito, tanto meus filhos, né, tanto minha mãe, meu pai, minhas irmãs, os vizinhos lá da minha mãe, sabe, então eu tive um apoio muito grande da minha família, senão eu acho que não tinha conseguido também não, pelo medo mesmo. (Estela, 46 anos, entrevistada)*

Nessa narrativa, Estela conta parte de sua própria experiência de violência que viveu com o marido, mas também a história de uma amiga que assim como ela vivenciou um relacionamento abusivo de violência e foi morta pelo parceiro, o que a deixou com mais medo, medo de tentar sair do relacionamento e o mesmo acontecer com ela. E nesse contexto, Estela ressalta como foi importante o apoio de seus familiares e amigos para conseguir sair dessa relação e, portanto, sair da casa, do espaço principal de dominação. Espaço em que o marido mantinha um domínio da relação, um uso excessivo



de poder tanto dentro da casa, quanto na loja, empreendimento comercial do marido.

Desdobrando as análises que compartilhamos de Silva *et al* (2019) acerca da obra de Lefebvre, os sistemas de gestos e comportamentos, neste caso de dominação, não são realizados “no espaço”, mas os próprios corpos produzem espaços, uma vez que as ações e as vivências estão incorporadas de ideologias.

Não compreendemos o espaço enquanto um vazio preexistente, dotado de propriedades formais sozinho, tampouco um contêiner esperando para ser preenchido por matérias e corpos, pelo contrário, os corpos e suas ações criam/produzem espaços (LEFEBVE, 1991). Neste caso, principalmente os espaços da casa e da loja, local de moradia e trabalho de Estela eram espaços de dominação e de opressão, em que as ações do marido produziam esse espaço diferencial, os quais Estela não gosta de ‘passar nem perto’, em suas palavras.

O domínio e a violência não ocorriam apenas dentro da casa e na loja, mas também em locais que seu cônjuge gostava de exibir esse domínio (mais simbólico neste caso), e poder na frente principalmente dos funcionários (segundo ela), ou quando por posse e dominação queria que soubessem que ele era o chefe. Nesse sentido Estela relatou:

*É como se eu tivesse algum defeito, que a impressão que dá, que eu teria algum defeito, que eu era transparente no caso, que eu só era vista pra trabalhar e pra me maltratar; era só assim que eu era vista, hoje não, hoje eu sou uma pessoa, né, sabe assim, a minha casa era grandona, tinha piscina, tinha tudo, era uma casona, e ele batia assim gritando, não pra mim, mas pra Três Lagoas escutar, que quem mandava ali era ele, e enquanto ele tivesse vida, ele mandava, então isso eu escutei muito... (Estela, 46 anos, entrevistada. Grifo nosso)*

Assim compreendemos o espaço, enquanto uma dimensão também de conflitos inclusive de gênero que se expressa em distintas situações ligadas às relações de poder. Segundo Lan (2009), as desigualdades de gênero se ligam a construções socioculturais e históricas que transformam as diferenças sexuais em desigualdades hierárquicas que pressupõem um acesso diferenciado a diversas formas de poder e, por conseguinte de espaço.

Evidenciamos nesse contexto um movimento dialético, uma vez que ao mesmo tempo em que o espaço é gerado pelas presenças e ações dos corpos, em contrapartida, as leis do espaço produzido também governam o corpo e a utilização de suas energias (LEFEBVRE, 2000).

A casa de Estela foi um espaço produzido a partir de relações de poder, dominação e violência, e sempre dentro desse espaço Estela se sentia ameaçada, coagida; essas ameaças condicionavam os comportamentos de Estela dentro da casa, verificamos que ao mesmo tempo em que a prática de dominação produz espaços de controle, condiciona e reforça novas práticas.

A possibilidade que se abre com pesquisas qualitativas no âmbito da violência de gênero e Geografia, é pensar como essas desigualdades, hierarquias e relações de poder produzem espaço, por meio do uso, das apropriações e das disputas e nesse sentido engendra significados e

representações do espaço. Isso contrapõem a ideia de que o espaço geralmente é como algo que permite a igualdade entre os outros, no entanto é uma igualdade imaginária, porque em nenhum caso é verdadeira (LAN, 2009).

No âmbito das denúncias das agressões, um tema levantado por Estela durante a entrevista, verificamos algumas “ausências”, tanto no sentido em denunciar, quanto no sentido das medidas a serem tomadas pela justiça em relação ao agressor.

Em suas pesquisas Lopes e Silva (2013) verificaram que, embora, grande parte dos registros tenham sido feitos por vítimas de baixa escolaridade e renda, não podemos inferir que a violência contra as mulheres apresente somente vítimas com essas características. Existem diferentes modalidades de exercer a violência e ela atravessa todas as classes sociais, com diferentes manifestações (LAN, 2009). Com isso, as relações de poder estabelecidas pelo homem acontecem mesmo quando a mulher detém da sua autonomia financeira, como o caso de Estela, nossa entrevistada. Segundo Azevedo (1985) apud Lopes e Silva (2013):

O fato de em algumas relações a mulher ter maior escolaridade ou um emprego que tenha mais status que o do marido poderia contribuir para que houvesse violência entre o casal. Pois este tipo de arranjo familiar subverteria a família patriarcal tradicional e colocaria em xeque o status quo do homem como principal provedor. Assim, o homem usaria a violência como uma forma de impedir a 'subversão da ordem', de garantir que as coisas 'ficassem em seu lugar'. (AZEVEDO, 1985 apud LOPES E SILVA, 2013, p. 66).

Uma questão relevante envolvida no âmbito das denúncias, trata-se das dificuldades que algumas mulheres têm em fazê-las, dificuldades de acesso, tanto no sentido espacial (de mobilidade), de chegarem até a Delegacia da Mulher, quanto no sentido mais abstrato, ou seja, de reunir esforços para fazer a denúncia, frente às pressões em não fazê-la, sobretudo do agressor.

Combinado a isso, a falta de qualificação de alguns funcionários desses órgãos torna-se um aspecto agravante, segundo nossa entrevistada; os quais deveriam ser mais especializados, para lidar com situações de violência de gênero. Segundo Estela muitas vezes, alguns profissionais não conseguem dialogar de forma adequada com as vítimas, que já chegam ao local sensibilizadas pela violência.

A falta de credibilidade no depoimento da vítima também costuma ser uma questão importante, já que em algumas situações não existe uma marca física evidente na mulher, que seja suficiente para efetuar a denúncia ao ver da polícia, para a prisão do agressor, segundo Estela, ao relatar sua experiência.

### ***E a Lei? ... você vai, você dá parte e ninguém faz nada, ninguém fala nada***

De uma maneira dialógica, correlacionamos, nessa seção do artigo, as questões sobre as experiências de Estela e os pontos que já discutimos, o atendimento às vítimas de violência doméstica com a legislação que trata desses crimes.

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), também é um reconhecimento à luta

**Patrícia Helena Milani, Bianca de Oliveira Lima**



por justiça de Maria da Penha, na época das agressões, a farmacêutica, sofreu diversas tentativas de assassinato do então marido, uma delas a deixando paraplégica.

Em 2001, após 18 anos de omissão do Estado Brasileiro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) acatou as denúncias feitas em 1998 pelo Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL/Brasil) e pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher e responsabilizou o Estado brasileiro por omissão e negligência em relação à violência doméstica, recomendando várias medidas no caso específico de Maria da Penha e a revisão das políticas públicas vigentes no âmbito da violência contra as mulheres.

A partir de então, em 2006, a Lei finalmente foi sancionada e políticas públicas voltadas para a proteção e atendimento às mulheres.

Sobre a Lei Maria da Penhas, Lopes e Silva (2013) afirmam que:

A Lei Maria da Penha (LMP) é hoje o principal instrumento de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. Dentre as muitas inovações trazidas pela Lei destacamos: a proibição das penas pecuniárias; a proibição da entrega da intimação pela mulher ao agressor e a possibilidade de prisão preventiva do agressor quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher. A Lei também prevê que a renúncia da denúncia ocorrerá apenas perante o juiz. Além disso, permite ao juiz conceder, no prazo de 48 horas, medidas protetivas de urgência, entre as quais estão o afastamento do agressor do lar, a suspensão do porte de armas do mesmo e o distanciamento da vítima. Os casos que envolverem questões familiares serão apreciados pelo juiz do Juizado Específico de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, o qual também tem sua criação prevista pela Lei. (LOPES E SILVA 2013, p. 62)

Quando perguntamos a entrevistada se conhecia a Lei Maria da Penha e se havia buscado ajuda especializada na Delegacia de Atendimento à Mulher de Três Lagoas, Estela relatou:

*Fui umas 3 vezes, só que assim, você vai, você dá parte e ninguém faz nada, ninguém fala nada, até hoje ele não foi chamado, entendeu? É uma coisa assim, uma vez eu fui e na época a delegada era a Marcia, eu acho, pra chamar ele pra fazer um tratamento, pra obrigar ele a fazer um tratamento, aí ele falou que ia e não foi coisa nenhuma e a hora que eu cheguei em casa, que ele viu que eu dei parte dele, ele me agrediu de novo, você entendeu, aí a pessoa fica com medo de dar parte, porque não tem apoio de ninguém, não tem! E teve outra vez que eu vim aqui do outro lado e dei parte, falei que quando eu vim embora ele me ameaçava através de mensagem, aí eu mostrei a mensagem, falou desse jeito assim na mensagem “olha você compra teu caixão que até sexta-feira você vai ocupar ele” né eu fui lá e levei pra ela, e no entanto ninguém fez nada, nem foi chamado por isso, sabe, então não adianta, é uma coisa assim, Ah tem a Lei Maria da Penha é uma coisa tão mentirosa, tão... para! Agora essa*



*semana, essa semana não, tem uns quinze, vinte dias, uma mulher que trabalha na escola X, o marido/namorado quebrou o nariz dela! Jogou o celular no rosto, regaçou com ela, acabou com ela! Ele ficou preso 3 dias[...] Então não adianta, não adianta [...] ta porque a Marisa mesmo, essa mulher que eu acabei de falar pra você, tem uns 15 dias que ela foi agredida, ele ficou 3 dias preso, entendeu, então assim o que ele quiser fazer ele vai fazer. Não tem... (Estela, 46 anos, entrevistada)*

Neste momento da entrevista, Estela continuou no relato de como procurou a delegacia algumas vezes, a última após a separação em que obtinha provas de ameaças de morte e nada foi feito pelo órgão responsável, segundo ela. Ao desdobrar o assunto, Estela relatou também um acontecimento recente (2018) envolvendo uma colega de trabalho agredida pelo parceiro, este último permaneceu preso por três dias e depois foi solto sem nenhuma medida a ser seguida. Sobre essas questões legais Saffioti (2001) analisa as ideias de Mackinnon (1989), segundo ela:

Mackinnon não interpreta esse fenômeno como contradição, mas como autorização para os homens cometerem violência contra as mulheres, na medida em que apenas os excessos são codificados como tipos penais. Endossa-se esta visão, uma vez que ela é passível de fácil constatação. Toma-se o exemplo da lesão corporal dolosa (LCS). Seu autor está sujeito a punição desde que a violência perpetrada deixe marcas no corpo da vítima. Quando isto não ocorre, há necessidade de prova testemunhal. Ora, raramente se dispõe deste tipo de prova. A violência doméstica e a intrafamiliar podem ser praticadas diante de parentes, especialmente filhos menores. Porém, estas testemunhas são inválidas pelo laço do parentesco. Assim, a LCD leve nunca serve de base para a punição de seu autor. (SAFFIOTI, 2001, p. 121).

Ainda sobre essas dificuldades retratadas por Estela sobre o atendimento nas DEAMs, Bandeira (2014) afirma:

Infelizmente, ainda persistem problemas nas Deam's e nos serviços públicos voltados ao combate e ao atendimento deste tipo de violência. Somadas às restrições referentes à capacitação e sensibilização dos recursos humanos, que ainda possuem representações patriarcais sobre a mulher, sofre de carência dos equipamentos necessários aos procedimentos de investigação e ao acompanhamento dos casos, reduzindo o êxito policial e dos demais trabalhos que devem atuar de modo integrado em rede. Diante das dificuldades, são muitos os desafios a enfrentar. Porém, o maior deles é qualificar adequadamente os/as agentes públicos/as para perceber os processos de opressão a partir dos grupos vulneráveis, assim como dos mecanismos concretos que introduzem e reproduzem as desigualdades de gênero. (BANDEIRA, 2014, p.5)

Nesse âmbito, um jornal de circulação local da cidade de Três Lagoas,

**Patrícia Helena Milani, Bianca de Oliveira Lima**



abordou o assunto com informações que consideramos relevantes:

De janeiro a dezembro de 2017, a Delegacia de Atendimento à Mulher em Três Lagoas, registrou cerca de mil casos de violência doméstica. Segundo a Secretária Municipal de Assistência Social, Vera Helena Arsioli Pinho, apenas 106 mulheres, o que corresponde a 10% das denúncias, deram prosseguimento no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) núcleo que atua na proteção e suporte à mulher. [...] Nós disponibilizamos as passagens e se precisar até levamos, todo suporte e aparato são dados”, diz. [...] “Também disponibilizamos um local que nós não divulgamos o endereço, por causa da segurança dessas mulheres. A mulher que sofre violência e precisar de um resguardo, de um local, ela tem, ela e os filhos dela não vão ficar desamparados”, completa. (HOJE MAIS<sup>13</sup>, 22/01/2018)

Quando lemos esse trecho da reportagem e vemos que apenas 10% das mulheres deram prosseguimento às denúncias, voltamos aos diversos obstáculos que dificultam o andamento do processo por parte das mulheres; obstáculos que não se limitam à ausência de alternativas econômicas mas também a falta de confiança na polícia e no sistema judicial, as barreiras psicológicas e sociais que geralmente acompanham a violência (LAN, 2009).

Diante da permanência de muitas mulheres junto ao marido, mesmo com os tratos violentos, Saffioti (1999) evidencia quatro pontos que contextualizam (de certa forma justificam) as permanências das mulheres no relacionamento e no espaço da casa, opressivo e violento.

Em primeiro lugar por se tratar de uma relação afetiva com dependências recíprocas; em segundo, mesmo que algumas mulheres de classes sociais mais abastadas detenham de uma autonomia financeira isso não a torna independente afetivamente; e em contraposição em terceiro lugar a falta de autonomia financeira da mulher, em que ela cumpre a função de mãe e dona de casa e o que nos leva ao quarto lugar, inclusive já citado no texto, a questão relacionada aos instrumentos de poder, a religião (e as instituições culturais), a família, os amigos e a necessidade de preservação do núcleo familiar, como uma responsabilidade da mulher. Souza e Nery (2016) também analisam as pressões para a permanência da mulher na relação conjugal:

É grande o número de mulheres, de modo especial as vítimas de violência doméstica e familiar, que se veem forçadas a permanecer casadas e com esforço cumprirem suas obrigações sexuais com o marido em troca de casa, comida e algum conforto para elas e os filhos. Para algumas mulheres, imaginar-se sozinha, desprotegida, sem um homem ao lado, é percebido como insuportável (SOUZA E NERY, 2016, p. 201).

Ocorre que em muitos casos os homens também dominam as instituições

13 Disponível em: <https://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/policia/dos-mil-casos-de-violencia-domestica-registrados-em-tres-lagoas-somente-10-das-mulheres-deram-sequencia-ao-processo>.



públicas e o aparato legal, nos termos de Silva (2009), muitas vezes o machismo desencadeia ações de violência também psicológicas sobre mulheres, nos contextos de denúncias.

*[Após dez anos que você fez a denúncia, como pensa que esteja o atendimento na DEAM?]*

*Esta do mesmo jeito, porque a Marisa mesmo, essa mulher que eu acabei de falar pra você, tem uns 15 dias que ela foi agredida, ele ficou 3 dias preso, entendeu, então assim o que ele quiser fazer ele vai fazer. Não tem... (Estela, 46 anos, entrevistada)*

Como já escrito, as mulheres que sofrem com a violência de gênero, enfrentam numerosos obstáculos no momento da denúncia, além das dificuldades e constrangimentos citados, também salientamos a falta de confiança na polícia, no sistema judicial e as barreiras psicológicas e sociais que geralmente acompanham a violência. As atitudes sexistas geralmente acompanham as autoridades que recebem as denúncias, segundo Lan (2008)<sup>14</sup>.

Segundo Saffioti (1999), ideia que compartilhamos, não se trata de qualificar como incompetência dos poderes públicos e delegadas, mas que o problema em questão reside no conhecimento das relações de gênero, que não é discutido por nenhuma categoria ocupacional e que tanto como os profissionais das delegacias especializadas quanto os profissionais de diversas áreas, como saúde, educação, Ministério Público, também, necessitam com urgência desta qualificação e debate. No sentido de avançar na problematização e desnaturalização dessas formas hierárquicas de estruturar as relações entre os gêneros e como isso resulta de forma direta (porém muitas vezes camuflada) em todas as dimensões dos modos de vida e das maneiras como a sociedade se produz e se reproduz socioespacialmente.

### Algumas Considerações

Consideramos que a violência de gênero esteja tão enraizada no nosso cotidiano, que, necessitamos levantar inúmeras reflexões que problematize essa naturalização; isso se deu no contexto da pesquisa, em que parte dos resultados apresentamos neste texto.

Identificamos através da (breve) análise dos dados quantitativos que os números relacionados à violência de gênero na cidade de Três Lagoas é significativo quando colocados na escala do Estado de Mato Grosso do Sul, porém como proposta metodológica de pesquisa, reforçamos que os índices foram para nós, pontos de partida, uma vez que a análise qualitativa nos permitiu avançar em algumas questões fundamentais para esse debate qualitativo, dentre as quais: as dificuldades da mulher em sair do espaço de dominação da casa e as dificuldades e constrangimentos em fazer a denúncia e um outro espaço também dominado por relações desiguais de gênero, nas delegacias.

14 A série “Inacreditável” (disponível na plataforma digital de filmes e séries Netflix) é exemplar neste sentido. A trama mostra as formas abusivas com que autoridades (homens) norte americanos tratam os casos de estupros.

No que se refere ao primeiro ponto, confirmamos a hipótese inicial de que a violência de gênero não se restringe às classes sociais mais vulneráveis do ponto de vista econômico, haja vista o caso de Estela, nossa entrevistada, que de modo geral não se enquadra no perfil de uma mulher que economicamente é dependente do marido. Assim como Lan (2009), vemos que existem diferentes modos de exercer a violência e ela atravessa todas as classes sociais; combinado a isso verificamos que existem outras formas de dependência, as quais não se limitam à econômica.

No caso de nossa pesquisa, as dificuldades em sair dos espaços de dominação (casa e comércio do marido) estavam ligadas ao medo contínuo de violência, de perseguição após deixar esses espaços, haja vista as constantes ameaças do marido. A fragilidade do amparo legal, narrado por Estela em relação ao sistema de atendimentos às vítimas de violência de gênero, não viola apenas o direito das mulheres a ter uma vida livre de violência (como se isso fosse pouco), mas lhes impede de exercer plenamente seus direitos civis, políticos, sociais e econômicos (LAN, 2009), o ir e vir, frequentar e produzir pela presença dos seus corpos diferentes espaços na cidade.

Combinado a isso e em um debate transversal, compreendemos que nessa relação de gênero há a produção de espaços a partir do uso e presença dos corpos, sobretudo espaços de dominação e de disputas; portanto compreendemos o espaço enquanto uma dimensão em constante e dialética relação de produção e condicionamento das práticas, bem como uma dimensão que envolve relações políticas de negociações e relações constantes de poder.

Para isso os instrumentos metodológicos qualitativos são de fundamental relevância, pois permitem (mesmo dentro de suas limitações) a produção de informações empíricas que possibilitam o avanço e o aprofundamento na apreensão e análise de conflitos que não se restringem à dimensão econômica, mas se combina e se complexifica com o gênero.

Por fim, encerramos este texto com um desdobramento de uma frase de Lan (2008) de que a violência de gênero contra a mulher, está inserida em uma forma determinada de relação de poder, em que se usa a violência como método de controle social e espacial sobre corpos e mentes.

### Referências

ALMEIDA, Eltoni Gomes de. **A violência contra a mulher frente ao atendimento realizado pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), do município de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2017.** 2019. Monografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Estado e Sociedade**, v.29, n.2, p. 449 – 469, 2014.

BRASIL. Lei 13.104, de 9 de março de 2015. **Para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm)>. Acesso em 15 de dez. 2019..

CAMPO GRANDE NEWS. **Violência e medo**: a equação que já matou 18 mulheres em MS em 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/violencia-e-medo-a-equacao-que-ja-matou-18-mulheres-em-ms-em-2017>>. Acesso em 11 maio 2018.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, v. 9, p. 143 - 159, 1998.

HOJE MAIS. **Dos mil casos de violência doméstica registrados em Três Lagoas somente 10% das mulheres deram sequência ao processo**. Disponível em: <<https://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/policia/dos-mil-casos-de-violencia-domestica-registrados-em-tres-lagoas-somente-10-das-mulheres-deram-sequencia-ao-processo>>. Acesso em 13 de dezembro de 2019.

HOJE MAIS. **Feminicídio**: Três Lagoas no topo da violência contra a mulher. Disponível em: <<http://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/geral/feminicidio-tres-lagoas-no-topo-da-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em 11 maio 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

KAPP, Silke, Entrevista na pesquisa sócio-espacial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, p. 1 – 32, 2020.

LAN, Diana. Género y territorio: la violencia domestica em espacios e vulnerabilidad y exclusión social – notas a partir de un caso en Argentina. IN: SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 281-299.

LOPES, Marília Cardoso; SILVA, Susana Maria Vele da. Da paixão ao crime: uma espacialização da violência contra as mulheres em Rio Grando do Sul-RS. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, p. 58-74, 2013.

MEDEIROS, Leila Maria Vieira; LEANDRO, Edélvio Leonardo; MELO, Mônica Batista de; CORTEZ, Helena Maria Almeida; SANTOS, Eduardo João Ribeiro dos. Revisitando a violência contra a mulher: Abordagens, posturas e proposições de ação em artigos produzidos entre os anos de 1980 e 2007 e indexados em base virtual. **Psychologica**, v. 48, p. 261 - 291, 2008.

MARRE, Jacques A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. In Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná, Cascavel - Paraná. **Anais...**, outubro de 1991.



SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. **Cadernos Pagu (UNICAMP)**, v. 16, p. 115 - 136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 82 - 91, 1999.

SANTOS, C. M. ; IZUMINO, W.P. Violência contra as mulheres e violência de gênero. Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**, v. 16, p. 147 - 164, 2005.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporeidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. IN: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 93 – 113.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 41, p. 64-77, 2019.

SOUZA, D. F.; NERY, I. S. A sexualidade da mulher na relação conjugal violenta. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 7, p. 195 - 211, 2016.

**Recebido em 02 de maio de 2020.**

**Aceito em 28 de maio de 2020.**

**Patrícia Helena Milani, Bianca de Oliveira Lima**

97

Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 11, número 1 (2020)

ISSN: 2177-2886

Artigo

## Violência Contra a Mulher no Brasil: Uma Análise Multivariável acerca dos Homicídios de Mulheres entre 1981 - 2016

*Violencia contra la Mujer en Brasil: Un Análisis  
Multivariable sobre los Homicidios de Mujeres entre  
1981 - 2016*

*Violence Against Women in Brazil: A Multivariate  
Analysis of Women Homicides between 1981 - 2016*

**Clayton Pereira Gonçalves**

Universidade Federal de Rondônia - Brasil  
crmiax@gmail.com

**Maria Cristina Fogliatti de Sinay**

Pesquisadora Independente - Brasil  
cristinasinay@gmail.com

**Eduardo André Teixeira Ayrosa**

Universidade Positivo - Brasil  
eayrosa@gmail.com

Como citar este artigo:

GONÇALVES, Clayton P.; SINAY, Maria Cristina F. de; AYROSA, Eduardo André T. Violência Contra a Mulher no Brasil: Uma Análise Multivariável acerca dos Homicídios de Mulheres entre 1981 - 2016. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 98 - 112, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# **Violência Contra a Mulher no Brasil: Uma Análise Multivariável acerca dos Homicídios de Mulheres entre 1981 - 2016**

*Violencia contra la Mujer en Brasil: Un Análisis Multivariable sobre los Homicidios de Mujeres entre 1981 - 2016*

*Violence Against Women in Brazil: A Multivariate Analysis of Women Homicides between 1981 - 2016*

## **Resumo**

Nesta pesquisa utilizamos a perspectiva teórica da geografia feminista para analisar a violência contra a mulher no Brasil. O propósito deste estudo é compreender como os homicídios de mulheres por mortes violentas se relacionam com fatores socioeconômicos no período compreendido entre 1981-2016. Metodologicamente utilizamos uma regressão linear múltipla com variáveis socioeconômicas para compreender o fenômeno. Os resultados encontrados apontam um modelo final composto por duas variáveis socioeconômicas com predição de 96,6% ( $R^2 = 0,966$ ). E assim, concluímos que a violência contra as mulheres está relacionada com a vulnerabilidade socioeconômica do país.

Palavras-Chave: Violência; Violência contra a Mulher; Gênero; Geografia Feminista.

## **Resumen**

En esta investigación utilizamos la perspectiva teórica de la geografía feminista para analizar la violencia contra la mujer en Brasil. El propósito de este estudio es comprender como los homicidios de mujeres por muertes violentas se relacionan con factores socioeconómicos en el periodo comprendido entre 1982-2016. Metodológicamente utilizamos una regresión lineal múltiple con variables socioeconómicas para comprender el fenómeno. Los resultados encontrados muestran un modelo final compuesto por dos variables socioeconómicas con una predicción de 96,6% ( $R^2 = 0,966$ ). Y así, concluimos que la violencia contra las mujeres está relacionada con la vulnerabilidad socioeconómica del país.

Palabras-Clave: Violencia; Violencia contra la Mujer; Género; Geografía Feminista.

## **Abstract**

In this research we use the theoretical perspective of feminist geography to analyze violence against women in Brazil. The purpose of this study is to understand how violent homicides of women relate to socioeconomic factors in the period 1981-2016. Methodologically, we used a multiple linear regression with socioeconomic variables to understand the phenomenon. The results point to a final model composed of two socioeconomic variables with a prediction of 96,6% ( $R^2 = 0.966$ ). Thus, we conclude that violence against women is related to the socioeconomic vulnerability of the country.

Keywords: Violence; Violence against Women; Gender; Feminist Geography.

**Clayton Pereira Gonçalves, Maria Cristina Fogliatti de Sinay,  
Eduardo André Teixeira Ayrosa**





### **Introdução**

A violência contra a mulher não é um fenômeno novo na humanidade, trata-se de um problema social que ainda instiga diversos pesquisadores a estudá-lo com intuito de trazer para a discussão acadêmica este problema social que afeta milhares de famílias anualmente no Brasil. Ademais, para compreendê-lo melhor devemos nos atentar que a violência contra a mulher se origina na desigualdade de gênero (AGUIAR, 2015).

Estudiosos da área de geografia feminista apontam esta perspectiva teórica como relevante para o entendimento da desigualdade de gênero nas suas mais diversas formas, inclusive na violência contra a mulher (VELEDA DA SILVA, 1998; NAYLOR *et al.*, 2017). Nesse sentido, examinamos o número de homicídios de mulheres por morte violentas no Brasil a partir da geografia feminista, que nos permite evidenciar a violência contra a mulher como desigualdade de gênero, por meio das desigualdades socioeconômicas.

Diversos estudos se propuseram a analisar os homicídios no Brasil, Oliveira (2005) analisou o período de 1991 a 2000, observando os dados dos municípios brasileiros, encontrando correlação entre desigualdade de renda, educação e criminalidade. Loureiro e Carvalho Jr. (2007) analisaram a influência dos gastos em assistência social e concentração de renda sobre a criminalidade, composta também pela taxa de homicídios, no período entre 2001 e 2003. Meneghel e Hirakata (2011) realizaram um estudo sobre homicídios de mulheres no Brasil analisando a taxa de homicídios entre 2003 e 2007, e a correlação com variáveis socioeconômicas e de saúde através de um modelo de regressão linear múltipla por Unidade da Federação. Lopes e Veleda da Silva (2013) examinaram a espacialização dos homicídios de mulheres em Rio Grande por um período de 3 meses em 2010. Carvalho e Taques (2015) analisaram a relação entre a desigualdade de renda e educação sobre as taxas de homicídios no Brasil no período de 2001 a 2009. Molinatti e Acosta (2015) analisaram as taxas de homicídios de mulheres na América Latina, incluindo o Brasil, entre os anos de 2001 e 2011. Paz (2016) analisou os inquéritos policiais referentes a homicídios de mulheres e entrevistas com familiares das vítimas no Rio Grande do Sul.

A presente pesquisa traz uma análise da desigualdade de gênero por meio de uma investigação dos homicídios de mulheres por um período mais extenso que os demais, relacionando-os com fatores socioeconômicos a nível de Brasil. Com a intenção de compreender como os homicídios de mulheres por morte violenta se relacionam com fatores socioeconômicos, este estudo analisou a evolução dos homicídios de mulheres no Brasil no período de 1981 a 2016 utilizando um modelo de regressão linear múltipla. Dessa forma, o estudo pretende contribuir para os estudos relacionados à geografia feminista no que diz respeito a violência contra as mulheres, demonstrando a relação entre violência contra a mulher e vulnerabilidade socioeconômica.

A etapa empírica deste trabalho foi conduzida com o apoio do *software* SPSS (*Statistical Package for Social Science*), utilizado como uma ferramenta estatística para analisar conceitualmente as informações geradas a partir de uma regressão linear múltipla pelo método Inserir (FIELD, 2017).

Este estudo está dividido em quatro etapas. Apresentamos uma seção acerca da geografia feminista e a violência contra a mulher. Em seguida, são

**Clayton Pereira Gonçalves, Maria Cristina Fogliatti de Sinay,  
Eduardo André Teixeira Ayrosa**



apresentados os procedimentos metodológicos em que utilizamos uma regressão linear múltipla com variáveis socioeconômicas na busca da compreensão do fenômeno. Posteriormente são apresentados os resultados encontrados e por fim, apresentamos a conclusão a respeito dos resultados encontrados assim como, limitações e sugestões de pesquisas futuras.

### **Geografia feminista e a violência contra a mulher**

Veleda da Silva (1998) e Zagarocin em Naylor *et al.* (2017) sugerem a geografia feminista como uma importante perspectiva teórica para a compreensão da desigualdade de gênero representada por diversas formas no meio social em que vivemos.

Engana-se aquele que pensa que o espaço social é neutro. Do ponto de vista de gênero, as mulheres ainda não ocupam certos lugares em nossa sociedade (VELEDA DA SILVA, 1998) e no que diz respeito aos homicídios por morte violentas o espaço em grande parte das vezes é a própria residência, significativamente distinto das mortes violentas sofridas por homens (WAISELFISZ, 2015).

O conceito de gênero é relacional (VELEDA DA SILVA, 1998) por ser constituído social e culturalmente por meio de relações de poder, dominação e opressão, que conduzem a desigualdades sociais e a exclusão (SCOTT, 1990; LAVINAS, 1997).

É notório que a mulher sempre foi relegada ao segundo plano na sociedade, com um papel reservado ao lar e as tarefas consideradas mais simples. Isto se deve à forma que a mulher “foi profundamente domesticada dentro da família patriarcal” (BEAUVOIR, 2014, p. 209).

Muitas mulheres aceitavam e ainda aceitam atitudes violentas principalmente no âmbito familiar, até porque a sociedade como afirma Beauvoir é patriarcal. A violência de gênero é entendida como uma violência histórica e estrutural em que uma das maneiras de a enfrentar é através de políticas públicas com atuação do Estado (LOPES; VELEDA DA SILVA, 2013). Contudo, preocupa-nos o avanço das políticas conservadoras a partir de 2019 (SILVA; ORNAT, 2020) que em muito contribuem para a manutenção desta desigualdade de gênero que se reflete, muitas vezes, por meio da violência.

Além disso, Bandeira (2014) destaca que a violência contra a mulher é distinta das outras formas de violência pois, o perpetrador desta ação não enxerga a vítima como um Outro igual e em mesmas condições de existência, ou seja, tal violência é motivada por demonstrações de desigualdades baseadas na condição de sexo. Seria a precariedade do Outro (BUTLER, 2011), que em seu extremo de violência promove a morte.

Ou seja, em nossa pesquisa, não pretendemos apenas inserir o gênero, temos o intuito de utilizar uma abordagem feminista para a compreensão da violência contra a mulher, buscando promover a justiça de gênero (SILVA e ORNAT, 2020), por entendermos que a violência contra a mulher é uma evidência desta relação de desigualdade.

A busca ao entendimento da violência pode ser um caminho a ser traçado para uma melhor compreensão do ambiente social ao qual pertencemos (PORTO, 2015). No entanto, apesar de a violência ser pervasiva com relação

**Clayton Pereira Gonçalves, Maria Cristina Fogliatti de Sinay,  
Eduardo André Teixeira Ayrosa**



ao tecido social, trata-se de um fenômeno que não é singular, mas sim plural e, portanto, difícil de conceituar e identificar, não existindo apenas a violência em si, mas múltiplas formas de violência (PORTO, 2015).

Além disso, Morfino (2008) embasado em Hegel (1995, [1816]), na 'Ciência da Lógica', destaca que a violência é uma ilusão de ótica, que ocorre apenas como uma reação a uma ação e ainda assim não sendo o resultado final de tal ação.

Pensando sobre as formas existentes de como a violência pode ocorrer, recorremos a conceituação de Zizek (2014) que a divide em subjetiva e objetiva. O autor define a primeira como uma violência visível, como uma ponta de um grande iceberg. São exemplos deste tipo de violência: atos de terror, conflitos internacionais e confrontos civis. Já, a violência objetiva é definida como o gatilho para a violência subjetiva. Zizek (2014) destaca que a forma subjetiva seria uma forma de explosão ocasionada pelas violências objetivas: simbólica e sistêmica.

A violência simbólica é exercida por linguagens e formas presentes na sociedade que exercem influência sobre as pessoas. A violência sistêmica está relacionada aos sistemas que regem a sociedade como um todo, principalmente os sistemas econômico e político, assim os resultados negativos destas ações são definidos pelo autor como uma violência sistêmica. Tais violências são consideradas invisíveis por Zizek (2014), podendo concluir que seria como a parte submersa do iceberg.

A violência contra a mulher que ocorre no âmbito familiar pode ser entendida como violência subjetiva, e uma possível ausência do Estado ou falha na resolução de tal problema pode ser entendida como uma violência sistêmica. O discurso machista difundido por nossa sociedade, como os argumentos referentes às roupas das mulheres ou a sua presença em determinadas profissões são exemplos de violência simbólica.

O homicídio de mulheres é divulgado por parte da mídia em determinados meios de comunicação simplesmente como um produto em que se busca atingir um maior número de pessoas, sem a devida preocupação com a vítima em si. Trata-se de uma desumanização da vítima que se torna somente produto (BUTLER, 2011), ou seja, trata-se de uma outra forma de violência sobre as mulheres.

Butler (2011) destaca que de acordo com Levinas (1999) o homem tem um desejo primário em matar o Outro. Da mesma forma, em *O mal-estar na Civilização* (2011, [1930]), Freud salienta que a agressividade é inerente à natureza humana e também fonte de prazer. Tanto Freud (2011, [1930]) quanto Butler (2011) destacam a importância e a possibilidade de se enfrentar tal violência e superá-la para que se encontre um equilíbrio.

Diversos estudos apontam para a questão da violência contra a mulher como um fenômeno que demonstra que este problema social é relevante para a academia e ainda não foi esgotado (MEDEIROS, 2011; MENEGHEL; HIRAKATA, 2011; LOPES; VELEDA DA SILVA, 2013; CECCON *et al.*, 2014; BANDEIRA, 2014; SILVA *et al.*, 2015; SCOTT *et al.*, 2016; DE MELLO AMARAL *et al.*, 2016; KIPNIS; GOMES, 2016).

Em pesquisa realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão (2013) foi constatado que as mulheres agredidas não se separam de seus

## Violência Contra a Mulher no Brasil: Uma Análise Multivariável acerca dos Homicídios de Mulheres entre 1981 - 2016

companheiros agressores por vergonha e medo de serem assassinadas. Além disso, existe a percepção de que 85% das mulheres que denunciam seus parceiros correm mais riscos de sofrer homicídio. Essa pesquisa também aponta que 70% dos entrevistados acreditam que a mulher sofre mais violência dentro de sua própria residência, o que é evidenciado no Mapa da Violência 2015. Neste estudo, Waiselfisz (2015) aponta que o percentual dos casos de violência contra as mulheres que ocorrem em suas residências é de 71,9 %. Além disso, o Mapa da Violência 2015 aponta que 27% dos casos de homicídios de mulheres ocorrem dentro da própria residência, enquanto o homicídio de homens no mesmo local representa apenas 10% dos casos.

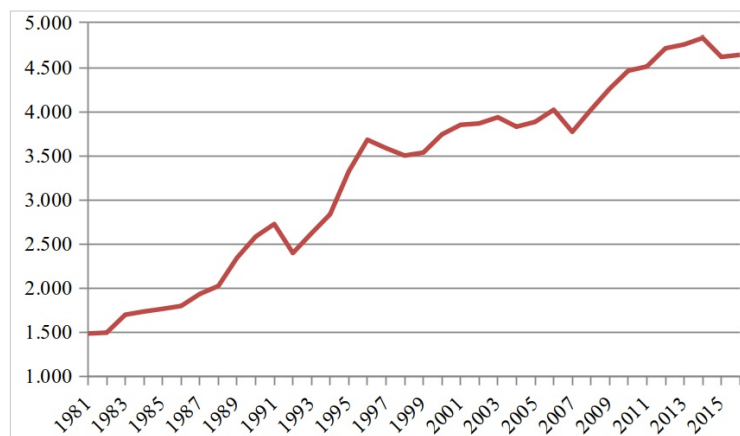
Um caso emblemático no Brasil foi o assassinato de Ângela Diniz pelo seu companheiro Doca Street em 1976, exemplo de como a sociedade, de uma maneira geral, até então, aceitava o homicídio de mulheres como defesa da honra. Em seu primeiro julgamento Doca foi condenado a dois anos de prisão e teve o direito de cumprir a sentença em liberdade a partir da argumentação da defesa de que agiu em legítima defesa da honra (MEDEIROS, 2011). No entanto, a autora destaca que o movimento feminista, em 1980, assinara o manifesto ‘Quem ama não mata’, rejeitando e reagindo à sentença, entretantes, em 1981, Doca foi novamente a julgamento e condenado por homicídio.

A pressão que a sociedade, com apoio dos movimentos feministas, impôs ao Estado sobre os casos de homicídios de mulheres no início da década de 1980 estimulou o Estado a criar políticas públicas que atendessem tal demanda (MEDEIROS, 2011).

### Procedimento metodológico

Com a intenção de compreender como os homicídios de mulheres por morte violenta são afetados por fatores socioeconômicos, este estudo analisou a evolução dos homicídios de mulheres no Brasil no período de 1981 a 2016 utilizando um modelo de regressão linear múltipla. O período escolhido deve-se a busca por uma compreensão aprofundada sobre o tema a partir da criação das primeiras políticas públicas referentes ao enfrentamento da violência contra as mulheres. No gráfico 1 apresenta-se a evolução dos homicídios de mulheres no Brasil no período estudado.

Gráfico 1 – Total de homicídios de mulheres entre 1981-2016



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Mapa da Violência 2015 (WASELFISSZ, 2015) e do Atlas da Violência 2018 (CERQUEIRA *et al.*, 2018).

Clayton Pereira Gonçalves, Maria Cristina Fogliatti de Sinay,  
Eduardo André Teixeira Ayrosa

## Violência Contra a Mulher no Brasil: Uma Análise Multivariável acerca dos Homicídios de Mulheres entre 1981 - 2016

Utilizamos o Mapa da Violência – homicídios de mulheres no Brasil (WAISELFISZ, 2015) para coletar os dados de homicídios de mulheres do período de 1981 a 2013. Os dados referentes aos anos de 2014 a 2016 foram retirados do Atlas da Violência 2018 (CERQUEIRA *et al.*, 2018), coletados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS). O total de homicídios por ano foi somado a partir das categorias X85 a Y09 da CID 10 (WAISELFISZ, 2015; CERQUEIRA *et al.*, 2018), tais categorias são denominadas como “CVLI: Crimes Violentos Letais Intencionais. Esses crimes têm como características a presença de agressão intencional de terceiros, cujos danos ou lesões causam a morte da vítima” (WAISELFISZ, 2015, p.9). Sabe-se que estes dados podem ser subnotificados (GARCIA *et al.*, 2015). Contudo, são os dados que temos registrados e utilizados nos principais trabalhos sobre violência contra a mulher no Brasil.

Devido ao interesse em estudar o período de 1981 a 2016 buscaram-se no site do IPEADATA (2019) e IBGE (2019) variáveis que atendessem aos requisitos socioeconômicos do mesmo período e correlacionado com o número de homicídios de mulheres no Brasil de acordo com o levantamento teórico realizado.

As variáveis socioeconômicas selecionadas foram: Salário mínimo real, Coeficiente Gini (desigualdade de renda) e Anos de estudos de pessoas com 25 anos ou mais. As variáveis Salário mínimo real e Índice de Gini estão associadas à renda que já foi testada empiricamente por outros trabalhos no Brasil com intuito de indicar um efeito negativo nos homicídios (OLIVEIRA, 2005; MENEGHEL; HIRAKATA, 2011; BALASSIANO; COSTA; GOMES, 2012; CARVALHO; TAQUES, 2015), a variável Anos de estudos de pessoas com 25 anos ou mais foi escolhida para representar um dado referente à educação que teoricamente estaria relacionada a uma redução nos índices de homicídios (GARTNER; MCCARTHY, 1991; OLIVEIRA, 2005; CARVALHO; TAQUES, 2015).

Após a coleta de dados observou-se que os dados referentes aos anos 1991, 1994, 2000 e 2010 não estavam preenchidos para as variáveis: Índice de GINI e Anos de estudos de pessoas com 25 anos ou mais. Sendo assim, foram retirados os dados referentes a estes anos das outras variáveis. No entanto, a variável Índice de Gini mostrou-se fortemente correlacionada com as variáveis Salário mínimo real e Anos de estudos de pessoas com 25 anos ou mais. Dessa forma, retiramos a variável Índice de Gini. Na tabela 1 estão representadas as variáveis utilizadas no modelo e suas respectivas fontes.

Para a análise dos dados, o estudo foi conduzido com o apoio do *software* SPSS e utilizado como uma ferramenta estatística para analisar conceitualmente os dados gerados a partir de uma regressão linear múltipla pelo método Inserir (FIELD, 2017).

Com intuito de identificar se os dados das variáveis atendiam aos pressupostos de normalidade e colinearidade, realizamos um diagnóstico a respeito da normalidade, colinearidade, resíduos e observações influentes.

**Violência Contra a Mulher no Brasil: Uma Análise Multivariável acerca dos Homicídios de Mulheres entre 1981 - 2016**

Tabela 1 - Variáveis: dependente e independentes

Tipo	Variáveis	Descrição	Fonte
Dependente	Homicídios de mulheres	Total de homicídios de mulheres por morte violenta no Brasil (1981-2016)	(WASELFISZ, 2015; CERQUEIRA <i>et al.</i> , 2018)
Independente	Anos de estudos	Anos de estudos de pessoas com 25 anos ou mais (1981-2016)	IBGE
Independente	Salário mínimo real	Valor do salário mínimo real (1981-2016)	IPEADATA

Fonte: Elaborado pelos autores.

Todas as variáveis apresentaram valores aceitáveis para assimetria e curtose (valores entre -1,5 e 1,5) (FIELD, 2017). Prosseguindo com o diagnóstico dos dados, as correlações (valores abaixo de 0,8) entre as variáveis e o VIF (valores abaixo de 5) também não apresentaram problemas relacionados à multicolinearidade (HAIR *et al.*, 2018). Não foram observados resíduos padronizados ( $Z_{red} > 2,5$ ) e resíduos estudantizados ( $S_{red} > 2,5$ ) acima do aceitável, assim como, a distância de Mahalanobis, Cook e a alavancagem (*leverage*) estão dentro dos limites recomendados. As estatísticas de influência DFBeta padronizado para todas as variáveis apresentaram valores abaixo de 1 (FIELD, 2017).

### Resultados

A tabela 2 abaixo indica as correlações entre as variáveis do modelo. Observa-se que a variável Anos de estudos e a variável dependente Homicídios de mulheres é altamente positiva (0,963). Por outro lado, a variável Salário mínimo real apresenta uma correlação baixa e positiva com a variável dependente (0,333). Todas as correlações foram significativas.

Tabela 2 – Correlações

Correlação de Pearson	Homicídios de mulheres	Anos de estudos	Salário mínimo real
Homicídios de mulheres	1,00	0,963***	0,333*
Anos de estudos	0,963***	1,00	0,523**
Salário mínimo real	0,333**	0,523*	1,00

Nota: \*,\*\*,\*\*\* representam significância estatística ao nível de 5%, 1% e 0,1% respectivamente.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Clayton Pereira Gonçalves, Maria Cristina Fogliatti de Sinay, Eduardo André Teixeira Ayrosa



**Violência Contra a Mulher no Brasil: Uma Análise Multivariável acerca dos Homicídios de Mulheres entre 1981 - 2016**

A análise de regressão linear múltipla apontou um modelo com R<sup>2</sup> de 96,6% e um R<sup>2</sup> ajustado de 96,4% (F(2;29) = 417,126; p<0,001) para as variáveis independentes Anos de estudos e Salário mínimo real em relação à variável dependente Homicídios de mulheres conforme apresentado na tabela 3.

Tabela 3 – Resumo do modelo de regressão linear multivariada\*\*

Modelo	R <sup>2</sup>	R <sup>2</sup> ajustado	Valor F	p
	0,966	0,964	417,126	,000*

Fonte: Elaborado pelos autores

\* - Previsores: (Constante), Anos de estudos, Salário mínimo real

\*\* Variável Dependente: Homicídios de mulheres

Na tabela 4, apresentamos os coeficientes da equação do modelo para os Homicídios de mulheres no Brasil, com o teste t apontando a significância das variáveis independentes Anos de estudos (p<0,001), Salário mínimo real (p<0,001) e a constante (p<0,001). Nota-se que a variável Anos de estudos se relaciona positivamente com a variável dependente Homicídios de mulheres ao contrário da variável Salário mínimo real que reduz (-1,526) a variável dependente. Contudo o efeito da variável Anos de estudos mostra-se mais forte sobre os Homicídios de mulheres, conforme apresentado na tabela 4 pelos coeficientes padronizados Beta das duas variáveis.

Sendo assim, a equação para o modelo explicativo para os Homicídios de mulheres no Brasil (y) por meio dos fatores socioeconômicos Anos de estudos e Salário mínimo real no período de 1981 a 2016 é:

$$Y_{\text{Homicídios de mulheres}} = -977,109 - 1,526 (x1) + 902,620 (x2).$$

Na equação acima x1 e x2 são respectivamente as variáveis independentes Salário mínimo real; Anos de estudos de pessoas com 25 anos ou mais. Este modelo apresentou uma capacidade de predição de 96,6 % (R<sup>2</sup> = 0,966).

Tabela 4 - Coeficientes do modelo Brasil 1981-2016\*

Modelo	Coefficientes não padronizados	Coefficientes padronizados	T	p
(Constante)	-977,109	0,964	-5,389	0,000
Salário mínimo real	-1,526	-0,234	-5,868	0,000
Anos de estudos	902,620	1,085	27,178	0,000

Fonte: Elaborado pelos autores

\* - Variável dependente: homicídios de mulheres

O resultado aponta que uma elevação no Salário mínimo real reduz os Homicídios de mulheres, como esperávamos que ocorresse de acordo com a literatura e que se aproxima de resultados encontrados por outras pesquisas no Brasil, como por exemplo, Oliveria (2005), de que um incremento na renda reduz os delitos, assim como as pesquisas de Meneghel e Hirakata (2011) e Paz (2016) que indicam uma forte relação entre pobreza e homicídios de

Clayton Pereira Gonçalves, Maria Cristina Fogliatti de Sinay,  
Eduardo André Teixeira Ayrosa



mulheres.

Por outro lado, o resultado contraintuitivo de que o aumento dos Anos de estudos tem contribuído para o aumento de Homicídios de mulheres também foi encontrado em outras pesquisas sobre criminalidade e homicídios, especificamente, no Brasil como, por exemplo, Oliveira (2005), Carvalho e Taques (2015). Este resultado requer uma maior atenção e necessidade de exploração para uma melhor compreensão. Um possível caminho para entendimento a respeito deste resultado é o fato de que geralmente as mulheres vítimas de homicídios apresentam maior nível de escolaridade em relação aos seus perpetradores (MENEGHEL; HIRAKATA, 2011). Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho e em alguns casos uma certa independência financeira possibilitou que as mulheres aumentassem os anos de estudos, inclusive ultrapassando a média de anos de estudos dos homens.

Dessa forma, podemos afirmar que os resultados encontrados estão de acordo com resultados encontrados na literatura, mesmo não sendo os resultados que esperávamos encontrar.

### **Conclusões**

O objetivo desta pesquisa foi analisar se os homicídios de mulheres por morte violenta são afetados por fatores socioeconômicos, especificamente, Salário mínimo real e Anos de estudos de pessoas com 25 anos ou mais. Para tal, este estudo analisou a evolução dos homicídios de mulheres no Brasil no período de 1981 a 2016 utilizando um modelo de regressão linear múltipla, em que foi testada a hipótese de que os homicídios de mulheres são reduzidos com incremento destes fatores socioeconômicos. Assim sendo, em nossa hipótese inicial acreditávamos que fatores socioeconômicos seriam capazes de alterar o fenômeno a respeito dos homicídios de mulheres, gerando uma mudança significativa em que seria possível reduzir este fenômeno através destes fatores socioeconômicos.

Todavia, os resultados encontrados indicam que a apesar de a educação ter avançado neste período (1981-2016), com um aumento dos anos de estudos dos brasileiros, este fator não gerou um efeito capaz de reduzir os homicídios de mulheres, pelo contrário, sua relação é fortemente positiva, inclusive agravando tal atrocidade. Acreditamos que se deve ao fato de as mulheres conseguirem ter acesso à educação, inclusive invertendo a média de anos de estudos, apresentando uma maior média do que as dos homens neste período de acordo com os dados do Ipeadata e IBGE.

Os resultados indicam também, que um incremento na renda por meio do salário mínimo real, é capaz de reduzir os homicídios de mulheres. Este resultado está de acordo com a literatura, inclusive pelo fato de que um dos problemas apontados pelos estudos sobre o assunto no Brasil está relacionado com a pobreza (OLIVEIRA, 2005; MENEGHEL; HIRAKATA, 2011; PAZ, 2016).

Este resultado mostra-se importante se observarmos que a região norte, com menor renda per capita, é também a que apresenta a maior taxa de homicídio de mulheres por 100 mil habitantes. Além disso, o Mapa da Violência 2015 indica que com poucas exceções geográficas, as mulheres negras são as

**Clayton Pereira Gonçalves, Maria Cristina Fogliatti de Sinay,  
Eduardo André Teixeira Ayrosa**



principais vítimas de homicídio no Brasil. Ou seja, dados que indicam que a desigualdade social está fortemente associada a desigualdade de gênero, evidenciada por meio da relação entre violência contra mulher e vulnerabilidade socioeconômica.

Apesar dos avanços nas políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher, observa-se que não estamos obtendo uma efetividade com resultados positivos o que é constatado pelo aumento de homicídios de mulheres ano após ano. E o fato da sociedade brasileira ser patriarcal, machista e com forte desigualdade de gênero em toda a sociedade, não sendo um problema de apenas uma determinada classe social como já foi apresentado por outros estudos (MENEGHEL; HIRAKATA, 2011; LOPES; VELEDA DA SILVA, 2013; CECCON *et al.*, 2014; SILVA *et al.*, 2015; KIPNIS e GOMES, 2016), torna mais grave esta forma de violência. Os resultados encontrados, principalmente, relacionado aos anos de estudo nos induz a crer que a educação em si não auxilia na resolução deste problema, pelo contrário, está correlacionada ao problema. O que nos faz repensar se há discussão sobre estes temas nas escolas e como este resultado pode ser invertido. Outro ponto de vista nos faz pensar que o fato das mulheres conseguirem um maior nível de estudos em relação a seus companheiros (MENEGHEL; HIRAKATA, 2011) pode ser uma das ocorrências deste fenômeno brutal que requer maiores aprofundamentos.

Assim, os resultados encontrados nos induzem a refletir sobre a educação que é oferecida em nossa sociedade. Além da qualidade do ensino devemos refletir também sobre o conteúdo transmitido a nossa sociedade. Temas como a violência contra a mulher deveriam receber mais espaço nas escolas para que se conscientize a sociedade como um todo sobre este problema social.

Beauvoir (2014) aponta que a mulher de nossa sociedade se desenvolve e aprende a ser mulher de acordo com regimentos impostos pela sociedade que as privam dos mesmos direitos que os homens e estes lidam com a violência de uma forma diferente, afinal, o homem na infância e juventude, de uma maneira geral, passa por experiências relacionadas às brigas, ao contrário da mulher que deve se comportar como uma dama, recatada e do lar. Esta forma de educar contribui para uma sociedade patriarcal e com uma forte desigualdade de gênero.

Outrossim, não se pode deixar de lado que os dados apontam que a violência contra a mulher não é um problema relacionado a uma determinada classe social menos favorecida e que atinge as pessoas com menos escolaridade, este é um problema social que afeta a todos. Como já dito, existem fatores estruturais que influenciam o fenômeno.

Uma limitação do nosso trabalho refere-se ao fato dos dados referentes ao total de homicídios de mulheres serem subnotificados (GARCIA *et al.*, 2015). Contudo, buscamos utilizar os dados dos principais trabalhos no que diz respeito à violência contra a mulher e acredita-se que os resultados apontaram associações significativas, indicando a importância de enfrentar a violência contra a mulher com ações em conjunto com outras áreas sociais como a educação por exemplo.

Para estudos futuros sugere-se analisar o fenômeno por um período menor, que seja capaz de utilizar outras variáveis socioeconômicas que possam

**Clayton Pereira Gonçalves, Maria Cristina Fogliatti de Sinay,  
Eduardo André Teixeira Ayrosa**

confirmar os resultados encontrados ou abrir novas perspectivas sobre o problema de homicídio de mulheres no Brasil. Analisar o problema sobre uma perspectiva cultural e por regiões também poderá fornecer resultados que possibilitem compreender melhor este fenômeno, visto que Mariano (2010) aponta que os níveis de criminalidade, em sua pesquisa, estão além dos fatores socioeconômicos, sendo correlacionados com a moral e a cultura.

Este fenômeno deve ser visto como uma tragédia social que necessita de apoio não somente acadêmico, mas de uma conscientização da sociedade que pode ser alcançada a partir de políticas públicas eficazes e com apoio da mídia, movimentos sociais e da atuação do Estado através de seus Poderes.

Lembramos que qualquer pessoa pode denunciar qualquer tipo de violência contra a mulher por meio do 'Ligue 180', a denúncia é anônima e gratuita, o serviço está disponível 24 horas, em todo o país (BRASIL, 2005). Além disso, o 'Ligue 180' também recebe reclamações sobre os serviços de rede de atendimento à mulher e orienta sobre os direitos e legislação vigente.

### **Referências**

AGUIAR, Leticia Caroline Doretto. **A violência por parceiro íntimo na gestação e a vivência da sexualidade após a maternidade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde), USP, Ribeirão Preto.

BALASSIANO, Lucas; COSTA, Cristiano M.; GOMES, Fábio A. R.; Os fatores econômicos importam? Uma análise da criminalidade no estado do Rio Grande do Sul. **Fucape Working Papers**, v.35, p. 1 – 41, 2012.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449 - 469, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Ligue 180**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/ligue-180>>. Acesso em 25 maio 2020. Brasília, 2005.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea, n. 1, p. 13 - 33, 2011.

CARVALHO, Renata Costa de; TAQUES, Fernando Henrique. A desigualdade de renda e a educação podem explicar a criminalidade? Uma análise para os estados brasileiros. **Revista de Políticas Públicas**, v.18, n.2, p. 343 - 357, 2015.

CECCON, Roger Flores; MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Mulheres com HIV: violência de gênero e ideação suicida. **Revista de saúde pública**, v. 48, n. 5, p. 758 - 765, 2014.

**Violência Contra a Mulher no Brasil: Uma Análise Multivariável acerca dos Homicídios de Mulheres entre 1981 - 2016**

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; LIMA Renato Sergio de; BUENO, Samira; HANASHIRO, Olaya; BATISTA, Filipe; NICOLATO, Patricia. **Atlas da Violência 2018**. Brasília, 2018.

DATA POPULAR, INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção da Sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres**. 2013.

DE MELLO AMARAL, Luana Bandeira; VASCONCELLOS, Thiago Brasileiro de; DE SÁ, Fabiana Elpídio; SILVA, Andrea Rocha Soares da; MACENA, Raimunda Hermelinda Maia. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. **Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 521 - 540, 2016.

FIELD, Andy. **Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics**. 5ed. London: Sage, 2017.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Editora Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2011.

GARCIA, Leila Posenato. FREITAS, Lucia Rolim Santana de. SILVA, Gabriela Drummond Marques da. HOFELMANN, Doroteia Aparecida. Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 37, p. 251 - 257, 2015.

GARTNER, Rosemary; MCCARTHY, Bill. The social distribution of femicide in urban Canada, 1921-1988. **Law and Society Review**, p. 287 - 311, 1991.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das ciências filosóficas I. A Ciência da Lógica**. Edições Loyola, São Paulo, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. [S.I.:s.n.], 2019. Indicadores pesquisados: Anos de estudos de pessoas com 25 anos ou mais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 07 jan 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Ipeadata**. [S.I.:s.n.], 2019. Indicadores pesquisados: salário mínimo real, coeficiente de GINI. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 19 jan 2019.

KIPINIS, Beatriz Junqueira; GOMES, Vinicius Peinado. Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social: Contextos, Construção Simbólica e Políticas Públicas. **Anais XL Encontro da ANPAD**, Bahia, 2016.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, Felícia Reicher. **Quem mandou nascer mulher?: estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997, p. 11 - 43.

Clayton Pereira Gonçalves, Maria Cristina Fogliatti de Sinay,  
Eduardo André Teixeira Ayrosa



LEVINAS, Emmanuel. **Alterity and transcendence**. New York, Columbia University Press, 1999.

LOPES, Marília Cardoso; SILVA, Susana Maria Veleda da. Da paixão ao crime: uma espacialização da violência contra as mulheres em Rio Grande-RS. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, p. 58 - 74, 2013.

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; CARVALHO, José Raimundo. O impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil. In: 35º Encontro Nacional de Economia, v. 35, 2007. **Anais do 35º Encontro Nacional de Economia**, 2007.

MARIANO, Rodrigo Silva. **Fatores Socioeconômicos da Criminalidade no Estado de São Paulo**: em enfoque da economia do crime. 2010. 116f. Dissertação (Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MEDEIROS, Luciene Alcinda de. Quem Ama Não Mata: A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH–Associação Nacional de História**. São Paulo, USP, 2011.

MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 564 - 574, 2011.

MOLINATTI, Florencia; ACOSTA, Laura Débora. Tendencias de la mortalidad por agresiones en mujeres de países seleccionados de América Latina, 2001-2011. **Revista Panam Salud Publica**, v. 37, n. 4/5, p. 279 - 286, 2015.

MORFINO, Vittorio. The syntax of violence between Hegel and Marx. **Trans/Form/Ação**, v. 31, n. 2, p. 19 - 37, 2008.

NAYLOR, Lindsay; DAIGLE, Michelle; ZARAGOCIN, Sofia; RAMIREZ, Margaret Marietta; GILMARTIN, Mary. Interventions: Bringing the decolonial to political geography. **Political Geography**, v. 66, p. 199 - 209, 2017.

OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de. Criminalidade e o tamanho das cidades brasileiras: Um enfoque da Economia do Crime. In: 33º Encontro Nacional de Economia, 33, 2005, Natal. **Anais do 33º Encontro Nacional de Economia**, 2005.

PAZ, Potiguara de Oliveira. Femicídios rurais: uma análise de gênero. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 30, n. 2, p. 1 - 11, 2016.

**Clayton Pereira Gonçalves, Maria Cristina Fogliatti de Sinay,  
Eduardo André Teixeira Ayrosa**



**Violência Contra a Mulher no Brasil: Uma Análise Multivariável acerca dos Homicídios de Mulheres entre 1981 - 2016**

PORTO, Maria Stela Grossi. A violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 19 - 37, 2015.

SCOTT, Parry; NASCIMENTO, Fernanda Sardelich; CORDEIRO, Rosineide; NANES, Giselle. Redes de Enfrentamento da Violência contra Mulheres no Sertão de Pernambuco. **Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 851 - 870, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero – uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 18, n. 2, p. 71 – 99, 1990.

SILVA, Elisabete Pereira; VALONGUEIRO, Sandra; ARAÚJO, Thália Velho Barreto; LUDERMIR, Ana Bernarda. Incidência e fatores de risco para violência por parceiro íntimo no período pós-parto. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, p. 1 - 9, 2015.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1, p. 163 - 171, 2020.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografia e gênero/geografia feminista-o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 23, n. 1, p. 105 – 110, 1998.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil**. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 06 mar 2017. Brasília, 2015.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. Boitempo Editorial, São Paulo, 2014.

Recebido em 28 de setembro de 2017.

Aceito em 17 de outubro de 2018.

Clayton Pereira Gonçalves, Maria Cristina Fogliatti de Sinay,  
Eduardo André Teixeira Ayrosa

112

Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 11, número 1 (2020)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina

*Representações Sociais sobre o Assédio Sexual de  
Rua nas Mulheres Participantes do XXXIII Encontro  
Nacional de Mulheres, Argentina*

*Social Representations about Street Sexual  
Harassment in Women Activists Participating in the  
XXXIII National Meeting of Women, Argentina*

**Almendra Aladro**

Universidad Nacional de Mar del Plata - Argentina  
almendraaladro@gmail.com

Como citar este artigo:

ALADRO, Almendra. Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 113 - 133, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina

*Representações Sociais sobre o Assédio Sexual de Rua nas Mulheres Participantes do XXXIII Encontro Nacional de Mulheres, Argentina*

*Social Representations about Street Sexual Harassment in Women Activists Participating in the XXXIII National Meeting of Women, Argentina*

## Resumen

En este trabajo, se presentan y discuten los resultados de un estudio descriptivo de corte transversal en el cual se aplicaron cuestionarios cerrados a una población de 44 mujeres participantes del Taller N°43 “Mujeres y Hábitat”, en el marco del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres (Argentina) desarrollado entre el 13 y el 15 de octubre de 2018 en la provincia de Chubut, el cual tuvo como objetivos identificar: 1) la conceptualización predominante del acoso sexual callejero y su correlación con las definiciones establecidas tanto en leyes vigentes como en proyectos de ley de índole provincial; 2) las respuestas formales exigidas al Estado; y 3) las medidas a adoptar frente a hechos de acoso sexual callejero en relación al victimario. Se planteó un muestreo no probabilístico de tipo casual, por ende, carente de representatividad. Se suministró a las participantes un cuestionario consistente de tres preguntas de carácter demográfico (edad, provincia y ciudad de origen e identidad de género), y cinco preguntas cerradas que tuvieron por objetivo la evaluación de: 1) el tipo de definición sobre acoso sexual callejero predominante; 2) la consideración del fenómeno como un problema de seguridad; 3) la existencia de una exigencia de intervención del Estado en la cuestión; 4) el tipo de medidas que se demandan al Estado, en caso de considerarse necesaria su intervención; y 5) el tipo de sanción necesaria para los victimarios, en caso de ser preferida una respuesta punitiva de índole contravencional y/o penal por parte del Estado.

Palabras-Clave: Acoso Sexual Callejero; Encuentro Nacional de Mujeres, Hábitat; Ciudad; Políticas Públicas.

## Resumo

Este trabalho discute os resultados de um estudo descritivo de corte transversal no qual foram aplicados questionários fechados a uma população de 44 mulheres participantes do Taller n.º 43 ‘Mujeres y Hábitat’ do XXXIII Encontro Nacional de Mulheres, Argentina, ocorrido entre os dias 13 a 15 de outubro de 2018 em ‘Chubut’, que teve o objetivo de identificar (1) a conceituação predominante do assédio sexual de rua e sua correção com as definições estabelecidas tanto nas leis vigentes como no projeto de lei da provincia, (2) as respostas formais exigidas do Estado e (3) as medidas a serem adotadas frente aos atos de assédio sexual de rua em relação as vítimas. A amostra foi não probabilístico de tipo casual, por isto carecendo de representatividade. Foi ministrado as participantes um questionário que consistiu em 3 perguntas de carácter demográfico (idade, provincia, cidade de origem e identidade de género) e 5 perguntas fechadas que tiveram por objetivo a avaliação do (1) tipo de definição sobre o assédio sexual de rua predominante, (2) a consideração do fenômeno como um problema de segurança, (3) a existência de uma exigência de interveção do Estado na questão,

Almendra Aladro

114

(4) o tipo de medidas que se demandan do Estado, no caso de se considerar necessária sua intervenção, e (5) o tipo de sanção necessária para as vítimas, no caso de ser preferida uma resposta punitiva de índole contravencional e/ou penal por parte do Estado.

Palavras-Chave: Assédio Sexual na Rua; Encontro Nacional de Mulheres, Habitat; Cidade; Políticas públicas.

### Abstract

This paper presents the results of a descriptive cross-sectional study in which closed questionnaires were supplied to a population of 44 women participants of Workshop No.43, "Women and Habitat", of the XXXIII National Meeting of Women (Argentina), held on July 13th-15th at Chubut, that aimed to identify 1) the predominant conceptualization of street sexual harassment and its correlation with the definitions established both in current laws and in provincial bills; 2) the formal responses required from the State; and 3) the measures to be adopted in the face of acts of sexual street harassment in relation to the victimizer. The sampling was non-probability of the casual type, therefore it will lack representativeness. Participants were given a questionnaire consisting of three demographic questions (age, province and city of origin, and gender identity) and five closed questions that were aimed at evaluating 1) the definition of the predominant street sexual harassment; 2) the consideration degree of the phenomenon as a security problem; 3) the existence of a requirement for State intervention in the matter; 4) the type of measures that are demanded from the State, should its intervention be considered necessary; and 5) the type of sanction that should be imposed on the perpetrators if it is considered as a contravention of the law or as a criminal act that requires a punitive response from the State.

Keywords: Street Sexual Harassment; National Meeting of Women, Habitat; City; Public politics.

### Introducción

A partir del internacionalmente reconocido ‘#NiUnaMenos’, el movimiento de mujeres en Argentina se posicionó desde el año 2015 a la vanguardia de la lucha contra el patriarcado, gestando acciones y contenidos tomados como modelos por las feministas de otros países. No obstante, la organización feminista en este país es de larga data, siendo el hito fundacional de una agenda común y transversal el I Encuentro Nacional de Mujeres en el año 1986 en la ciudad de Buenos Aires, evento que lleva a la fecha treinta y tres ediciones ininterrumpidas.

El Encuentro Nacional de Mujeres<sup>1</sup> es un evento autoconvocado y autogestionado que se lleva a cabo anualmente y que invita a todas las mujeres, independientemente de la pertenencia política o partidaria, a debatir de manera democrática, horizontal y consensuada los tópicos principales de la agenda feminista nacional. Los intercambios se realizan en formato taller, los cuales incluyen diferentes temáticas vinculadas a la realidad de las mujeres y que finalizan con la redacción conjunta de las conclusiones arribadas en un documento. Esas conclusiones sintetizan las luchas y preocupaciones que el movimiento feminista viene planteando desde los distintos lugares de inserción de trabajo o de estudio que las mujeres participantes ocupan.

Pese a su realización ininterrumpida, los tópicos abordados durante los

---

<sup>1</sup> A partir del año 2019 se realiza bajo el nombre ‘Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbianas, Trans, Travestis, Bisexuales y No Binaries’, pero el abordaje del proceso político que dio lugar al cambio excede el objeto de este trabajo.



encuentros no han sido los mismos con el paso del tiempo, lo cual se ha visto representado en el aumento de la cantidad de talleres programados y en las conclusiones que de los mismos surgen.

Los debates en torno a la ciudad y el hábitat están instalados como taller permanente bajo el nombre de 'Mujer y Hábitat'. En el Encuentro del año 2018, el temario de este taller fue: 1) Derecho a la tierra, la vivienda y los servicios; 2) Luchas por la vivienda, el barrio, los servicios y el equipamiento comunitario; 3) Tomas, ocupaciones, asentamientos; 4) El espacio público y privado: desigualdades y diferencias en el uso del espacio urbano; 5) Desalojos; 6) El rol del Estado en las políticas públicas y la planificación urbana; 7) La participación de las mujeres en la construcción del hábitat; 8) Análisis del espacio público desde una perspectiva de género; 9) Gestión de un medio ambiente saludable; 10) Ciudades seguras, inclusivas y sin violencia hacia las mujeres; 11) Participación de las mujeres en la elaboración de políticas urbanas; 12) Intervenciones y experiencias.

El acoso sexual callejero, como forma de violencia específica basada en género en contextos urbanos, ha sido un tema de agenda política estudiado tanto por los movimientos feministas como por organismos públicos. Siendo el intento de solución que ha primado en la incorporación de figuras de índole contravencional a numerosas normativas provinciales (ALADRO, 2017), mientras que, a nivel federal, el proyecto de ley que pretende configurarlo como un delito penal contra la integridad sexual<sup>2</sup> ya cuenta con media sanción de la Cámara de Diputados de la Nación.

Dada las especificidades de las temáticas abordadas en la edición trigésimo tercera del Encuentro y la incipiente de la problematización social del acoso sexual callejero, se ha decidido realizar un estudio de carácter mixto, tomando como población a las participantes del Taller 'Mujeres y Hábitat' del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, el cual tiene los objetivos de identificar: 1) la conceptualización predominante del acoso sexual callejero y su correlación con las definiciones establecidas tanto en leyes vigentes como en proyectos de ley de índole provincial; 2) las respuestas formales exigidas al Estado; y 3) las medidas a adoptar frente a hechos de acoso sexual callejero en relación al victimario.

El objetivo de este artículo es presentar los resultados del estudio realizado, para lo cual se dividirá la exposición en cuatro acápite, a saber: 1) estado de la cuestión, a los fines de explorar la bibliografía existente respecto del Encuentro Nacional de Mujeres y del acoso sexual callejero como objetos de estudio; 2) materiales y métodos, donde se detallarán las especificidades del estudio realizado; 3) resultados, en el que se expondrán los productos; y 4) discusión, donde se pondrá en diálogo a los resultados obtenidos con distintos hechos y saberes.

### **Breve marco teórico y estado de la cuestión**

#### **Las representaciones sociales**

Gladys Villarroel ha estudiado el contexto de producción del concepto de representación social dando cuenta del dinamismo e innovación que este

2 Cámara de Diputados de la Nación, Expediente 2405-D-2015.

término encierra. Así, define las representaciones sociales como “modalidades específicas de conocimiento del sentido común que se construyen en los intercambios de la vida cotidiana” e identifica, como sus notas características, su producción colectiva y su origen en “la intersección entre lo psicológico y lo social” (VILLARROEL, 2007, p. 434).

Esta definición es doblemente útil a los fines de este trabajo. Por un lado, las participantes del estudio, en tanto mujeres, han construido nociones y explicaciones del acoso sexual callejero por haberlo recibido en algún momento de sus vidas. Por el otro, en tanto sujetas organizadas, dan un contenido semántico conscientemente politizado a la problemática aquí estudiada buscando explicaciones a su origen histórico y dando fundamentos a la demanda colectiva de su erradicación.

### **Género, ciudad y acoso sexual callejero**

El hito iniciático en la elaboración del concepto de derecho a la ciudad es la obra de Henri Lefebvre que, precisamente, se titula “El derecho a la ciudad”. En ella se sostiene como una de sus premisas centrales que:

Lo urbano (...) es el resultado de una historia, de una praxis social, de personas y grupos determinados que realizan esta obra en condiciones históricas (...)” y, así, “(...)la ciudad como obra, como resultado de esta praxis, así la vida cotidiana se torna obra, apropiación del espacio, uso (LEFEBVRE, 1967, p. 68).

Explica Ana Falú que “las mujeres permanecerán invisibles en las ciudades, relegadas al ámbito privado del hogar, lo que tendrá sustento en la fuerte división del trabajo sexual imperante” (FALÚ, 2016, p. 160), afirmación en la que se encuentra latente la dicotomía público/privado como eje estructurante de las desigualdades urbanas basadas en género. En este razonamiento, “las ciudades no son percibidas ni usadas de la misma manera por hombres y mujeres” ya que las mujeres “acceden a los bienes y servicios públicos de manera distinta, combinando trabajo productivo y reproductivo” (FALÚ, 2016, p. 163).

El acoso sexual callejero, en este orden de ideas, puede entenderse como una de las consecuencias de la contradicción que implica que las mujeres ocupen el espacio público que ha sido producido por y para varones, desde el inicio de las ciudades como las conocemos. Este tipo de conductas están reconocidas en el ‘artículo 6 de la Ley 26495’ como modalidad de violencia hacia la mujer desde el 16 de abril de 2019 como:

(...) aquella ejercida contra las mujeres por una o más personas, en lugares públicos o de acceso público, como medios de transporte o centros comerciales, a través de conductas o expresiones verbales o no verbales, con connotación sexual, que afecten o dañen su dignidad, integridad, libertad, libre circulación o permanencia y/o generen un ambiente hostil u ofensivo (...).

Los estudios en la materia se centran en el análisis de las representaciones sociales respecto del fenómeno por mujeres jóvenes en ciudades determinadas (CORAZÓN LLERENA BENITES, 2016; MEDINA VILCA CASTRO Y

ANAIZ, 2016), su relación con la seguridad ciudadana (MORALES ALFONSO, QUIROZ DEL POZO Y RAMÍREZ IGLESIAS, 2016), su naturaleza como violencia urbana basada en género (FALÚ, 2017) y la existencia de dispositivos normativos locales que sancionen la problemática (ALADRO, 2017; GALVAÑO TER-AKOPIÁN, 2020).

### **El Encuentro Nacional de Mujeres como objeto de estudio**

Los trabajos académicos que toman el fenómeno del Encuentro Nacional de Mujeres en Argentina son escasos y apuntan tanto al abordaje de sus generalidades (ALMA & LORENZO, 2009; ANGILLETTA, 2013; FERNÁNDEZ VÁZQUEZ, 2016; HERRERA, 2017), como a temáticas específicas, a saber: la participación de mujeres indígenas (SCIORTINO, 2014; 2017), representaciones sociales respecto de la laicidad (FELITTI, 2017), el reconocimiento de la prostitución como trabajo sexual (MARTINOWSKYVJ, 2017), las relaciones entre los Estados provinciales y el movimiento de mujeres (GARCÍA, 2013), y construcción del hábitat (ALADRO, 2016; 2017).

### **Materiales y métodos**

El estudio cuyos resultados aquí se presentan es de tipo descriptivo de corte transversal. De una población estimada por la Comisión Organizadora de 50000 mujeres asistentes al XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres de las cuales 112 participaron del Taller N°43 ‘Mujeres y Hábitat’, se obtuvo una muestra de 44 mujeres. El muestreo fue no probabilístico de tipo casual, por ello carecerá de representatividad.

Para la recolección de datos se requirió autorización de la moderadora del taller y de la Comisión Organizadora del Encuentro, lo cual llevó a que la actividad pudiera desarrollarse recién el segundo día de talleres en el horario de 9 a 12 hrs. Se suministró a las participantes un cuestionario consistente en 3 preguntas de carácter demográfico (edad, provincia y ciudad de origen e identidad de género) y cinco preguntas cerradas que tuvieron por objetivo la evaluación de: 1) el tipo de definición sobre acoso sexual callejero predominante; 2) la consideración del fenómeno como un problema de seguridad; 3) la existencia de una exigencia de intervención del Estado en la cuestión; 4) el tipo de medidas que se demandan al Estado, en caso de considerarse necesaria su intervención; y 5) el tipo de sanción necesaria para los victimarios, en caso de ser preferida una respuesta punitiva de índole contravencional y/o penal por parte del Estado.

Para la validación del instrumento se realizaron consultas con pares investigadores formados en metodología de la investigación, quienes realizaron observaciones a la formulación inicial de las preguntas que permitieron generar un diseño final del instrumento claro, específico y fácilmente procesable.

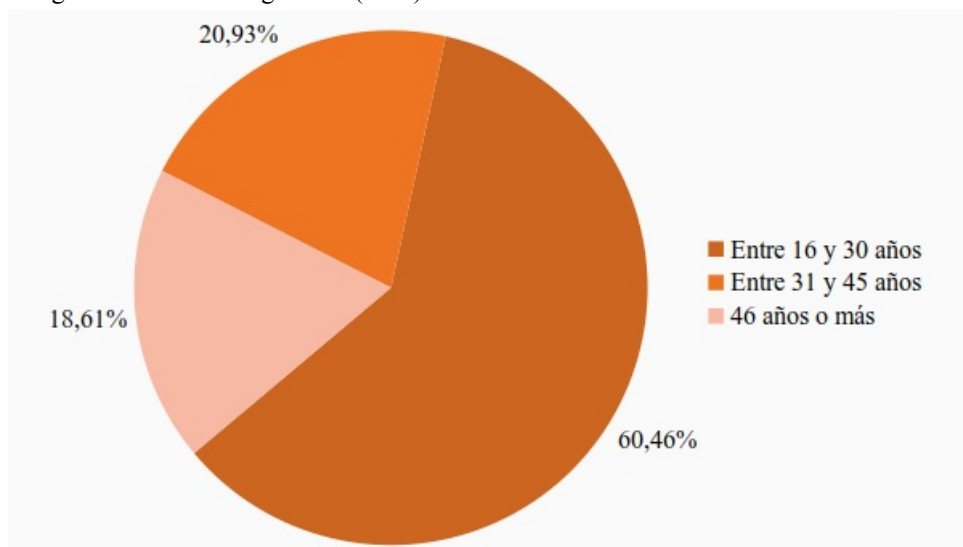
El procesamiento de datos se realizó a través del programa Microsoft Office Excel 2007, mediante estadística descriptiva y porcentajes para evaluar el tipo grado de preferencias de las participantes respecto de las respuestas preestablecidas, su relación con las variables demográficas y las relaciones que pueden establecerse entre preferencias.



## Resultados

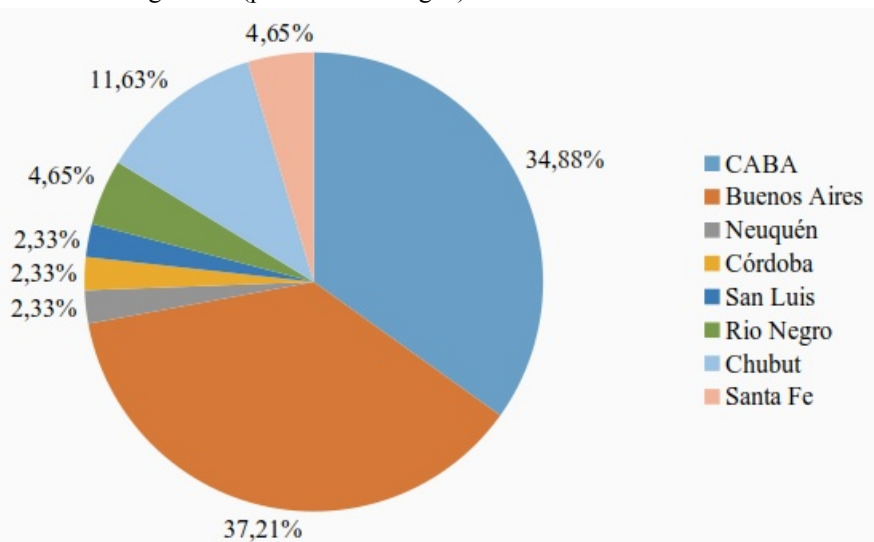
Respecto al análisis de los datos demográficos brindados por las 44 participantes, destacaremos los más representativos. Así, a modo de caracterización de la muestra se desprende que el 100% de ellas eran mujeres cisgénero, de las cuales 60,46% tenían entre 16 y 30 años; 20,93% entre 31 y 45 años; y 18,61% 46 años o más (Figura 1). Respecto a la provincia de procedencia, 36,36% eran de Buenos Aires; 34,88% de Ciudad Autónoma de Buenos Aires (en adelante, CABA); 11,63% de Chubut; y 4,65% tanto de Río Negro como de Santa Fe (Figura 2).

Figura 1: Datos demográficos (edad)



Fuente: Elaboración propia (2020)

Figura 2: Datos demográficos (provincia de origen)



Fuente: Elaboración propia (2020)

La pregunta 1 apuntó a identificar qué tipo de definición elegían las participantes como la más adecuada para conceptualizar el acoso sexual callejero, pudiendo combinarse opciones.

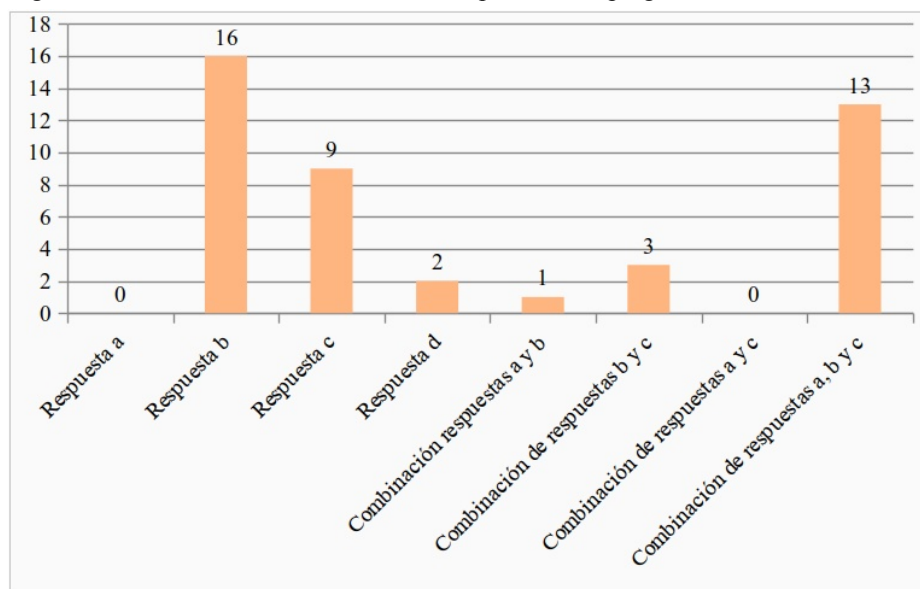
**Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres  
Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina**

Las respuestas preestablecidas fueron:

- a) Gritos, silbidos o señas sexuales dirigidos a una mujer desconocida en cualquier espacio público o de acceso público sin motivo.
- b) Cualquier acto con connotación sexual que busca degradar, intimidar y/o atemorizar a la mujer en cualquier espacio público o de acceso público.
- c) Un acto de poder motivado por la jerarquía de género que busca degradar, intimidar y/o atemorizar a una mujer.
- d) Ninguna de las anteriores.

Del total de las participantes, 36,36% eligió la respuesta b); 29,55 eligió combinar las respuestas a), b) y c); 20,45% seleccionó la respuesta c); 6,82% combinó las opciones b) y c); 4,55% consideró que ninguna opción era correcta; y 2,27% señaló las respuestas a) y b). La respuesta a) y la combinación de las respuestas a) y c) no fue seleccionada por ninguna de las participantes (Figura 3).

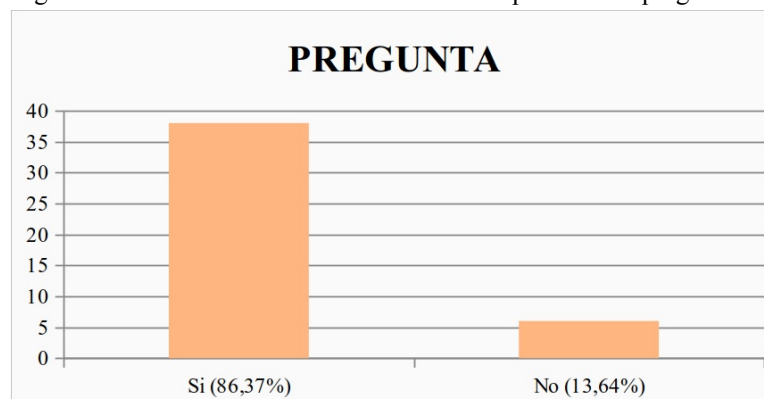
Figura 3: Distribución de la selección de respuestas a la pregunta 1



Fuente: Elaboración propia (2020)

La pregunta 2 interpeló a las participantes a contestar dicotómicamente entre “Sí” o “No” ante la afirmación “el acoso sexual callejero es un problema de seguridad”, optando 86,37% por la afirmativa (Figura 4).

Figura4: Distribución de la selección de las respuestas a la pregunta 2



Fuente: Elaboración propia (2020)

**Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres  
Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina**

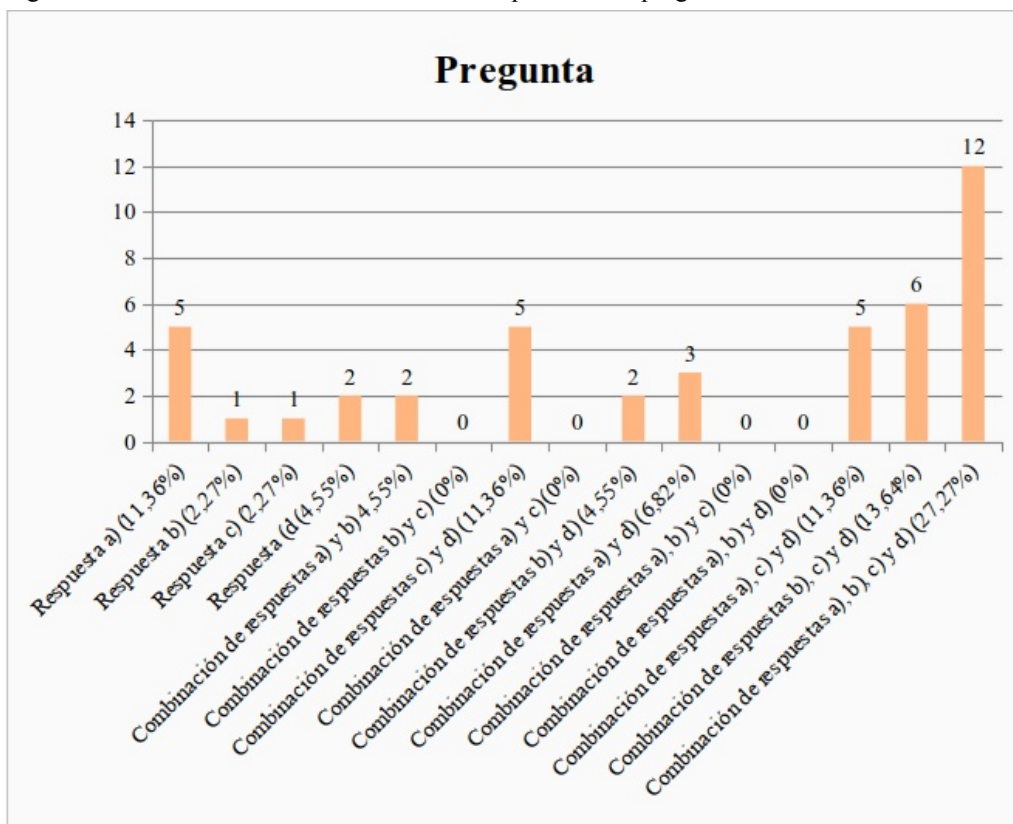
La pregunta 3 consultó respecto de la necesidad de intervención del Estado frente al acoso sexual callejero, debiendo las participantes contestar dicotómicamente entre “Sí” o “No”. El 100% de las mujeres respondieron por la afirmativa.

La pregunta 4 debía ser contestada sólo si la anterior fue respondida afirmativamente por lo que, dados los resultados, la totalidad de las participantes debieron seleccionar una o más opciones preestablecidas, las cuales fueron:

- a) Establecer en el Código Penal que el acoso sexual callejero es un delito.
- b) Que cada Estado provincial establezca que el acoso sexual callejero es una contravención.
- c) Reforzar las campañas en contra del acoso sexual callejero.
- d) Implementar la Educación Sexual Integral.

Del total, 27,27% combinó las respuestas a), b), c) y d); el 13,64% puso en juego las opciones b), c) y d); 11,36% las respuestas a), c) y d); mismo resultado arrojó la combinación de las respuestas c) y d); 6,82% combinó las opciones a) y d); 4,55% seleccionó la respuesta d); mismo porcentaje para la combinación de respuestas a) y b); y 2,27% seleccionaron independientemente las respuestas b) y c). Ninguna de las participantes seleccionó la combinación de las respuestas b y c), a) y c), a), b) y c) ni a), b) y d) (Figura 5).

Figura 5: Distribución de la selección de las respuestas a la pregunta 4



Fuente: Elaboración propia (2020)



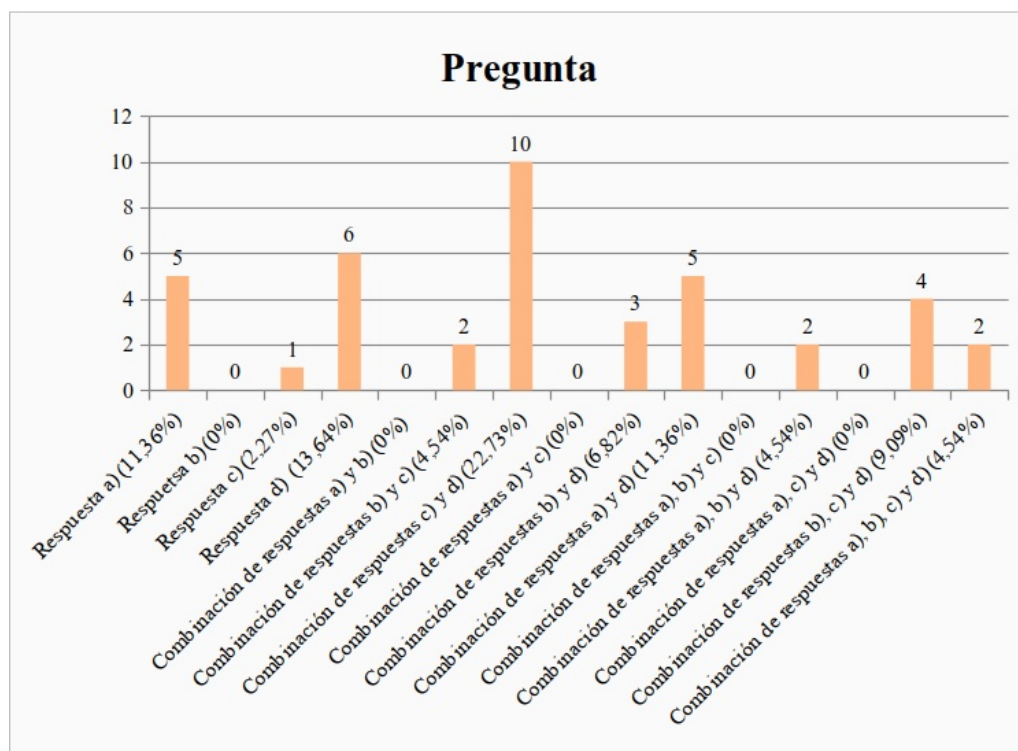
**Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres  
Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina**

Finalmente, si las participantes seleccionaban las opciones a) y/o b), tanto individualmente como en combinación con otra/s respuestas, debían pasar a contestar la pregunta 5, que apuntó a la sanción a imponerse a quien comete un acto de acoso sexual callejero. Las respuestas podían combinarse, y estuvieron preestablecidas de la siguiente manera:

- a) Prisión
- b) Multa
- c) Trabajo comunitario
- d) Curso de concientización sobre la problemática

Del total, el 22,73% optó por combinar las respuestas c) y d); 13,64% seleccionó la respuesta d); 11,36% la respuesta a); mismo porcentaje para la combinación de respuestas a) y d); 9,09% combinaron las opciones b), c) y d); 6,82% combinaron las respuestas b) y d); 4,54% combinaron las opciones b) y c); mismo porcentaje para la combinación de a), b), c) y d); 2,72% optaron por la respuesta c); mientras que nadie seleccionó la respuesta b) ni las combinaciones a) y b); a) y c); a), b) y c); ni a), c) y d) (Figura 6).

Figura 6: Distribución de la selección de las respuestas a la pregunta 4



Fuente: Elaboración propia (2020)

**Discusión y conclusiones**

Este estudio busca abordar las representaciones sociales vinculadas al acoso sexual callejero en una población particular, que en este caso consistió en mujeres políticamente involucradas en el debate acerca de la construcción, acceso y goce de la ciudad y el hábitat, lo cual las motivó a participar en el Taller 43° “Mujeres y Hábitat” del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres (2018). Si bien la muestra no es representativa, la importancia de este trabajo



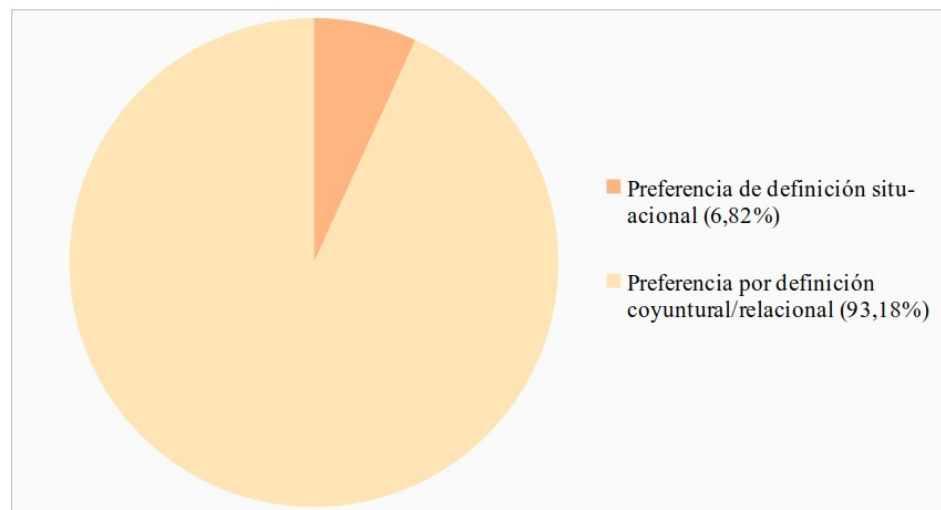
## Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina

radica en que en este taller es donde las mujeres coordinan una agenda nacional unificada de cara a las nuevas luchas vinculadas a la temática, llevando a la comisión posiciones consensuadas en el interior de las organizaciones de las cuales participan, o bien sus opiniones personales, en caso de concurrir independientemente.

Respecto a las representaciones sociales sobre qué es el acoso sexual callejero como fenómeno, en el cuestionario suministrado se pretendió reflejar dos tipos de definiciones: 1) una que en este trabajo recibirá el nombre de “definición situacional”, por centrar como elementos conceptuales estructurales a acciones individualizadas del victimario y al espacio en el cual la agresión tiene lugar [respuesta a) a la pregunta 1] ; y 2) otra que se llamará “definición coyuntural/relacional”, por ser los rasgos relevantes para definir al acoso sexual callejero la desigualdad en las relaciones basadas en género y sus consecuencias en los procesos de producción de la ciudad en general y de los espacios públicos en particular [respuestas b) y c) a la pregunta 1]. De la comparación de los datos obtenidos surge que 93,18% de las respuestas brindadas se corresponden con definiciones de tipo coyuntural/relacional (Figura 7), lo cual coincide con conceptos como el que afirman que:

El acoso sexual de mujeres es una manifestación de una cultura machista, que persiste en nuestra sociedad y que aún no es sancionada ética y legalmente, hecho que ha posibilitado que estas manifestaciones sean toleradas y perpetuadas como comportamientos normales, lo que hace que las mujeres estén sometidas en un proceso de cosificación, despojándoles de todo derecho como persona humana” (MEDINA *et al.*, 2016, p. 62).

Figura 7: Distribución de las preferencias conceptuales



Fuente: Elaboración propia (2020).

En este sentido, el acoso sexual callejero adquiere también una función de control social difuso (es decir, no estatizado) sobre los cuerpos de las mujeres que consiste en “un ejercicio de poder sobre la autonomía personal y el libre albedrío” (GALVAÑO TER-AKOPIAN, 2020, p. 8).

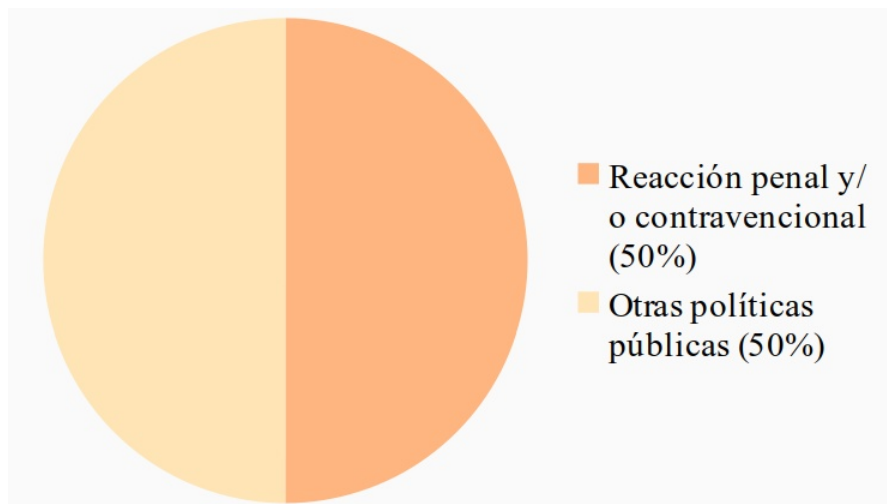
En lo relativo a la cualidad de la intervención estatal y el tipo de sanción



## Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina

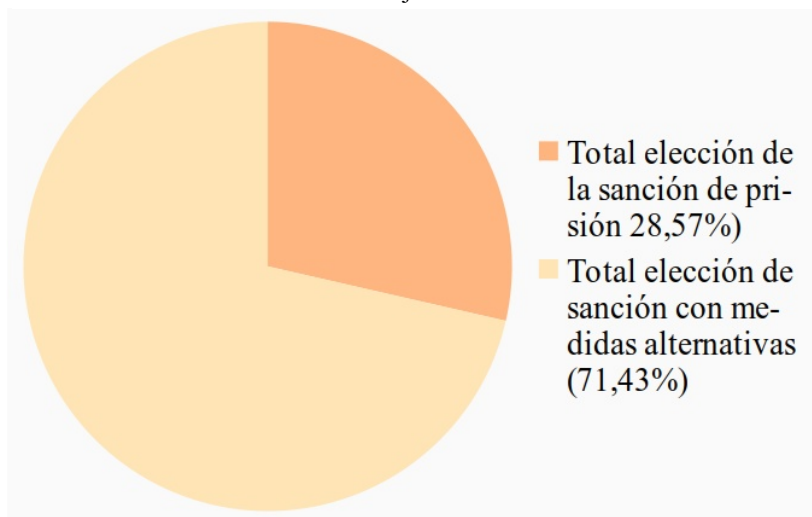
merecida por el agresor, el análisis comparativo se vuelve interesante si la comprendemos desde la actual coyuntura, en la que funcionarios y medios de comunicación hacen uso de históricas luchas de las mujeres para justificar políticas de corte punitivo. Un 50% de las respuestas contenían como preferencia a la reacción punitiva como intervención predilecta (Figura 8), pero sólo 28,57% de las opciones elegidas contemplaron la prisión como sanción al victimario (Figura 9).

Figura 8: Distribución de las preferencias respecto de la forma de intervención estatal



Fuente: Elaboración propia (2020).

Figura 9: Distribución de las preferencias respecto de la sanción a quien comete un acto de acoso sexual callejeros



Fuente: Elaboración propia (2020).

Estos resultados son similares a los obtenidos por la Dirección General de la Mujer dependiente del Ministerio de Desarrollo Social de CABA, organismo que, previo a la tipificación contravencional del acoso sexual callejero, realizó una encuesta general en la que los entrevistados prefirieron una actuación del Estado por fuera de la esfera penal en sentido estricto y, en caso de solicitar sanciones a los victimarios, optaron por medidas alternativas a la prisión. No obstante, a esta postura social, la ley 5742 prefirió convertir el acoso sexual

**Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres  
Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina**

callejero en contravención (ALADRO, 2017a).

A partir de este antecedente, se realizó un rastreo normativo para poner en discusión estos resultados con legislación vigente y proyectada en las provincias de origen de las encuestadas (Tabla 1). Del relevamiento legislativo surge la predominancia de posibles normas aplicables no específicas, es decir, que si bien no se tipifica el acoso sexual callejero explícitamente existen otros tipos contravencionales a través de los cuales puede sancionarse este tipo de conducta violenta contra las mujeres. A la vez, los legisladores que han tipificado especialmente al acoso sexual callejero, consideraron que la respuesta más adecuada eran las medidas alternativas a la prisión, reservándose el arresto sólo para casos extremos.

Tabla 1: Legislación vigente y proyectos de ley de tipificación contravencional del acoso sexual callejero en las provincias de origen de las mujeres participantes del estudio

	Legislación vigente	Sanción vigente	Proyectos de reforma	Sanción proyectada
CABA	Artículo 65 bis del Código Contravencional (Ley 5742): “Acoso sexual en espacios públicos o de acceso público. Quien acosare sexualmente a otro, en lugares públicos o privados de acceso público, siempre que el hecho no constituya delito”.	Artículo 65 bis del Código Contravencion al (Ley 5742): “Dos (2) a diez (10) días de trabajo de utilidad pública, multa de doscientos (\$ 200) a un mil (\$ 1.000) pesos.”	-	-
Buenos Aires	-	-	PROYECTO DE LEY D 622 2017 - 2018 Artículo 70 bis“(…)quien acosare sexualmente a otro en lugares públicos o privados de acceso público siempre que el hecho no constituya delito.”	PROYECTO DE LEY D 622 2017 - 2018 “Artículo 70 bis. – Será penado con multa entre el veinte (20) y el cuarenta (40) por ciento del haber mensual del Agente de Seguridad (Agrupamiento Comando) de la Policía de la provincia de Buenos Aires(…)”

**Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres**  
**Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina**

San Luis	-	-	Sin registro	Sin registro
Santa Fe	Artículo 48 del Código de Convivencia: “Acoso Sexual Callejero. Será punible el que hostigue mediante todo acto de naturaleza o connotación sexual, cometido en contra de una o varias personas en espacios públicos o espacio privado de acceso público, sin que medie el consentimiento de la víctima, produciendo en la misma intimidación, hostilidad, degradación, humillación, o un ambiente ofensivo en los espacios públicos.	Artículo 48 del Código de Convivencia: “Accesoriamen te a la sanción impuesta, el infractor deberá acreditar la realización de un curso presencial sobre violencia de género, dictado por personal interdisciplinari o calificado, que deberá certificar la aprobación del mismo”	-	-
Chubut	-	-	Proyecto de Ley n° 018/16, por el cual se instituye la Ley de Abordaje Integral y Lucha Contra la Violencia, Hostigamiento y Acoso hacia la Mujer (Único registro disponible: pase a Comisión de Legislación Social, Salud, Derechos Humanos y Trabajo)	Sin registro

**Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres**  
**Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina**

Córdoba	-	-	Proyecto 16942 del año 2015 de Creación del Programa de Provincial de Prevención, Asistencia y Represión del Acoso Sexual Callejero. Incorporación al Código de Faltas: “Artículo 43 bis: (...) el que ejerciere acoso sexual callejero contra niñas, niños, adolescentes, mujeres y transexuales. El monto de dicha multa será destinado al Consejo Provincial de la Mujer para el fortalecimiento de políticas públicas de prevención”.	Proyecto 16942 del año 2015 de Creación del Programa de Provincial de Prevención, Asistencia y Represión del Acoso Sexual Callejero. Incorporación al Código de Faltas: “Artículo 43 bis: (...) Será penado con hasta cinco (5) días de trabajo comunitario, multa de hasta diez Unidades de Multa (10 UM) o arresto de hasta tres (3) días (...)”
Neuquén	-	-	Proyecto de Ley 10395, Expte D-1020/16 Modificación al Código de Faltas: Artículo 53: “(...)el que en lugar público molestar a través de miradas lascivas, besos, silbidos, bocinazos, jadeos y otros ruidos, comentarios sexuales directos o indirectos al cuerpo, gestos obscenos, fotografías y grabaciones no consentidas a partes íntimas, siempre que el hecho no constituya	Proyecto de Ley 10395, Expte D-1020/16 Modificación al Código de Faltas: Artículo 53: “Será reprimido con multa equivalente de uno (1) a seis (6) jus o siete (7) días de trabajo de utilidad pública (...) La pena se duplicará para el caso que las conductas se realizaran en forma grupal, de noche, en lugares aislados o aprovechando la indefensión de la víctima o cuando se

**Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres**  
**Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina**

			<p>delito. Además, se lo obligará a tomar un curso que dictará la autoridad de aplicación sobre Derechos e Igualdad de Género”. Artículo 53 bis: “Quien agravie a través de contacto físico no consentido, persecución y/o arrinconamiento, masturbación y/o exhibicionismo, siempre que el hecho no constituya un delito (...)”</p> <p>Artículo 53 ter: “Si las conductas establecidas en los artículos precedentes fueran realizadas por quien desempeñe un cargo público, electivo o no (...)”</p>	<p>trate de una víctima menor de edad.” Artículo 53 bis: “(...) será sancionado con quince (15) días de trabajo de utilidad pública, multa de diez (10) jus o veinte (20) días de arresto. Además se lo obligará a tomar un curso que dictara la autoridad de aplicación sobre Derechos e Igualdad de Género. La pena se duplicará para el caso que las conductas se realizaran en forma grupal, de noche, en lugares aislados o aprovechando la indefensión de la víctima o cuando se trate de una víctima menor de edad”. Artículo 53 ter: “(...) la pena será una multa de diez (10) jus o veinte (20) días de trabajo de utilidad pública, sin perjuicio de las sanciones disciplinarias que correspondan, o en el caso de los cargos electivos, la apertura del procedimiento de juicio político o de revocatoria de mandato”.</p>
Río Negro	-	-	Sin registro	Sin registro

Fuente: Elaboración propia (2020).

Por otro lado, los tipos contravencionales excluyen, en tanto su característica cerrada, definiciones como la coyuntural/relacional de la que se ha dado cuenta en este trabajo y, por tanto, son deficientes para dar solución adecuada a la problemática. Además, si se afirma la superposición de funciones entre el Derecho Contravencional y el Derecho Penal (ZAFFARONI *et al.*, 2000), y se acepta que el primero se rige por los mismos principios que el segundo, pero se ejerce con mayor nivel de arbitrariedad, suponiendo que se persiga el objetivo de disuadir a los acosadores, ¿resulta realmente eficaz aplicar sanciones a este tipo de conductas? Y si a esa arbitrariedad se suma al histórico maltrato y revictimización que sufren las mujeres al intentar ejercer su derecho de acceso a la justicia, ¿brinda una auténtica respuesta a la víctima desde una perspectiva de derechos?

El acoso sexual callejero es una forma de violencia que se desarrolla en contextos urbanos, la cual cada mujer vivirá a lo largo de su vida unas 328500 veces con distintos grados de gravedad y afectación. Pero que, en definitiva, repercuten en el desarrollo de su vida cotidiana generando un daño que Greta Galvaño Ter-Akopian denomina “estrés callejero” y que define como “un estado de alerta constante por no poder caminar libremente sin sufrir acoso callejero” (GALVAÑO TER-AKOPIAN, 2020). Estos datos delatan, además, que esta forma de violencia cuenta con una extensión de gigantescas magnitudes y que requiere modelos de intervención radicales, es decir, que den cuenta de su origen, características y consecuencias.

Hasta el momento, el ordenamiento jurídico argentino ha reconocido el acoso sexual callejero como una modalidad de la violencia de género en la Ley 26428 y la Cámara de Diputados ha dado media sanción en 2019 al proyecto de ley que busca incorporarlo al Código Penal de la Nación (a esta segunda acción se la llamará aquí “modelo de intervención penal”), mientras que las provincias en el ejercicio de sus competencias han determinado localmente qué consideran acoso sexual callejero, cuál es su sanción y cuáles son los pasos a seguir desde el momento del hecho hasta la obtención de una respuesta jurisdiccional (esta estrategia será aquí denominada “modelo de intervención contravencional”).

A estos modelos de intervención se sumará a esta discusión un tercero, que en este artículo se designará como “modelo de daños”, que construye a partir de las soluciones dadas a dos casos ocurridos en Resistencia (provincia de Chacho) en 2018 y en Ciudad Autónoma de Buenos Aires en 2019. En el primero de ellos, el Juzgado Laboral N°4 reconoció en la causa “G., J. A y Otro c/ T. Hnos. SRL s/Despido” que fue justo el despido de dos empleados que durante sus labores agredieron verbalmente a una mujer que transitaba por la vía pública; “en tanto debe tenerse en cuenta la gravedad de las palabras contra la dignidad de la denunciante (...) un hecho que hoy adquiere gravedad superlativa”. En el segundo caso, la abogada Greta Galvaño Ter-Akopian instó una acción civil por daños y perjuicios a una empresa que empleaba a personas que la acosaban en horario laboral y en instalaciones de la empresa cuando ella pasaba por el lugar caminando, y logró un acuerdo en mediación civil prejudicial histórico<sup>3</sup>.

A partir de estos casos, el modelo de daños como estrategia frente al acoso sexual callejero implica reconocer sus efectos en las mujeres como hechos

jurídicamente relevantes y, en el último caso, como daño moral, es decir, como “el menoscabo que sufre una persona en su bienestar psíquico (espiritual) sin que el estado negativo sobreviniente (tristeza, dolor, amargura, inseguridad, angustia, etc.) llegue a configurar una situación patológica” (ALFERILLO, 2020:5).

Esta estrategia, que abandona la idea de la sanción y la reemplaza por la reparación de la víctima, cuenta con la ventaja de no requerir una tipificación legal de acciones de tipo cerrada, sino que, al regirse por las normas del derecho civil, bastará con la prueba del hecho a los fines de obtener el resarcimiento. No obstante esta ventaja, la justicia civil en Argentina requiere para este tipo de acciones el patrocinio letrado, lo cual podría implicar un menoscabo a su derecho al acceso a la justicia si el Estado no asegura la representación de las mujeres que acudan a esta instancia.

El modelo de daños presenta la potencialidad, a diferencia de los modelos de intervención penal y contravencional, de ser objeto de procesos restaurativos que impliquen a la comunidad en su conjunto. Siendo el acoso sexual callejero una forma de violencia que se desarrolla en contextos urbanos, la característica espacial se torna clave para comprenderlo como ejercicio de poder sobre las mujeres que ocasiona que el espacio sea injustamente distribuido para ellas en relación a los varones, es decir, que el acoso sexual callejero es una de las consecuencias y, dialécticamente, uno de los hechos que caracteriza al proceso geográfico injusto y discriminatorio por motivos de género (SOJA, 2014).

Así, frente a las políticas de extrema securitización y “mano dura” que impregnan las ciudades y que, en la actualidad, echan mano de los reclamos históricos de las mujeres para formar una lógica justificadora de estas estrategias represivas, dentro de las cuales podrá tomarse el acoso sexual callejero. La idea de “justicia espacial” de Edward Soja puede implicar a las comunidades en procesos de mediación (RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 2008) en la resolución de los problemas que se desarrollan en la vida cotidiana en general y, en particular, en el resarcimiento del daño que esta modalidad de la violencia de género produce en las mujeres desde una lógica de fuerte participación ciudadana.

Lejos de pretender concluir el debate de los resultados aquí traídos, este trabajo pretende constituirse como un aporte al estímulo de la producción de artículos científicos que permitan orientar el futuro diseño, ejecución y evaluación en materia de acoso sexual callejero, entendiendo que las mujeres deben ser escuchadas tanto a la hora de la toma de decisiones relativas a la producción de la ciudad, de la cual son parte como al momento de resolver situaciones como lo constituyen los hechos de acoso sexual callejero que afectan sus vidas cotidianas.

---

3 Greta Galvaño Ter-Akopián es una abogada que reside en Ciudad Autónoma de Buenos Aires y fundó Libres de Acoso Callejero (LIDA) con el propósito de visibilizar la problemática. Las generalidades de su caso pueden consultarse en: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/denuncio-local-comidas-palermo-acoso-sexual-callejero-nid2318106>.

## Bibliografía

ALADRO, A, Debates feministas en torno al Derecho al Habitat Principales reclamos emanados del Encuentro Nacional de Mujeres, **III Congreso de Estudios Poscoloniales y IV Jornadas de Feminismo Poscolonial – “Interrupciones desde el Sur: habitando cuerpos, territorios y saberes”**, Buenos Aires, 2016.

ALADRO, A. (a). Mujeres en la ciudad: El acoso callejero en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. **Jornadas. Desafíos actuales de la Justicia porteña: Autonomía e Igualdad**. Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires. 2017. Disponible en: <<http://www.adaciudad.org.ar/docs/AladroMujeres-en-la-ciudad.-El-acoso-callejero-en-laCiudad-Aut%C3%B3noma-de-Buenos-Aires.pdf>>

ALADRO, A. (b), El Encuentro Nacional de Mujeres como espacio de construcción del Derecho a la Ciudad desde la perspectiva de género, **Adelantos de Investigación en Ciencias Jurídicas y Sociales, Mar del Plata**: CIDDH-UNMdP, 2017.

ALFERILLO, P, E., Cuantificación del daño moral en el Código Civil y Comercial. **RCyS**, v. 4, n. 3, p. 1 - 23, 2020.

ALMA, A. y LORENZO, P. **Mujeres que se encuentran. Una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005)**. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2009.

ANGILLETA, M. F, Encuentros nacionales de mujeres (1986 hasta el presente). Los derechos de las mujeres. **Pensar la Democracia. Treinta ejercicios para trabajar en el aula**. Lugar: Buenos Aires, 2013.

CORAZÓN LLERENA BENITES, R., Percepción y actitudes frente al acoso sexual callejero en estudiantes mujeres de una Universidad Privada de Medicina, **Horizonte Médico**, v. 16, n. 1, p. 62 -68, 2016.

FALÚ, A. La omisión del género en el pensamiento de las ciudades. In: BORJA, J.; CARRIÓN, F.; CORTI, M. (de) **Ciudades para cambiar la vida: Una respuesta a Hábitat III**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2016, p. 159 - 169.

FALÚ, A., La fuerza estigmatizadora del acoso sexual: violencias en el transporte público. **Revista Vivienda y Ciudad** , v. 4, p. 205 - 208, 2017.

FELITTI, K.; ¿Qué entienden los feminismos por laicidad? Consignas, debates y acciones en los Encuentros Nacionales de Mujeres (2015-2017). **IX Jornadas “La institución como proceso: configuraciones de lo religioso en las sociedades contemporáneas”**, Buenos Aires, 2017.





FERNÁNDEZ VÁZQUEZ, S. S, Los Encuentros Nacionales de Mujeres: Foros Deliberativos en la construcción de la agenda política de género en la Argentina. **Mujeres iberoamericanas y derechos humanos. Estrategias feministas, acción políticas y exilios**, Sevilla, España: Paidós, 2016.

GALVAÑO TER-AKOPIÁN, G., Marco legal y jurisprudencial del acoso callejero en el ámbito de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. **Pensar Decir Hacer**, n°2, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: SITRAJU, pp. 4-8, 2020.

GARCÍA, G. I., La mujer decide, la sociedad respeta, ¿el Estado garantiza? Los Encuentros Nacionales de Mujeres. **Revista Dos puntas**, n. 7, p. 113 - 129, 2013.

HERRERA, M. I. Apuntes para interpretar el crecimiento de los Encuentros Nacionales de Mujeres en las luchas colectivas en Argentina. **Revista Utopías**, n.º 23, p. 1 – 10, 2017.

MARTYNOWSKYJ, E., Prostitución y feminismo(s). Disputas por el reconocimiento en los Encuentros Nacionales de Mujeres (Argentina, 1986-2016). **Seminario Internacional Fazendo Gênero 11- Transformacoes, conexoes, deslocamentos**. Brasil, Florianopolis, 2017.

MEDINA VILCA, G; ZAPANA CASTRO, A., Representaciones sociales de las mujeres jóvenes sobre el acoso sexual callejero en la ciudad de Puno. **Punto Cero**, v. 21, n. 33, p. 60 - 81, 2016.

MORALES ALFONSO, L; QUIEOZ DEL POZO, N; y RAMÍREZ IGLESIAS, G., Acoso sexual en lugares públicos de Quito: retos para una “ciudad segura”. **Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, n. 19, p. 21 - 36, 2016.

LEFEBVRE, H., **El derecho a la ciudad**. París, Francia: Ediciones Península, 1968.

RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, G., ¿Comunidad? Mediación comunitaria, habitar efímero y diversidad cultural. **Revista Polis**, p. 87 - 203, 2008.

SCIORTINO, S., Procesos de organización política de las mujeres indígenas en el movimiento amplio de mujeres en Argentina. Consideraciones sobre el feminismo desde la perspectiva indígena. **Universitas humanística**, n. 79, p. 65 - 87, 2015.

SCIORTINO, S., Políticas de Identidad en los Encuentros Nacionales de Mujeres (Argentina): momentos coyunturales en la conformación de una agenda política; **Revista Vía Iuris**, p. 89 - 108, 2017.

SOJA, E., **En busca de la justicia espacial**, Valencia, España: Tirand

**Representaciones Sociales sobre Acoso Sexual Callejero en Mujeres  
Activistas Participantes del XXXIII Encuentro Nacional de Mujeres, Argentina**

Humanidades, 2014.

VILLARROEL, G., Las representaciones sociales: una nueva relación entre el individuo y la sociedad. **Fermentum: Revista Venezolana de Sociología y Antropología**, v. 17, n. 49, p. 434 - 354, 2007.

ZAFFARONI, E., ALAGIA, A. y SLOKAR, A., **Derecho Penal**: Parte general, Buenos Aires: Ediar, 2000.

**Recebido em 25 de novembro de 2019.  
Aceito em 01 de maio de 2020.**

**Almendra Aladro**



Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 11, número 1 (2020)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná

*El Empoderamiento de las Mujeres Jubiladas Rurales:  
Un Estudio sobre las Agricultoras en el Municipio de  
Mamborê, Paraná*

*The Empowerment of Rural Retired Women: A study  
on Farmers in the Municipality of Mamborê, Paraná*

**Jocimara Maciel Correia**

Universidade Estadual do Paraná  
jocimara\_maciel@hotmail.com

**Cláudia Chies**

Universidade Estadual do Paraná  
claudiachies@hotmail.com

**Fabiane Freire França**

Universidade Estadual do Paraná  
prof.fabianefreire@gmail.com

Como citar este artigo:

CORREIA, Jocimara Maciel; CHIES, Cláudia; FRANÇA, Fabiane Freire. O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 134 - 151, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná

*El Empoderamiento de las Mujeres Jubiladas Rurales: Un Estudio sobre las Agricultoras en el Municipio de Mamborê, Paraná*

*The Empowerment of Rural Retired Women: A study on Farmers in the Municipality of Mamborê, Paraná*

## Resumo

O objetivo do artigo é relatar perspectivas de empoderamento de mulheres aposentadas rurais do município de Mamborê - PR, considerando o ganho de autonomia financeira e de respeitabilidade no âmbito familiar e comunitário; melhorias nas condições de vida e saúde após aposentarem-se. A pesquisa foi desenvolvida a partir da perspectiva quali/quantitativa por meio de levantamentos bibliográficos, análise de dados estatísticos e realização de entrevistas semiestruturadas. Os resultados obtidos demonstraram que o direito à aposentadoria para as trabalhadoras rurais vai além dos aspectos econômicos, pois proporciona ganho de autonomia financeira, empoderamento feminino, conhecimento de direitos e transformações nas relações sociais e culturais.

Palavras-Chave: Direitos; Autonomia; Aposentadoria Rural; Agricultoras.

## Resumen

El objetivo del artículo es relatar las perspectivas de empoderamiento de las mujeres rurales retiradas en el municipio de Mamborê - PR, considerando la ganancia de autonomía financiera y respetabilidad en el ámbito familiar y comunitario; mejoras en las condiciones de vida y salud después de retirarse. La investigación se desarrolló desde una perspectiva cualitativa y cuantitativa a través de encuestas bibliográficas, un análisis de datos estadísticos y entrevistas semiestructuradas. Los resultados obtenidos demostraron que el derecho a la jubilación de los trabajadores rurales va más allá de los aspectos económicos, ya que proporciona ganancias en autonomía financiera, empoderamiento femenino, conocimiento de los derechos y transformaciones en las relaciones sociales y culturales.

Palabras-Clave: Derechos; Autonomía; Jubilación Rural; Agricultoras.

## Abstract

The aim of this article is to report the perspectives of empowerment of retired rural women in the municipality of Mamborê (PR), considering their gain in financial autonomy and respectability in the family and in the community environments, and the improvements on their living and health care conditions after retirement. The research was developed from a qualitative-quantitative perspective by means of bibliographical surveys, analysis of statistical data and semi-structured interviews. The results showed that the right to retirement for rural women workers goes beyond economic aspects, because it provides financial autonomy, female empowerment, awareness of rights and transformations in the social and cultural relations.

Keywords: Rights; Autonomy; Rural Retirement; Female Farmers.

Jocimara Maciel Correia, Cláudia Chies, Fabiane Freire França



## **Introdução**

A presente pesquisa tem como objetivo relatar perspectivas de empoderamento de mulheres aposentadas rurais do município de Mamborê – PR, considerando o ganho de autonomia financeira e de respeitabilidade no âmbito familiar e comunitário, bem como melhoria nas condições de vida e saúde das mulheres agricultoras. Buscamos, também, apresentar uma reflexão acerca do papel social dessas trabalhadoras e seu acesso aos direitos, em especial, ao benefício previdenciário.

Compreendemos, nesta pesquisa, o conceito de empoderamento com base em autores (as) que refletem sobre o poder em que a mulher adquire no decorrer de sua vida nas suas relações sociais, culturais e políticas (LÉON, 2001; AMORIM; FIÚZA; PINTO, 2010; CONNEL, 2016).

Um dos aspectos que evidencia a necessidade do estudo delimitado nesse grupo refere-se à expressiva representatividade das mulheres no contingente de idosos brasileiros, embora haja poucos estudos sobre elas. Sendo assim, justificamos a pesquisa pela análise da participação efetiva das mulheres na realidade cultural, econômica e social diante do direito adquirido pela aposentadoria rural.

Nesse sentido, levantamos os seguintes questionamentos para a problemática: como o benefício da aposentadoria contribui para o empoderamento das mulheres agricultoras? Houve transformações significativas na vida cotidiana dessas mulheres após se aposentarem? Desse modo, pretendemos contribuir com levantamentos sobre a importância da aposentadoria rural no ganho de autonomia e respeitabilidade pelas mulheres agricultoras, bem como na melhoria das condições de vida dos idosos de modo geral.

Assim, o artigo está organizado do seguinte modo: o primeiro tópico direciona a metodologia que foi utilizada para desenvolver a pesquisa. No segundo tópico, caracterizamos a área de estudo, na intenção de expor a compreensão sobre o espaço em que as agricultoras estão inseridas. Já no terceiro tópico, realizamos uma reflexão sobre a Previdência Social Rural e a inserção das mulheres no programa. No quarto item, analisamos as perspectivas de empoderamento das mulheres após o recebimento da aposentaria rural.

## **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa foi desenvolvida a partir da perspectiva quali/quantitativa, ou seja, com a análise de dados qualitativos e também quantitativos a partir de levantamentos teóricos e análise de dados estatísticos, assim como coleta de informações a partir de entrevistas semiestruturadas com mulheres aposentadas rurais do município de Mamborê – PR.

O primeiro momento contou com pesquisas bibliográficas referentes às mulheres no espaço geográfico e na historiografia, principalmente as mulheres agricultoras, com ênfase em temas relacionados ao empoderamento, participação e autonomia feminina. Foram também levantadas informações sobre a Previdência Social Rural, os benefícios conquistados pelas mulheres, problemas e dificuldades que elas enfrentam nos dias atuais para o

cumprimento das exigências legais e burocráticas.

Em seguida, levantamos dados secundários/estatísticos no que tange aos aspectos municipais e referentes à temática estudada junto a órgãos de pesquisa como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES); Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); Prefeitura Municipal de Mamborê, dentre outros.

As entrevistas, cuja análise realizou-se em base qualitativa, foram aplicadas com a finalidade de proporcionar uma análise que fosse além da descrição do objeto a fim de promover reflexões críticas sobre os dados coletados. Com isso, utilizamos algumas técnicas nas análises das entrevistas para melhor compreensão das informações, pois compreendemos que:

de um modo geral, as entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 168).

Realizamos o estudo de caso com aplicação de entrevistas semiestruturadas para agricultoras que recebem o benefício da aposentadoria rural especial, a fim de compreender mudanças em seu cotidiano após o recebimento da aposentadoria. Para esse tipo de entrevista, foi importante compreender as perspectivas científicas da história oral como fonte, pois de acordo com Thompson (1998, p. 337), “a história oral devolve às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhe dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”.

Compreendemos que, ao utilizar de entrevistas semiestruturadas com o método da história oral, nos permite obter um grande arsenal de informações para realizar as análises para os resultados. Com isso, foram selecionados dois grupos de mulheres aposentadas rurais para aplicação das entrevistas, sendo o primeiro grupo constituído por agricultoras residentes na área rural e o segundo grupo de mulheres que saíram da área rural e atualmente residem na área urbana. No total, foram entrevistadas 10 mulheres.

As entrevistas foram realizadas nas respectivas residências das aposentadas, conforme disponibilidade, com duração de aproximadamente 50 minutos cada. Para realizar as entrevistas, optamos por fazer um contato prévio com pessoas que conhecessem as mulheres agricultoras para que fizessem o agendamento e nos acompanhassem. Dessa forma puderam ter mais conforto e confiança no momento em que foram entrevistadas.

As entrevistas foram gravadas em áudio e, para análise qualitativa das narrativas orais, utilizamos a técnica de triangulação de Brisola e Marcondes (2011, p. 08), que “ocorre mediante três etapas: 1) preparação e reunião dos dados; 2) avaliação de sua qualidade e; 3) elaboração de categorias de análise”.

No momento de transcrição dos dados, optamos por inserir as iniciais dos nomes das mulheres entrevistadas e a idade para garantir o anonimato. Após a

## O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná

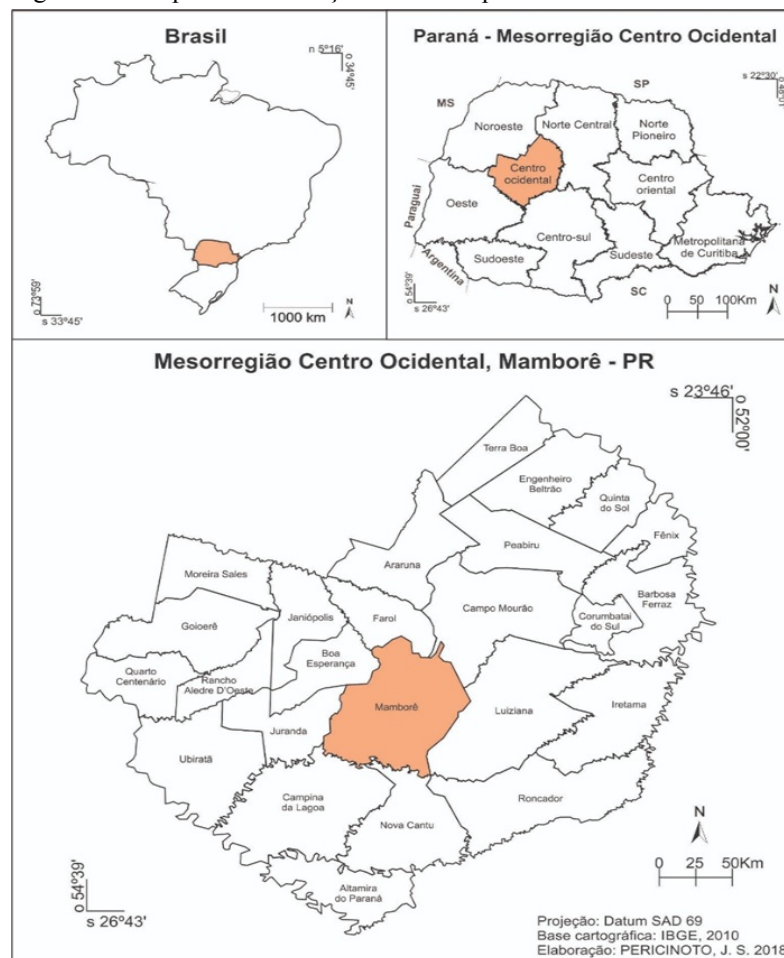
transcrição das narrativas foi realizada uma avaliação dos dados primários, priorizando a contextualização e reflexão a respeito dos temas presentes nas entrevistas.

A última etapa consistiu na construção teórica permeada com narrativas coletadas. Utilizamos o embasamento teórico para refletir sobre os relatos obtidos com as entrevistas, sendo necessário alcançar a reinterpretação das fontes. Para complementar a análise, empregamos na reflexão, segundo Brisola e Marcondes (2011, p. 11), “o diálogo entre a literatura pertinente ao tema e as narrativas orais, textos e contextos, informações coletadas e as categorias de análise estabelecidas num contínuo movimento dialético”.

### Caracterização e análise da área de estudo

O município de Mamborê está localizado na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense (Figura 01), situando-se no Terceiro Planalto Paranaense ou Planalto de Guarapuava. De acordo com o IBGE (2010), o município de Mamborê possui uma população estimada em 2017 de 13.798 habitantes, sendo um total de 8.984 na área urbana e 4.977 na área rural. Na área rural, 2.392 são mulheres e 2.585, homens. Ainda de acordo com o IBGE, o município possui aproximadamente uma área total de 782.904 km<sup>2</sup> e área urbana de 2.789,1 km<sup>2</sup>.

Figura 01 - Mapa da Localização do Município de Mamborê – PR



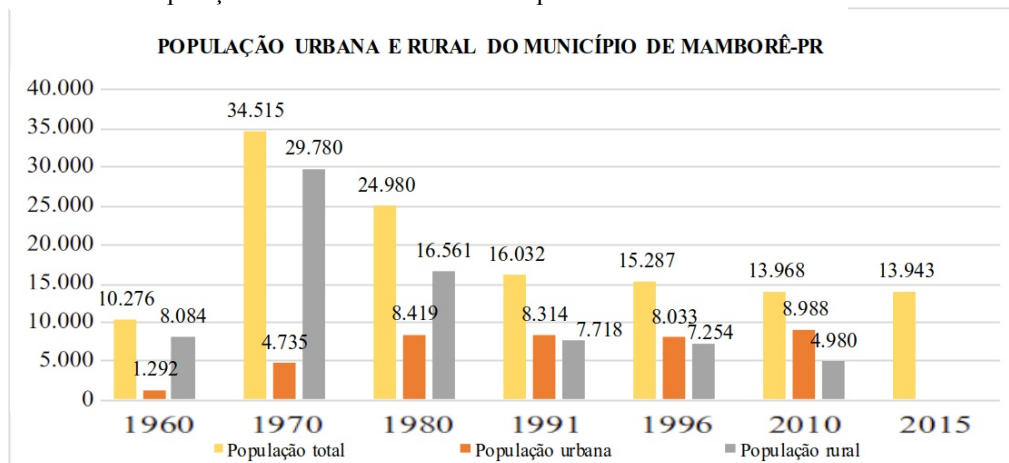
Fonte: Base Cartográfica IBGE (2018). Org. por PERICINOTO, J.S. (2018).

Jocimara Maciel Correia, Cláudia Chies, Fabiane Freire França

**O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná**

A população do município era basicamente rural (em torno de 80%) até ser emancipado em 1960, quando ocorreu o aumento da população urbana. No Gráfico 01, podemos observar o crescimento da população urbana do município de Mamborê entre as décadas de 1960 a 2010. Destacamos o crescimento na década de 1970.

Gráfico 01- População Urbana e Rural do Município de Mamborê – PR



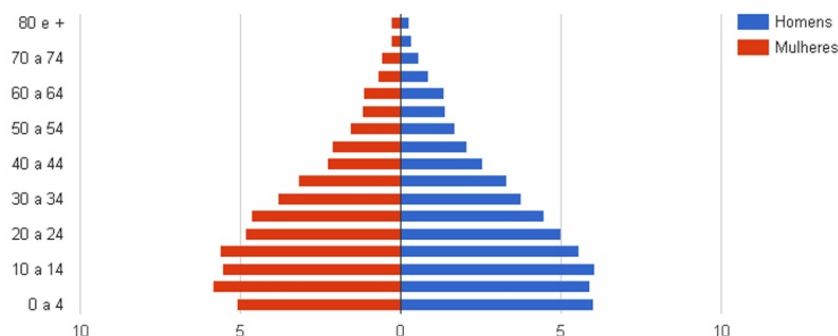
Fonte: Censos Demográficos IBGE (1960 a 2010) e Estimativa Populacional de 2015, IBGE. Organizado pelas autoras.

Na análise do Gráfico 01, constatamos que o município de Mamborê, no decorrer das décadas, apresentou crescimento total negativo, obtendo índice representativo de evasão da população rural. Com isso, podemos observar que o município apresenta predomínio das perdas populacionais para fora do município, ou seja, o processo de urbanização não absorveu o êxodo rural.

Nessa conjuntura, verifica-se que, mesmo ocorrendo o êxodo rural, muitos mamboreenses, ao mudarem-se para a cidade, “não se desfizeram das propriedades rurais, isto evidencia, de certo modo, a importância da agricultura para a economia do município” (MORIGI; BOVO, 2012, p. 11).

A estrutura etária da população mamboreense, de acordo com Costa e Scheffer (2017, p. 15), “está passando pelo processo de transição demográfica”. Compreendemos essa afirmação com a análise das Figuras 2, 3 e 4, nas quais apresentam as pirâmides etárias distribuídas por sexo segundo grupos de idade nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 2 - Pirâmide etária de Mamborê – PR em 1991



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2018).

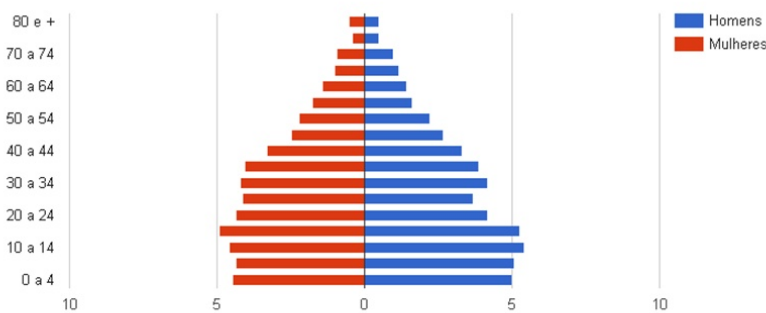
Jocimara Maciel Correia, Cláudia Chies, Fabiane Freire França





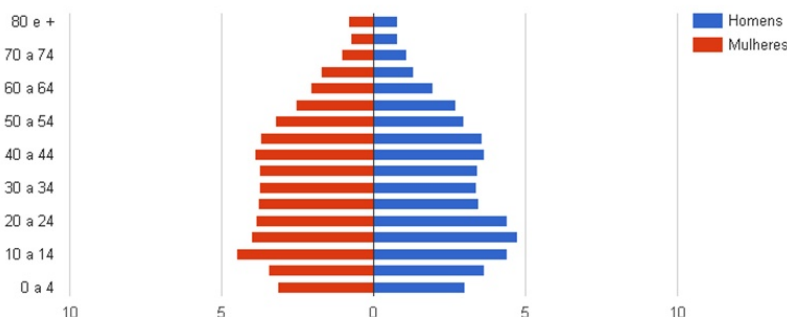
## O Empoderamento de Mulheres Aposentadas Rurais: Estudo sobre Agricultoras do Município de Mamborê, Paraná

Figura 3 - Pirâmide etária de Mamborê – PR em 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2018).

Figura 4 - Pirâmide etária de Mamborê – PR em 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2018).

De acordo com os dados apresentados nas Figuras 3, 4 e 5, analisamos que de 1991 até 2010 houve estreitamento da base e alargamento do topo das pirâmides etárias do município, ou seja, diminuição do número de crianças e jovens e aumento do número de idosos.

A partir desses dados, é possível afirmar que a população mamboreense passa por um crescimento do índice de idosos (as). Com isso, é importante garantir a esse grupo melhores condições de vida e saúde e reivindicar políticas públicas que atendam às suas necessidades.

Com a análise das pirâmides etárias, em relação à divisão por sexo, um dos resultados expressivos é a maior proporção de mulheres no grupo intergeracional. Na Figura 2, a população mamboreense com idade acima de 80 anos já demonstra as mulheres com maior índice em relação aos homens. Em seguida, nas Figuras 3 e 4, essa representação já é crescente, destacando que, na faixa acima de 80 anos, as mulheres estão vivendo mais que os homens. Sobre a feminização da velhice é interessante avaliar que ela:

traz consigo diversos fatores positivos e/ou, negativos tanto para a própria mulher quanto para a família, uma vez que pode estar associada a um maior risco social e, ao mesmo tempo, a uma reestruturação do espaço relacional por ser a mulher idosa importante elo para a rede de apoio familiar (ALMEIDA, 2015, p. 124).

Diante do aumento do número de idosos (as) em escala mundial, o que reflete nas realidades locais, como no caso de Mamborê, salientamos a importância e a necessidade de ações conjuntas entre as diferentes esferas de governo. Tais ações devem visar à promoção de melhorias das condições de vida do público idoso, sobretudo nos setores de saúde, lazer e serviços em geral, com atendimento prioritário e específico. Sendo assim, o tópico a seguir contempla uma breve análise da previdência rural no Brasil e como as mulheres foram inseridas no sistema.

### **Breve histórico da previdência rural no Brasil e a inclusão das mulheres no sistema**

No final do século XVIII e início do século XIX começou a ser discutida e formulada a criação do benefício da previdência social para a população brasileira. Primeiramente, o benefício foi ofertado para integrantes das forças oficiais, como a marinha e o exército e seus dependentes. Em seguida, o sistema foi ampliado e, no final do século XIX, programas foram consolidados atendendo, conforme afirma Schwarzer (2000, p. 06), “grupos estratégicos de funcionários públicos, bem como os grupos sociais organizados, como, por exemplo, ferroviários e portuários fundamentais para o funcionamento regular da economia”.

Oficialmente, somente no ano de 1923 é que foi criado o modelo de previdência social no Brasil. Esse fato ocorreu quando foi promulgada a Lei Elói Chaves que tinha como objetivo permitir a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), que, ao longo dos anos, foram reestruturadas.

Mas o sistema ainda não garantia o benefício para os(as) trabalhadores (as) rurais, mesmo considerando que, até a década de 1960, a população brasileira vivia, em sua maior parte, na área rural. Schwarzer (2000, p. 14) explica que, nesse momento, os trabalhadores rurais não representavam “grupo de pressão com capacidade de articulação política e vocalização suficiente” para reivindicar tal direito.

A partir da década de 1960, ocorreram transformações no cenário brasileiro com o surgimento das ‘Ligas Camponesas’ que passaram a organizar reivindicações nos setores econômico e social, surgindo a pauta pela reforma agrária. Esse fato afetou as questões socioeconômicas do país ao movimentar o setor rural na luta por seus direitos. As pressões foram atendidas pelo governo do João Goulart por meio do sancionamento, em 1963, da Lei 4.214 referente ao Estatuto do Trabalhador Rural. Porém, essas medidas na prática tiveram efeitos, de acordo com Schwarzer (2000, p. 15) “meramente demonstrativos, sem impacto relevante algum na estruturação de um sistema de proteção social concreto na área rural”.

Com a criação da Lei Complementar nº 11 em 1971, foram incluídos os (as) idosos (as) e pessoas com invalidez da área rural como beneficiários da aposentadoria. Entretanto, como informa Chies (2017, p.200), “só houve a efetivação do acesso a esse direito a partir de 1972 com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural) e o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural)”.

A inserção efetiva da mulher no Sistema de Previdência Social Rural ocorreu de forma recente, pois, historicamente, o benefício foi constituído na divisão de gênero, sendo por lei concedida apenas à "cabeça do casal", na grande maioria das vezes, ao homem, considerado o provedor do sustento familiar e a mulher caracterizada como dependente. Com isso, o sistema compreendia que a mulher não produzia renda e participação na economia, portanto, não tinha o direito posteriormente à aposentadoria.

As mulheres, no decorrer dos tempos, buscaram por sua autonomia e espaço igualitário na sociedade e na ciência, passando por um grande processo de luta para não serem invisíveis na sociedade. Nesse contexto, existem dificuldades em tratar a história das mulheres, segundo Perrot (2015, p. 21), "sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios".

Em relação à representação das mulheres na ciência historiográfica, desde o século XIX que a história se tornou uma disciplina científica, conforme Priore (1994, p. 12), "a história tem dado à mulher um espaço cuidadosamente demarcado pelas representações e ideias masculinas dos historiadores que, até pouco tempo, a produziam exclusivamente".

Sendo assim, pouco se escrevia sobre as mulheres, e o que era produzido foi marcado pelas representações que os homens concediam a elas. Nesse contexto, sendo constituídos por representações masculinas, esses fatores explicam, de acordo com Perrot (2015, p. 22), "que haja uma falta de fontes não sobre as mulheres nem sobre a mulher, mas sobre sua existência concreta e sua história singular. No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra".

Esse contexto histórico justifica a não inclusão das mulheres no sistema previdenciário. Somente com as lutas diárias e maiores representações femininas em ambientes da sociedade é que as mulheres começaram a ser inseridas em programas, buscando garantir seus direitos.

As mudanças que começaram a ocorrer na metade do século XX, com a crescente participação feminina no mercado de trabalho assalariado, resultou na entrada de novos direitos a essa categoria. No Brasil, o modelo da Previdência Social aplicado no setor urbano era diferente ao do aplicado no setor rural. A inclusão das trabalhadoras rurais em relação às trabalhadoras urbanas foi tardia. Dessa perspectiva, o trabalho da mulher no ambiente rural, por muito tempo, foi invisível e estava vinculado às atividades domésticas e familiares, repercutindo culturalmente nas relações sociais cotidianas.

No Brasil, com a Constituição em 1988, tem início, por lei, mudanças tangentes aos direitos trabalhistas e igualdade entre homens e mulheres, sendo concedido às mulheres o direito da aposentadoria e à licença maternidade. Além disso, se estendeu o direito à aposentadoria aos agricultores em regime de economia familiar - homens a partir dos 60 anos e mulheres a partir dos 55 anos - e à pensão por morte a ambos os cônjuges, com o valor de um salário mínimo. Com isso, as trabalhadoras rurais gradativamente passaram a ter mais consciência de seus direitos e do papel de seu trabalho na agricultura.

Porém, ainda existem dificuldades para as mulheres na comprovação das atividades rurais devido a muitas não se autodeclararem agricultoras em documentos oficiais e seus nomes não aparecerem nas notas fiscais de

comercialização. Segundo Chies (2017, p. 211), “na comercialização dos produtos, as notas fiscais são emitidas em nome dos homens, sendo ainda visto como o responsável pela atividade produtiva”. E são esses documentos que servem como provas para a comprovação das atividades rurais. Em âmbito geral, a inclusão dos trabalhadores rurais na previdência social foi tardia e conflituosa, e, como enfoca Brumer:

A inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais. Esse reconhecimento, por sua vez, era de difícil comprovação, tendo em vista que grande parte do trabalho feito por elas é invisível, sendo geralmente declarado como “ajuda” às tarefas executadas pelos homens e, com frequência, restrito às atividades domésticas, mesmo que essas incluam atividades vinculadas à produção. Assim, no início considerado como “dependentes”, seja dos pais ou dos maridos, passam paulatinamente a serem vistas como “autônomas”, portadoras de direitos individuais, o que lhes permite serem incorporadas como beneficiárias da previdência social (BRUMER, 2002, p. 3).

Enquanto ocorrem diferentes tratamentos relacionados à previdência em relação a homens e mulheres, Camarano e Pasinato (2002) relatam que os argumentos para tais diferenciações tradicionalmente utilizados:

para a manutenção desse diferencial são: a) uma forma de compensação pelo tempo de afastamento do mercado de trabalho a que são submetidas as mulheres em função da reprodução e responsabilidades familiares; b) uma suposta “fragilidade” relativamente ao sexo masculino; c) postos de trabalho de qualidade inferior; d) a dupla jornada a que estariam expostas ao ter que conciliar o trabalho assalariado com as tarefas domésticas; e) uma tentativa de igualar as idades de aposentadoria entre maridos e mulheres, admitindo que as mulheres se casam com homens mais velhos (CAMARANO; PASINATO, 2002, p. 2).

Essas atitudes para concessão do benefício da Previdência Social às mulheres é um resquício de uma construção social patriarcal que ainda está presente no cenário brasileiro.

Atualmente, a participação feminina cresceu em diversos ambientes como no mercado de trabalho, representações políticas e comunitárias, no âmbito familiar e quebrou inúmeras barreiras postas por uma sociedade machista e patriarcal. A história das mulheres e o território do feminino não são lugares pacíficos em que a mulher se move sem riscos e confrontos. Muitas mulheres sofrem silenciadas e sufocadas por uma cultura enraizada que reprime a participação feminina como sujeito histórico e na produção do espaço geográfico. Todavia, é possível identificar o empoderamento de mulheres nas relações cotidianas entre os familiares, na comunidade e nos espaços públicos em que estão inseridas.

### As perspectivas de empoderamento de mulheres aposentadas rurais de Mamborê, Paraná

A construção do empoderamento feminino perpassa por alguns caminhos que precisam ser evidenciados, de acordo com Ferrari (2013, p. 2), essas evidências estão “na sociedade, pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua inclusão social, instrução, profissionalização, consciência de cidadania.” Além disso, na reflexão de Ferrari (2013, p. 2), “por uma transformação no conceito que ela tem dela mesma, em sua autoestima”.

Para analisar o processo de empoderamento das agricultoras com o benefício da Previdência Social Rural, foi necessário compreender o processo que as mulheres percorreram e as mudanças no cotidiano antes e após receberem o benefício. Com isso, entendemos que o empoderamento das mulheres aposentadas rurais está relacionado a diversos fatores, dentre eles, aspectos econômicos, sociais, psicológicos, culturais e de relações de poder.

Conforme o relato feito pela aposentada F. M., de 58 anos: “*agora eu posso comprar uma coisa diferente, não que ele (marido) não dava dinheiro, mas poxa, eu pensava: esse dinheiro não é meu, mesmo eu trabalhando com ele junto, eu considerava que aquele dinheiro era dele*” (informação verbal)<sup>1</sup>.

O relato acima representa a forma como muitas mulheres agricultoras se viam antes e como se veem após o recebimento do benefício da Previdência Social. Analisamos que antes de se aposentarem, mesmo tendo uma participação efetiva e fundamental na produção familiar, os membros do núcleo familiar e elas próprias não se sentiam possuidoras e/ou gestoras dos recursos financeiros.

Verificamos que as mulheres agricultoras possuem uma dinâmica de trabalho em que a maioria é responsável pela maior parte das atividades domésticas, e ainda tem papel essencial na dinâmica produtiva da família, porém, sua participação no âmbito financeiro é geralmente regulada pelo chefe da família, no caso, o marido. No entanto, após aposentarem-se, as agricultoras recebem o benefício em seus nomes, com cartão próprio, e passam a ter mais autonomia financeira, considerando o recurso como seu.

A partir dessa perspectiva, o primeiro ponto a ser discutido é o próprio processo de garantir o recebimento da aposentadoria. O acesso à aposentaria nem sempre foi um processo fácil. Para as mulheres, essa dificuldade era mais acentuada, devido aos impasses para comprovar as atividades rurais. As notas dos produtos comercializados, documentos mais comuns para comprovar a atividade rural, na maioria das vezes, eram emitidas no nome do seu cônjuge. Com isso, para conseguirem adquirir o benefício, era preciso acionar advogados, procurar testemunhas para comprovar o trabalho rural, entre outros procedimentos.

Entre as aposentadas entrevistadas, algumas relataram que no momento da entrevista no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que é também critério para a concessão do benefício previdenciário rural, perceberam que os técnicos do INSS tentaram dificultar suas respostas, sendo feitas diversas perguntas repetitivas, com intuito de constatar incoerências.

<sup>1</sup> F.M, 58 anos, aposentada rural do município de Mamborê – PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2019.

A aposentada S. M., de 55 anos, quando questionada sobre a entrevista realizada no INSS, se mostrou consciente do direito ao benefício e da importância de sua classe trabalhadora:

*Não, não é que a entrevista seja difícil, difícil que às vezes eles querem complicar. Querem achar alguma coisa para gente se contradizer, se a gente tem outro ganho e tal, mas a gente pagou, mesmo que a gente tenha outro ganho, nós pagamos para ter algo a mais (informação verbal)<sup>2</sup>.*

Para compreendermos com mais nitidez o que significou a aposentaria no cotidiano das mulheres entrevistadas, foi solicitado o tempo em que cada uma recebe o benefício. Dentre as participantes da pesquisa, somente uma aposentada recebe o benefício há menos de um ano, e a mesma já consegue sentir a diferença em sua vida, sendo que, para ela, “*é um benefício que podemos comprar coisinhas de mulher, coisas que só mulheres precisam*”<sup>3</sup>, ou seja, esse relato retrata a possibilidade de decisão feminina de gasto do recurso e do investimento em si própria, em produtos que lhe são necessários.

As demais mulheres possuem o direito garantido entre três e quinze anos e demonstram com explicitude as transformações do benefício em suas vidas. Os relatos das aposentadas mostraram que passaram a consumir mais produtos relacionados à higiene pessoal, cosméticos, produtos para casa, alimentos e acessórios femininos.

Também utilizam o recurso da aposentadoria para reformas da casa e para aquisição de novos móveis e eletrodomésticos, melhorando as condições de vida de toda família. No relato da aposentada M. F., de 76 anos é perceptível essa melhora: “*Quando chegou a minha aposentadoria, e o atrasado também veio, nós conseguimos forrar a casa, pintar a casa e mudar pra dentro dela. Com esse dinheiro eu consegui melhorar minha casa e minha condição de vida*” (informação verbal)<sup>4</sup>.

Além dos investimentos com itens para casa, uma das aposentadas investiu também na melhora da sua condição de locomoção, relatando que comprou uma moto para uso pessoal. De acordo com a aposentada I. de 63 anos<sup>5</sup>, “*eu comprei máquina, eu comprei geladeira, mesa eu comprei um monte de coisa, assim, parcelado, mas, comprei até uma motinha para eu andar*”. A aposentada, no relato, abordou que percebeu a necessidade de não depender somente do seu marido para poder ir a determinados lugares, sendo que após comprar a moto ela pode inclusive ajudar seu marido na resolução de algumas questões.

---

2 S. M., 55 anos, aposentada rural do município de Mamborê – PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2019.

3 S. M., 55 anos, aposentada rural do município de Mamborê – PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2018.

4 M. F., 76 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2018.

5 I., 63 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2018.

Com os relatos das aposentadas constatamos que a autonomia financeira dessas mulheres se torna um fator condicionante na participação ativa, nas tomadas de decisões e no ganho de respeitabilidade perante a família. Essa independência econômica é indispensável, de acordo com Sen (2000, p.18), “para o reconhecimento da condição de agente por parte dos indivíduos, por fazer com que eles se sintam como pessoas responsáveis por sua vida e emancipados”.

Constatamos que as mulheres também utilizam o dinheiro da aposentadoria para auxiliar outras pessoas da família, como netos (as) e filhos (as). Foi observada a preocupação das aposentadas em ajudar sua família, pois sendo um recurso fixo mensal, é possível contribuir mais com os familiares, amigos e comunidade.

Além disso, as aposentadas gastam a maior parte do valor recebido com o benefício no comércio local. Dentre as entrevistadas, houve o relato que elas preferem o comércio local devido à proximidade, sendo mais viável efetuar as compras no município de origem do que em outro. A aposentada M. F., de 58 anos, relata sobre a importância em consumir no comércio local de seu município para fortalecê-lo:

*A gente não vai pra outros lugar, fica difícil, aqui é mais perto para ir, e também para ajudar o município, se a gente comprar em outro lugar, tirar daqui e coloca o dinheiro em outro município. Se todos pensassem eles comprariam tudo na sua cidade, não fariam compra em outro lugar. Depois reclamam que o município não dá saúde, educação e não desenvolve. Mas cada um tem que fazer sua parte (informação verbal)<sup>6</sup>.*

Em relação ao gerenciamento da renda, as mulheres relataram que antes de se aposentar não tinham autonomia para administrar o dinheiro conquistado pelo seu trabalho. As aposentadas relataram que antes do recebimento da aposentadoria, o dinheiro era administrado principalmente por seus maridos. Algumas mulheres justificaram essa questão ao abordarem que o dinheiro era primeiro direcionado aos equipamentos de trabalho, depois aplicado ao consumo da família e se sobrasse seria aplicado aos gastos extras.

Assim, a aposentada M. F. relata que “*hoje, só penso que temos a mente diferente, no caso, se ela trabalha, ele vai pra roça, direito igual, dinheiro é dele e dela também. Mas no meu tempo e no da minha mãe a gente achava que era do marido*” (informação verbal)<sup>7</sup>. A mãe de M. F. que participou também da entrevista, relata que “*a gente parece que era mandada por eles, eles que eram chefe da gente. Agora que aposentei considero meu dinheiro, posso gastar um pouquinho a mais*” (informação verbal)<sup>8</sup>.

6 M. F., 58 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2018.

7 M. F., 58 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2018.

8 F. F., 76 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 19/03/2018.

Esses relatos retratam o predomínio das famílias patriarcais e a submissão das mulheres nesse contexto. Também mostram que o acesso a direitos fundamentais pelas mulheres, como o caso do benefício previdenciário, leva a transformações na estrutura familiar, social e cultural, mesmo que de modo lento, tornando-se um ganho à sociedade em geral.

Outras mulheres apontaram que o dinheiro e os gastos da família eram sempre negociados com seus parceiros, sendo consultadas para que houvesse a aplicação do dinheiro em algum investimento, mas isso não significava que elas possuíam a autonomia de gerenciar tais investimentos. O relato da aposentada L. M., de 65 anos, nos mostra o ganho de autonomia pela mulher aposentada:

*Era mais difícil por que era só ele, ele tinha aposentadoria dele e vivemos com ela. Mas era mais ele que gerenciava o dinheiro, agora com a minha aposentadoria eu que cuido do meu dinheiro e melhorou para mim. Eu não tenho que dar satisfação para ele do meu dinheiro, do que eu faço, eu dou satisfação porque já somos acostumados, mas ele não me interrompe em nada (informação verbal) <sup>9</sup>.*

Podemos perceber que o fato de a trabalhadora rural ter sua renda e poder gerenciá-la representou ganho de autonomia da mulher no contexto familiar e comunitário, o que melhorou sua vida. Neste sentido, concordamos com as autoras que o empoderamento dessas mulheres:

pode ser percebido nas dimensões econômicas, sociais e políticas representando perspectivas como aumento de renda, melhoria na qualidade de vida, capacidade de questionamento de sua posição de submissão e ampliação na sua participação no poder (AMORIM; FIÚZA; PINTO, 2010, p. 3).

Ao questionar sobre o sentimento de conseguirem o direito ao benefício previdenciário, ficou evidente a transformação gerada na vida dessas mulheres. O relato de L. M., de 65 anos, expressa bem esse processo: “*sentimento de liberdade, passei a viajar mais, sair mais, vou para alguns lugares que tinha vontade de ir e nunca fui, tinha vontade de encher o carrinho de compra que nunca enchi, hoje em dia eu encho, foi muito bom*” (informação verbal)<sup>10</sup>.

As aposentadas relataram que o sentimento que possuem é uma sensação de felicidade, acompanhada de alívio, pois, a partir daquele momento poderiam ter uma velhice mais tranquila. Mesmo o benefício sendo um salário mínimo, representa seguridade em um momento da vida em que é necessário o descanso, o cuidado com a saúde e o lazer. Em relação a isso, a questão da saúde foi um ponto essencial abordado pelas entrevistadas, conforme a aposentada M. G., de 60 anos:

---

<sup>9</sup> L. M., 65 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 26/05/2018.

<sup>10</sup> L. M., de 65 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 19/05/2018.



*Eu comecei a ir mais no médico, até porque começou a aparecer mais problema, conforme a idade foi chegando os problemas também. Eu tenho problema de vista e a cada 4 meses eu pago consulta que antes eu não pagava, posso ir no cardiologista, se surge um problema eu já faço meus exames e isso ajuda bastante. A gente diz que não vai guardar o dinheiro, mas é para deixar também para a saúde, cuidar primeiro da nossa saúde (informação verbal) <sup>11</sup>.*

Dentre as entrevistadas, os relatos sobre a melhoria das condições de vida e saúde foi destacado, as aposentadas enfocaram que a partir da aposentadoria começaram a cuidar mais do seu bem estar, se preocupando com visitas periódicas em médicos e cuidados pessoais.

Outro aspecto relatado foi a possibilidade de realizar atividades de lazer, pois, com o recebimento do benefício, conseguem viajar e ir em festas. De acordo com a aposentada M. C.<sup>12</sup>, *“com o tempo e o dinheirinho que eu tenho agora, posso planejar as minhas viagens para conhecer as igrejas, o Divino Pai Eterno que era meu sonho”*.

Já a aposentada L. M.<sup>13</sup> relatou que utiliza seu tempo para o lazer frequentando os bailes da melhor idade ofertados pelos municípios da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão e de Mamborê, a aposentada relata: *“eu sempre gostei de dançar, com a idade vai sendo difícil às vezes né, vou ao médico sempre, mas não deixo de ir aos bailes me divertir, conheço gente nova sempre que vou, eu gosto muito, me sinto viva”*.

As narrativas dessas mulheres mostram que mesmo que o valor recebido com a aposentadoria seja pouco, é significativo o valor simbólico que representa, ou seja, além do recurso financeiro, há a importância do reconhecimento do seu trabalho como agricultora, do seu papel como cidadã ativa e participativa na vida familiar e comunitária. Essa simbologia destaca o seu papel como mulher autônoma e independente.

As experiências relatadas pelas narrativas demonstram não somente os aspectos de ganho financeiros que as aposentadas adquiriram com o benefício, mas também aspectos emocionais e sociais que transformaram o seu cotidiano ao adquirir o empoderamento diário em suas relações sociais. Obviamente que essas transformações não podem ser consideradas suficientes, porém, são fundamentais porque marcam um processo de evolução, de ganho de espaço social pelas mulheres, e essas mudanças podem possibilitar que as atitudes e comportamentos das novas gerações sejam mais igualitárias entre homens e mulheres.

---

11 M. G., 60 anos, aposentada rural do município de Mamborê - PR. Entrevista realizada no dia 26/05/2018.

12 M. C., 58 anos, aposentada rural do município de Mamborê – PR. Entrevista realizada no dia 27/05/2018.

13 L. M., 59 anos, aposentada rural do município de Mamborê – PR. Entrevista realizada no dia 02/06/2018.

### Considerações finais

A pesquisa mostrou que o benefício da aposentaria rural desempenha um importante papel no cotidiano das mulheres agricultoras. No meio rural, é comum que a representação dessas mulheres, sobretudo das idosas, que participam e assumem as funções da casa e da família, porém, com o direito à aposentadoria, há o reconhecimento de que desempenham papel fundamental na organização produtiva e na realização do trabalho, ao promover diversas transformações no espaço geográfico em que vivem.

Constatamos, com a pesquisa que, com o recebimento do benefício previdenciário, a agricultora passa por um processo de modificações nas relações sociais, políticas e culturais no ambiente em que ela está inserida. Essas modificações representam melhoras em suas vidas, que vão desde o cuidado consigo, com sua saúde, até ganho de autonomia para a tomada de decisões nos âmbitos pessoal, familiar e comunitário.

Dessa forma, é necessário assegurar que essas mulheres adquiram o benefício previdenciário, e isso se amplia na medida em que elas têm acesso sobre seus direitos e de como adquiri-los. Muitas dessas mulheres enfrentaram, durante sua vida, um cotidiano baseado nas sombras de seus pais e cônjuges, em que seu papel de mulher estava voltado somente para o trabalho doméstico e familiar.

Uma das premissas desta pesquisa foi justamente analisar o empoderamento adquirido pelas agricultoras com o benefício da Previdência Social. Compreendemos que as mulheres, ao possuir essa renda fixa mensal, podem vivenciar experiências e anseios que foram conservados durante suas vidas.

Podemos concluir com a pesquisa que o empoderamento feminino, nesse caso, não está somente ligado ao valor simbólico representado no dinheiro. Está também calcado na forma com a qual as mulheres encaram o empoderamento: de forma libertadora, o que inclui seus sonhos, anseios e esperanças.

Essa forma de empoderamento pode garantir à mulher aposentada rural o repensar e o questionar sobre determinados padrões patriarcais e machistas incorporados na sociedade brasileira e serem protagonistas de suas próprias vidas e histórias.

### Referências

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Mamborê – PR**. Disponível em: < [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/mambore\\_pr.](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/mambore_pr.)>. Acesso em Ago. 2018.

AMORIM, Érika Oliveira; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida. Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 1, p. 195 – 213, 2015.

ALMEIDA, Alessandra Vieira; MAFRA, Simone Caldas Tavares; SILVA, Emília Pio da; KANSO, Solange. **A Feminização da Velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social**. Textos & Contextos, v. 14, n. 1, p. 115 - 131, 2015.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

BRISOLA, Elisa Maria Andrade; MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira. A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. **Revista Ciências Humanas** - Unitau, v. 4, n. 1, p. 124 - 136, 2011.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, v. 10, n. 7, p. 50 – 81, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO Maria Tereza. Envelhecimento, Condições de Vida e Política Previdenciária: Como Ficam as Mulheres? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Universidade do Tocantins, 2002, p. 1 - 30.

CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: Inversos, 2016.

COSTA, Fábio Rodrigues da; SCHEFFER, Milena Ferreira. Avaliação de indicadores sociais no município de Mamborê – PR. **Revista Percursos**, v. 9, n. 1, p. 105 - 126, 2017.

CHIES, Cláudia. **Aposentadoria rural e políticas públicas para a agricultura familiar**: estudo dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Bassanezi Carl. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

FERRARI, Rosana. **O Empoderamento da Mulher**. Disponível em: <<http://www.fap.sc.gov.br/noticias/empoderamento.pdf>>. Acesso em 09 ago. 2018.

FRANCISCO, Maria Luíza Oliveira de. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 1, p. 27 - 36, 2011.

GIULANI, Paola Cappelim. O movimento de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORI, Mary; BASSANEZI PINSKI, Carla (Orgs.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 640 – 668.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**, 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Base de Dados do Estado – BDEweb**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em Ago. 2018.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. **La ventana**, v. 13, p. 94 - 106, 2001.

MORIGI, Josimari de Brito; BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz. Processos de formação socioespacial e de produção do espaço urbano de Mamborê (PR) Brasil. **Geo UERJ**, v. 1, n. 23, p. 223 - 243, 2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

PRIORE, Mary Del. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2014.

SEN, Amartya Kumar. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de: MOTTA, Laura Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 220 - 235.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 10, p. 281 - 300, 2007.

SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana M. A; COSTA, Suely Gomes. A história das mulheres cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero**, v. 2, n. 1, p. 7 - 30, 2000.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista de Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11 - 30, 2005.

SCHWARZER, Helmut. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil** – evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **História das mulheres e as representações do feminino**. Campinas: Curt Nimuendaju, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Recebido em 06 de novembro de 2019.

Aceito em 26 de maio de 2020.

Jocimara Maciel Correia, Cláudia Chies, Fabiane Freire França



Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 11, número 1 (2020)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## Mulher, Professora e Pesquisadora: Trajetórias Socioespaciais de Docentes Efetivas da Universidade Federal do Tocantins - Campus Araguaína

*Mujeres, Profesoras e Investigadoras: Trayectorias  
Socio-Espaciales de Docentes Efectivas en la  
Universidad Federal de Tocantinas - Campus  
Araguaína*

*Woman, Teacher and Researcher: Socio-Spatial  
Trajectories of Full Professor Women in the Federal  
University of Tocantins – Campus Araguaína*

**Raquel Almeida Mendes**

Universidade Federal de Goiás  
almeidamendesraquel@gmail.com

**Kenia Gonçalves Costa**

Universidade Federal do Tocantins  
keniacost@uft.edu.br

Como citar este artigo:

MENDES, Raquel Almeida; COSTA, Kenia Gonçalves. Mulher, Professora e Pesquisadora: Trajetórias Socioespaciais de Docentes Efetivas da Universidade Federal do Tocantins - Campus Araguaína. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 152 - 171, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# Mulher, Professora e Pesquisadora: Trajetórias Socioespaciais de Docentes Efetivas da Universidade Federal do Tocantins - Campus Araguaína

*Mujeres, Profesoras e Investigadoras: Trayectorias Socio-Espaciales de Docentes Efectivas en la Universidad Federal de Tocantinas - Campus Araguaína*

*Woman, Teacher and Researcher: Socio-Spatial Trajectories of Full Professor Women in the Federal University of Tocantins – Campus Araguaína*

## Resumo

A presente pesquisa discute as trajetórias socioespaciais das docentes efetivas do campus universitário da UFT em Araguaína – TO. O procedimento metodológico adotado consiste na análise dos currículos científicos e realização de entrevistas semiestruturadas com docentes da unidade Cimba e EMVZ. Por meio dos currículos científicos e das oralidades tornou-se possível averiguar os trajetos acadêmicos das professoras e as implicações das hierarquias de gênero estabelecidas no âmbito científico. Notamos que a ciência ainda reflete um campo masculinizado em função da construção social e histórica das representações femininas atreladas ao meio privado/doméstico, corroborando para uma persistência das relações de dominação patriarcais.

Palavras-Chave: Professoras; UFT; Trajetórias Socioespaciais; Gênero.

## Resumen

La presente investigación discute las trayectorias socioespaciales de las docentes efectivas del campus universitario de UFT en Araguaína - TO. El procedimiento metodológico adoptado consiste en analizar los planes de estudio científicos y realizar entrevistas semiestructuradas con profesoras de las unidades Cimba y EMVZ. A través de los currículums científicos y la oralidad, se hizo posible determinar las trayectorias académicas de las docentes y las implicaciones de las jerarquías de género establecidas en la esfera científica. Observamos que la ciencia aún refleja un campo masculinizado debido a la construcción social e histórica de las representaciones femeninas vinculadas al entorno privado / doméstico, corroborando la persistencia de las relaciones de dominación patriarcal.

Palabras-Clave: Docentes; UFT; Trayectorias Socioespaciales; Género.

## Abstract

The present research discusses the socio-spatial trajectories of the full professor women of the UFT university campus in Araguaína (TO). The methodological procedure adopted consisted of the analysis of scientific curriculum and semi-structured interviews with woman teachers from Cimba and EMVZ units. Through scientific curriculum and oralities it was possible to verify the academic paths followed by those teachers and the implications of the gender hierarchies established in the scientific scope. We noted that science still shows up as a masculinized field due to the social and historical construction of female representations as linked to the private/domestic environment, that reinforces the persistence of patriarchal relations of domination.

Keywords: Full Professor Women; UFT; Socio-spatial Trajectories; Gender.

Raquel Almeida Mendes, Kenia Gonçalves Costa



## Introdução

O presente artigo pretende discutir sobre o lugar da mulher no meio científico, a partir de um estudo sobre as trajetórias socioespaciais de docentes na Universidade Federal do Tocantins - campus Araguaína e visando entender em quais medidas as desigualdades de gênero e o sexismo constituem os trajetos acadêmicos femininos.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), recorte espacial desta pesquisa, foi implantada no ano de 2003 e atualmente apresenta um quadro de 57 cursos de graduação, 30 programas de pós-graduação e mais de 20 mil discentes distribuídos em 7 campi universitários localizados nos municípios de Palmas, Araguaína, Gurupi, Miracema, Tocantinópolis, Porto Nacional e Arraias.

A UFT é uma instituição de extrema importância para a população tocantinense, tendo em vista a ampliação da oportunidade de acesso ao ensino superior, a formação de profissionais qualificados e a difusão de saberes nas mais diversas instâncias, fornecendo oportunidades de formação no campo das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Tecnológicas, Engenharias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Tendo em vista a relevância da Universidade Federal do Tocantins para produção científica tocantinense, surge o interesse por pesquisar sobre as cientistas presentes nesta instituição e suas contribuições para a ciência, priorizando, sobretudo as mulheres cientistas.

Mapa 01: Localização das unidades Cimba e EMVZ do campus universitário de Araguaína



Fonte: Gmapas/INDE. Elaboração: SOUSA, 2018.

O propósito do presente trabalho é visibilizar e investigar as mulheres cientistas da UFT campus Araguaína (Mapa 01) a partir de uma análise sobre suas trajetórias socioespaciais, suas vivências no meio acadêmico e as

dificuldades de estarem inseridas em áreas estruturalmente e historicamente masculinas.

A compreensão dos trajetos e vivências das interlocutoras ocorrerá a partir da discussão de Cirqueira (2010) sobre trajetórias socioespaciais, que segundo o autor remete às historiografias e as bagagens simbólicas de cada indivíduo, interligadas as temporalidades e espacialidades que se configuram de forma descontínua e não linear, sendo de grande importância na medida em que as experiências não acontecem de forma aleatória, mas são demarcadas por momentos e lugares que se tornam referências simbólicas aos indivíduos.

A busca pela compreensão da realidade por meio das lentes geográficas ocorre pela chave da análise espacial, da relação sociedade-natureza e do entendimento de categorias tais como lugar, território, região e paisagem (GIOMETTI, PITTON, ORTIGOZI, 2012) que cerceada por vertentes tradicionais tende a entender os sujeitos inseridos no espaço como universais.

As novas perspectivas da Geografia cultural, buscando romper com paradigmas genéricos, trazem a ideia de que o entendimento de fenômenos sociais pela ótica do espaço deve abranger os marcadores da diferença, entrando nesse caso o debate geográfico das questões de gênero.

A ausência das discussões sobre gênero constituem um fazer geográfico cada vez mais simplista e universalizante no tocante a realidade dos sujeitos sociais que, sem considerar as nuances generificadas, bem como outras categorias tais como raça e etnia, reafirma o caráter hegemônico e hierárquico da ciência (REIS, 2015).

Luciane Lopes (2015) endossa que:

Os estudos sobre gênero se enquadram na geografia justamente pelo fato de essas formas de relações estarem presentes na dinâmica de produção do espaço a partir das relações sociais, que se modificam constantemente e interferem na configuração socioespacial a que pertencem (LOPES, 2015, p. 157).

Sendo assim, considerar as espacialidades perpassadas pelo caráter social das relações de gênero tem fomentado pesquisas geográficas capazes de construir saberes e métodos contra-hegemônicos, visando a não subalternização de determinados grupos e a maior visibilidade dos debates sobre a diferença.

Não podendo negar as potencialidades da Geografia nos estudos sobre gênero, a pesquisadora Joseli Maria Silva (2010) discute que o silenciamento perante as questões supracitadas tem mais a dialogar com as relações de poder contidas no campo da ciência, do que uma suposta incompatibilidade ao objeto de conhecimento geográfico.

Partindo para o delineamento metodológico da pesquisa, foi tomado como ponto inicial a construção do referencial teórico/bibliográfico, com direcionamento principal aos estudos sobre gênero, feminismo, trajetórias socioespaciais, dentre outros.

As questões norteadoras da pesquisa concentram-se em três principais: Em que medida as desigualdades de gênero se fizeram presentes nas trajetórias socioespaciais das docentes? A academia se apresenta como um ambiente



hostil as mulheres cientistas? Como as trajetórias socioespaciais são regidas considerando o aspecto patriarcal que estrutura a sociedade científica?

Foram adotadas abordagens quali-quantitativas, fundamentadas nos trabalhos de Ramires e Pessoa (2009). A obtenção de dados sobre o corpo docente feminino ocorreu por meio de solicitação ao setor de recursos humanos da universidade. O acesso a dados tais como nome, naturalidade, área de atuação e currículo acadêmico, possibilitou-nos, desse modo, uma caracterização inicial das trajetórias.

A primeira etapa da pesquisa é concluída com a sistematização das trajetórias acadêmicas. Foram tomados como base a análise dos currículos científicos presentes na plataforma Lattes e a partir de então o reconhecimento do percurso feito desde a graduação até a última titulação conclusa.

A segunda etapa da pesquisa consiste na realização de entrevistas semiestruturadas. O roteiro de perguntas, alinhado ao viés fenomenológico (TRIVIÑOS, 1987), visava abordar as subjetividades e vivências acadêmicas das interlocutoras que somente o viés da oralidade poderia evidenciar. Considerou-se a amostragem de 13 docentes na etapa das entrevistas, uma docente por cada curso em funcionamento no campus universitário, critério estipulado pelas autoras a fim de compreender as singularidades das experiências femininas, segundo cada área da ciência.

O presente trabalho está dividido em duas seções. A primeira consiste em apontamentos sobre os primórdios das pesquisas no campo das relações de gênero, do debate sobre as mulheres na ciência e do próprio movimento feminista, enquanto que a segunda parte discute diretamente as trajetórias socioespaciais das docentes e suas narrativas quanto mulheres pesquisadoras.

### **Gênero, Feminismo e Mulheres na Ciência: Alguns apontamentos**

O movimento feminista tem apresentado como uma de suas principais pautas a busca por discutir e lutar contra a invisibilidade da mulher em diversos contextos, inclusive no contexto científico.

Considerando a sociedade patriarcal que vivemos, há uma resistência no que concerne a inserção das mulheres no mundo científico. A função social feminina, construída tempos a fio, esteve destinada de forma massiva ao âmbito da maternidade e/ou dos afazeres domésticos, impedindo que as mulheres não pudessem exercer atividades destoantes dos papéis de gênero preestabelecidos (SCHIEBINGER, 2001).

O movimento feminista surge com o objetivo de quebrar noções preconcebidas sobre a vida e corpo das mulheres, tendo em vista que anteriormente as mulheres pouco podiam optar pelos seus trajetos, sequer era permitido que as mulheres frequentassem ambientes para além da esfera privada/doméstica.

Alves e Pitanguy, na obra ‘O que é feminismo?’ discorre que:

O movimento feminista denuncia a manipulação do corpo da mulher e a violência a que é submetido, tanto aquela que se atualiza na agressão física – espancamentos, estupros, assassinatos – quanto a que o coisifica como objeto de consumo. Denuncia da mesma forma a

violência simbólica que faz de seu sexo um objeto desvalorizado. Reivindica, também, o direito à informação e ao acesso a métodos contraceptivos seguros, masculinos e femininos. Propõe, principalmente que o exercício da sexualidade se desvincule da função biológica de reprodução, exigindo dessa forma o direito ao prazer sexual e à livre opção pela maternidade. Neste sentido, advoga o aborto livre, e a ruptura com os moldes tradicionais em que o desempenho sexual da mulher vem sendo encerrado (ALVES e PITANGUY, 1985, p. 60).

No que concerne as mulheres e o acesso à educação, havia poucas possibilidades, sendo assim, “[...] nesse período, poucas mulheres estudaram e lecionaram em universidades, somente a partir do século XIII, primeiramente na Itália [...]” (SILVA, 2012, p. 18)”. O meio acadêmico passou a ser frequentado por mulheres depois de muito empenho e quebras de paradigmas, “[...] as universidades, embora tenham sido criadas no século XII, só passaram a admitir efetivamente as mulheres em seu quadro de discentes e docentes no final do século XIX e início do século XX [...]” (SCHIEBINGER, 2001, p. 18).

Apesar de toda a exclusão no contexto científico, mulheres cientistas, ainda que pouco numerosas, se mantiveram presentes. Mesmo perante uma ciência estruturada em bases masculinas e com produções científicas pouco reconhecidas, elas ainda conseguiram deixar um legado estimulador na história da ciência (SILVA, 2012).

A representação da mulher na história científica é narrada de forma ínfima e desprovida de protagonismos. Segundo Ana Colling em sua obra intitulada “A construção histórica do feminino e do masculino” (2004):

[...] desde que a História existe como disciplina científica, ou seja, desde o século XIX, o seu lugar dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Estes escreveram a história dos homens, apresentada como universal, e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem. Ao descreverem as mulheres, serem seus porta-vozes, os historiadores ocultaram-nas como sujeitos, tornaram-nas invisíveis. Responsáveis pelas construções conceituais hierarquizaram a história, com os dois sexos assumindo valores diferentes; o masculino aparecendo sempre como superior ao feminino (COLLING, 2004, p. 13).

Dessa forma, para entendermos o processo de hierarquização, iniciaremos abordando o conceito de gênero, as representações do masculino e feminino, dentre outros conceitos adjacentes tais como sexo e sexualidade.

Segundo Alves e Pitanguy (1985), o termo ‘Gênero’ pode ser descrito como algo construído socialmente e culturalmente, sendo um dos principais motivos pelo qual são atribuídas diferentes funções para homens e mulheres na sociedade, de acordo com aspectos políticos, costumes, cotidiano e fenômenos de cada lugar.

Para Guacira Louro (1997), o termo ‘Gênero’ surge para romper os laços

estritamente biológicos no que tange as distinções sociais existentes entre feminilidades e masculinidades, e passa a ser compreendido como um conceito fundamental para o feminismo.

A teórica sobre questões de gênero, Judith Butler, evidencia que “[...] por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixa quanto o sexo [...]” (BUTLER, 1990, p. 15).

O advento do conceito ‘Gênero’ fomenta o debate no campo social, haja vista que é neste contexto que os gêneros são construídos, trazendo a relevância de discutir o contexto patriarcal que estrutura a sociedade e os aspectos relacionais entre mulheres e homens na cotidianidade.

Sendo assim, o patriarcado é a hierarquia existente e implantada no seio social entre homens e mulheres. A dominação masculina surge a partir do aparato social de subjugação feminina, no qual mulheres, em todas as áreas de convivência humana, são situadas abaixo do poderio masculino, acarretando uma série de violências e opressões históricas (SAFFIOTI, 2004).

A sociedade patriarcal cristaliza as desigualdades de gênero, confina mulheres a vida privada e dessa forma nós nascemos e crescemos condicionadas a corresponder ao patriarcado, a partir de uma vida a margem, cheia de vetos e imposições sociais de gênero.

A representação social do que seria masculino e feminino contribui para a manutenção do ideário de mulher não pertencente ao meio científico. De acordo com Branca Alves e Jacqueline Pitanguy:

O “masculino” e o “feminino” são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos (ALVES e PITANGUY, 1985, p. 55).

No âmbito dos estudos sobre gênero é de extrema relevância discorrer sobre os conceitos de público e privado, conceito que se relaciona estreitamente com as concepções de ‘feminino’ e ‘masculino’, haja vista que há correspondências de gênero perante essas esferas. O conceito de público e privado é discutido por Susan Okin, a mesma destaca que:

[...]“o privado” sendo usado para referir-se a uma esfera ou esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial, e “o público” para referir-se a uma esfera ou esferas vistas como geralmente ou justificadamente mais acessíveis (OKIN, 2008, p. 305).

A dicotomia ‘público’ e ‘privado’ é muito significativa para os estudos sobre gênero, principalmente na insistência de estudiosas feministas em discutir que ‘o pessoal é político’, e que não dá pra desassociar tais discussões. Na verdade, foi pela falta de correlação entre as esferas que se constituiu diante das

relações familiares um caráter a-histórico e apolítico, como destaca Susan Okin:

O que, então, outras feministas, assim como as mais radicais, querem dizer com 'o pessoal é político'? Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados/isolados um do outro (OKIN, 2008, p. 314).

A dicotomia público/privado representa uma das raízes históricas de opressão feminina. A mulher é estereotipada como alguém 'naturalmente' ligada ao ambiente doméstico, aos cuidados com o lar e criação dos filhos, enquanto o homem é responsabilizado por trabalhar e manter o lar, provendo o sustento e exercendo o poderio político de 'chefe do lar'.

O processo hierárquico estabelecido entre homens e mulheres e refletido nos mais diversos meios, inclusive na ciência, fez com que o público masculino tivesse acesso antecipado e privilegiado ao fazer científico. Diferentemente das mulheres, que condicionadas à esfera privada, tiveram o direito de adentrar as universidades posteriormente, o que conseqüentemente acarretou numa participação tardia das mulheres na produção científica.

O imaginário social ainda desenha o cientista como sendo alguém do gênero masculino, além de outros atenuantes tais como branco, cisgênero e heterossexual. Cabe frisar que mesmo com o aumento significativo do número de mulheres na ciência, elas ainda são subalternizadas e suas produções científicas ainda vistas como pouco relevantes.

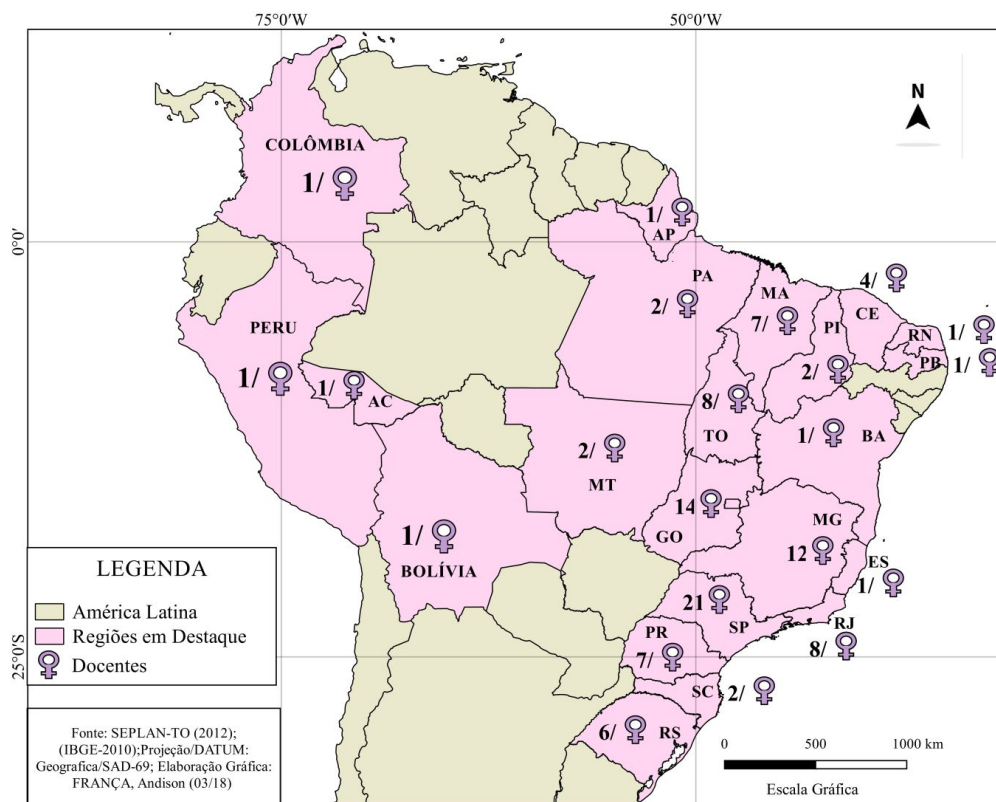
### **Trajetos femininos e desigualdades de gênero: oralidades de pesquisadoras/docentes do campus universitário de Araguaína**

A Universidade Federal do Tocantins (campus Araguaína) apresenta na atualidade um quadro docente feminino de 104 professoras, sendo 05 especialistas, 33 mestres e 66 doutoras (UFT-GDH, 2017), o que nos aponta um quadro docente bastante qualificado. Uma grande parcela das docentes ainda se mantém em processo de qualificação, algo constatado em seus currículos na Plataforma Lattes (CNPq, 2018).

Uma característica percebida na pesquisa foi a de um quadro docente feminino que, em sua grande maioria, não advém da cidade de Araguaína e região. Trata-se então de mulheres com trajetórias acadêmicas extensas, em diversas instituições e regiões do país.

Consideramos importante citar que no universo de 106 professoras, apenas 6 são araguanenses ou das proximidades de Araguaína. A presença de poucas docentes com formação pela UFT ou demais universidades tocantinenses, fez necessária a presença de profissionais de diferentes regiões brasileiras (MAPA 02), até mesmo advindas de fora do país.

Mapa 02: Naturalidade das docentes UFT/Campus Araguaína



Fonte: UFT-GDH, 2017; CNPQ, 2018; Dados primários: MENDES, 2018; Elaboração: FRANÇA, 2018.

As trajetórias socioespaciais, segundo a oralidade das docentes, foram marcadas pelo sexismo e misoginia. Os trajetos longínquos das docentes denotam, de modo geral, uma formação docente bastante especializada, ou seja, mulheres que percorreram diversos espaços em prol de seus processos formativos. Para além dos percalços próprios a vida universitária, a mulher se depara com outras questões próprias a construção social dos gêneros e da condição patriarcal que vivemos, acarretando em inúmeros obstáculos ao lugar feminino no âmbito acadêmico-científico.

O processo de obtenção das informações sobre as trajetórias socioespaciais das docentes da UFT ocorreu tomando como base a análise dos currículos científicos localizado na Plataforma Lattes (CNPq, 2018), onde consta o percurso acadêmico, desde a graduação até a conclusão da pesquisa, bem como as formações em andamento. A Gerência de Desenvolvimento Humano da UFT, campus Araguaína, também contribuiu com o fornecimento de dados quanto à naturalidade (Mapa 02), escolaridade, etnia, dentre outras características do quadro docente feminino.

As entrevistas semiestruturadas foram de grande valia na compreensão das desigualdades de gênero, sendo possível aferir em que medida se fizeram presentes nas trajetórias socioespaciais de cada interlocutora, bem como as subjetividades de cada percurso espacial.

Não obstante, é notório destacar o papel da ciência Geográfica na compreensão das relações entre natureza teórica, física e, sobretudo social. O

ser humano, como fator determinante na construção do espaço geográfico, utiliza-se de técnicas para transformações do meio e, na medida que produz o espaço, estabelece elos de identidade e pertencimento ao Lugar. Os sujeitos ao transformarem o espaço natural (geográfico) em espaço social constituem relações políticas, econômicas, étnico-raciais, culturais e de poder, entrando também o viés das relações de poder entre os gêneros, dentre outras temáticas de suma importância na inter-relação sociedade e natureza, ser humano e meio.

Dessa forma, discutimos sobre conhecimento socioespacial e as relações estabelecidas na produção e organização do espaço, tendo em vista que o conceito-chave não é apenas um mero palco de acontecimentos, mas uma relação contínua e viva dos sujeitos inseridos (SANTOS, 1997). As trajetórias podem ser entendidas a partir do viés de análise espacial, sobretudo na Geografia, quando ao manter diálogo com outras ciências, consegue destrinchar sobre as nuances simbólicas presentes em cada espacialidade. Neste caso, sobre as relações de gênero e as hierarquias sociais e históricas que contribuíram para uma sociedade o homem adentra aos espaços com liberdade e autonomia enquanto as mulheres percorrem com ressalvas.

A articulação de grupos em prol da conquista de direitos femininos, LGBT's e da população negra, dentre outros, a partir da década de 1970, gerou mudanças nos campos políticos de atuação, algo que incidiu diretamente em novos questionamentos no âmbito acadêmico. As ciências humanas e sociais, tais como a Antropologia e a História passaram a inserir o debate da diferença como relevante em suas perspectivas teóricas, todavia a Geografia, de forma comparativa a outras ciências, ainda apresenta debates acanhados (VELEDA DA SILVA, 2009).

Adentrando diretamente ao campo de estudos sobre gênero na ciência geográfica, denominada geografia do gênero, entende-se que:

Têm como foco principal analisar as relações existentes entre espaço e gênero, determinando papéis e funções dos gêneros, a divisão do trabalho e as relações de poder entre eles. As relações de gênero [...] fazem referência às relações de poder existentes entre homens e mulheres; geralmente, em âmbitos espaciais, culturais e temporais existe uma relação de subordinação das mulheres com relação aos homens, o que incita a ciência a fazer reflexões consistentes sobre a visão de mundo sexista (SOUZA, 2007, p. 48).

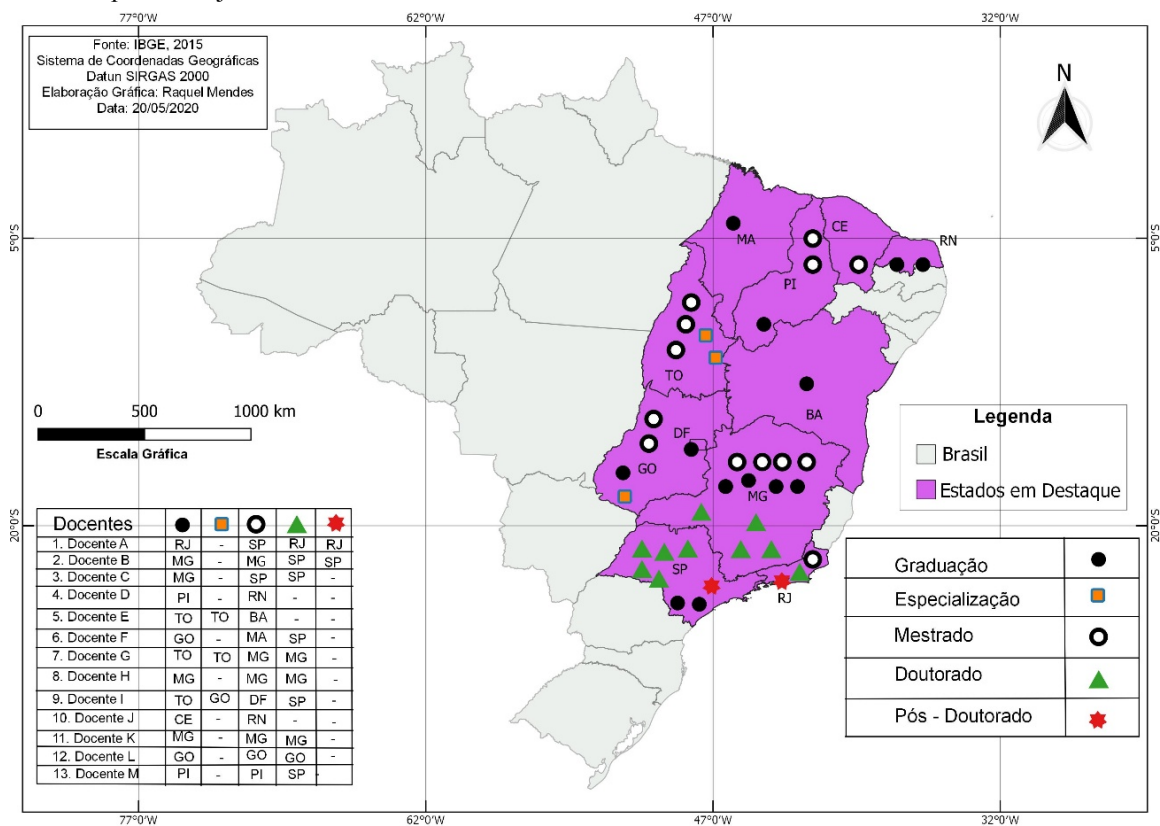
Cabe frisar que há uma persistente invisibilidade no que tange as discussões sobre gênero na Geografia, causada, por vezes, pela visão tradicionalista, eurocentrada e estruturalmente masculinizada. Ao debater sobre as invisibilidades, Joseli Silva salienta que:

[...]a geografia brasileira, apesar de avançar no sentido de tornar importante a concepção da relação entre o “ser que age” e o espaço, apresenta, em sua estrutura curricular, agentes, sujeitos e atores genéricos ou universais. A humanidade, na perspectiva da geografia brasileira, continua sendo tratada, na maior parte das vezes, apenas como polarizada entre capitalistas e trabalhadores. [...] gerando um

discurso que encobre interesses e identidades que são escamoteadas pelas simplificadoras máscaras institucionais. Adotar a perspectiva de gênero na geografia brasileira significa romper com tais generalizações e partir para análises centradas na pluralidade dos seres humanos [...] (SILVA, 2009, p. 58).

A ciência geográfica, além de trazer o debate do campo de gênero e dos saberes socioespaciais na pesquisa em questão, também contribuiu a partir de instrumentos cartográficos, a materialização das relações entre interlocutoras e meio. Dessa forma, a produção de mapas nos apresenta muito mais que meras localizações no plano cartesiano, ou seja, nos permite espacializar os trajetos e elencar questões discutidas no viés das oralidades.

Mapa 03. Trajetórias acadêmicas das interlocutoras entrevistadas



Fonte: UFT/ GDH – Araguaína; CNPQ, 2018; Dados primários: MENDES, 2018; Elaboração: MENDES, 2020.

Em cada entrevista realizada, em cada diálogo com as interlocutoras, tornou-se perceptível os empecilhos de uma sociedade sexista perante as trajetórias acadêmicas das professoras. Ainda que o processo de superação tenha sua urgência, o que está sendo discutido aqui não é unicamente o fortalecimento das mulheres para fins de transpor as barreiras do machismo, mesmo sendo de extrema relevância. Propõe-se uma reflexão no que tange a necessidade de mudanças estruturais e institucionais.

Discutir sobre trajetórias socioespaciais é, sobretudo reconhecer que os trajetos percorridos são influenciados por inúmeras questões do campo social, inerentes aos sujeitos. Sendo assim, cabe entender que o espaço não se

comporta como um mero palco de acontecimentos sociais, onde ações ocorrem passivamente, ” [...] cremos que o espaço, da mesma forma que a sociedade, influenciam as trajetórias. Ou seja, as trajetórias possuem uma dimensão socioespacial” (CIRQUEIRA, 2010, p. 43).

Reiterando sobre a categoria espaço, de acordo com Milton Santos trata-se de:

Um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento [...] O espaço por conseguinte é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, tem um papel na realização social (SANTOS, 1997, p. 26).

O conceito de espacialidade, dessa maneira, necessita ser evidenciado como um dado resultante das interações entre homem/mulher com o espaço, onde são designados os elementos subjetivos e imateriais do processo interativo. Cabe frisar que “[...] a espacialidade como linguagem do espaço, possui uma escala, uma dimensão temporal, uma função específica e uma localidade” (CIRQUEIRA, 2010, p. 31).

As inferências das questões sociais no espaço e vice-versa, representa a perspectiva do conceito de trajetórias socioespaciais abordado no trabalho. A história dos indivíduos e as experiências dentro de cada percurso, não são aleatórias, sequer resultantes do acaso, se encontram dentro de uma espacialidade e temporalidade.

Para uma melhor compreensão das trajetórias socioespaciais:

[...] deve se construir os estados sucessivos do campo dentro qual elas se desenrolam, os vários lugares e experiências pelas quais o indivíduo perpassa, unindo um ator social a outros cujas vivências se desenvolvem no mesmo campo e no mesmo conjunto de possibilidades (CIRQUEIRA, 2010, p. 44).

As implicações do ‘ser mulher’ são inúmeras, a identidade feminina é marcada por perfis pré-fabricados dotados de hierarquia de gênero e opressões variadas. Tecer considerações sobre desigualdades de gênero por vezes é uma tarefa desconfortável, além de ser visualizada como uma temática desnecessária, pode ser lida como radicalismos e misandria (desprezo e rejeição a figura masculina), uma concepção errônea haja vista que há, sobretudo, uma busca pela equidade, não uma mera sobreposição de gêneros.

Pesquisas como esta apontam privilégios e situações recorrentes na estrutura patriarcal, onde são questionadas e colocadas mudanças necessárias para uma sociedade mais equitativa. O avanço das perspectivas feministas e dos estudos sobre gênero tem resultado em mulheres que não se submetem mais a inúmeros condicionamentos machistas, pelo contrário, estas questionam e tentam construir relações mais equânimes.

De acordo com a revisão bibliográfica para a feitura deste trabalho:



Os atores sociais seguem trajetórias nas quais vão configurando suas relações com outros atores, a sua própria maneira de perceber a realidade e de vivê-la, construindo sua própria identidade e, muitas vezes, constituindo territórios e lugares. No entanto, alguns atores sociais são repelidos a territórios já demarcados para e por uma dita sociedade que, na realidade, reforça a exclusão, suprime as diferenças de classe, gênero e raça (SOUZA, 2007, p. 54).

A hierarquia social e econômica existente entre homens e mulheres e a sua reprodução no espaço científico, são frutos de inúmeros aspectos históricos de marginalização feminina da esfera pública, dentre os vários é notória a vinculação visual e imagética de cientistas como sendo algo apenas do sexo masculino, resultando na ausência histórica de representatividade feminina no campo das ciências. A partir dos ideários de invisibilidade e silenciamento que são construídos lugares pautados em perspectivas de gênero, é a partir disso que as mulheres tem suas faculdades intelectuais questionadas e colocadas em julgamento todo o tempo.

O relato abaixo das interlocutoras nos exemplifica a proposição supracitada:

*No meu curso de física entraram quarenta e cinco pessoas, eram cinco meninas e quarenta meninos. Na primeira aula de laboratório os meninos meio que já excluíam a gente por sermos meninas, não deixava a gente mexer nos equipamentos, não confiava nos cálculos que a gente fazia. Se o professor viesse, explicasse algo que ninguém entendesse, mas eu entendia, eu ia tentar explicar, mas eles não me ouviam. Havia sim um preconceito desde o início, só do meio da graduação para frente, quando já havia dado tempo de eu ter demonstrado que sabia, aí eu comecei a ter voz, então a partir disso eu era ouvida (Docente A, 2018).*

*Tive uma professora, com formação em Geologia, que comentava sobre suas idas a campo, que ela não tinha nenhuma ajuda dos colegas do curso, ela tinha que agir como um menino, além disso, havia uma concorrência muito grande, ela tinha que fazer alguma diferença para ser reconhecida num curso estritamente masculino (Docente C, 2018).*

A docente A retratou que durante suas trajetórias eram perceptíveis as indagações e questionamentos quanto a escolha do curso de Física, por se tratar de um curso na área das ciências exatas, onde há baixa representatividade feminina e a presença de mulheres era quase nula. As acadêmicas tinham que lidar com atitudes sexistas por parte de colegas de classe e professores em relação a possibilidade de conseguirem ou não atender as demandas do curso, pura e exclusivamente por serem mulheres e haver a ideia de que elas apresentam mais tato para outras áreas.

Uma das interlocutoras se apresentavam cientes dessa conjuntura enquanto a outra conseguiu realizar esse processo reflexivo somente enquanto revisitava

suas trajetórias, note as distinções nas duas falas:

*Cheguei a ter problemas com um professor meu, ele não deixava a gente falar então eu percebi que era meio que uma coisa contra as meninas. Ele não nos dava voz e quando a gente reclamava ele dizia que a gente tava de 'mimimi' [sendo exagerada] e dizia coisas do tipo "por isso que eu não gosto de mulher no laboratório" [...] (Docente A, 2018).*

*Eu nunca havia parado pra pensar sobre isso, que sendo uma área [Geologia e Paleontologia] com predominância de homens que também eram competentes, estes não nos dava espaço para a gente trabalhar da mesma forma (Docente C, 2018).*

Uma das interlocutoras retrata que havia pouquíssimas mulheres na graduação e as poucas presentes tiveram muita dificuldade em permanecer, gerando um intenso processo de evasão feminina, demonstrando sobretudo a hostilidade do ambiente acadêmico a figuras femininas que constantemente são repreendidas e psicologicamente induzidas a se retirarem, por acreditar que não podem cumprir as exigências acadêmicas:

*Da minha turma, das cinco meninas, só eu consegui terminar o curso. Muitas delas desistiram logo nos primeiros semestres, uma delas foi até mais além, porém não conseguiu concluir. Na UFT temos até bastantes meninas no curso de física, mas naquela época, naquele lugar era muito complicado (Docente A, 2018).*

De forma contrária, foram relatados casos de docentes que tiveram suas turmas de graduação com predominância feminina. Sendo importante citar que as docentes reconheciam estar fugindo a regra:

*Eu entrei na turma que era de 40 e acabou sendo 42 alunos, a turma em grande parte era feminina, então sim, a turma era em grande parte dominada por mulheres, porém a gente tinha uma boa relação com os meninos, assim como temos até hoje. Nesse caso a relação dos gêneros aconteceu de forma bem bacana eu não sei se era outro tipo de contexto, outras mentalidades, mas a gente percebia que o respeito mútuo dentro da sala era mantido (Docente F, 2018).*

*Como meu curso é turismo prioritariamente tem muita mulher e na minha realidade os homens que faziam parte em sua grande maioria eram homossexuais. O que já é o inverso do Curso de Economia que eu faço agora, onde a maioria é masculina. Eu também fiz geoprocessamento e na minha sala tinha apenas cinco mulheres no universo de 20 a 25 alunos então percebi que varia muito pela área, pelo Campo de estudo (Docente E, 2018).*

O relato da docente E evidencia uma perspectiva aferida no decorrer de seus

trajetos, expondo questões relacionadas ao sexismo em suas várias escalas, desde a forma mais acentuada até a mais sutil, levando em consideração que a mesma havia frequentado distintas espacialidades na academia.

Dessa forma, compreendemos que determinados campos de estudo carregam um maior peso em relação à intensa masculinização, enquanto outros são marcadas pela presença quase nula, uma concepção totalmente pautada nos papéis de gênero construídos historicamente e socialmente, onde há lugares destinados a atividade feminina e masculina.

Áreas intensamente masculinizadas em seus primórdios, se configuram em espaços que apresentam, até os dias de hoje, resquícios de um sistema androcêntrico e isso pode ser constatado a partir da inserção feminina no ramo das Ciências agrárias, principalmente no mercado de trabalho para médicas veterinárias e zootecnistas.

Docentes do colegiado de Zootecnia e Medicina Veterinária nos trazem relatos sobre seus trajetos:

*Em algumas entrevistas para a iniciativa privada passei por momentos de desconforto onde os entrevistadores deixavam bem claro que o emprego ali era para homens, e a conversa realmente não foi muito agradável, pois, eu disse que minha capacidade de gerenciar uma fábrica de ração era igual ou maior do que muitos homens e que eu não via o porquê daquele preconceito conosco. O resultado? Contrataram homens e eu tive que continuar minha caminhada [...] (Docente H, 2018).*

*A Medicina veterinária é uma profissão que exige muito esforço físico, por exemplo, ter que conter um animal. Essa questão para mulher torna-se muito complicado, uma veterinária que trabalha com bovinos, o tratador olha pra você e diz que você não vai conseguir, fica com aquele olhar: 'é mulher? não vai dar conta!' é uma profissão que ainda é muito masculina dependendo da vertente (Docente J, 2018).*

São as identidades de gênero que perpetuam as subdivisões daquilo que é pertinente ao universo masculino e feminino, inferindo que tudo pertencente ao universo das mulheres resulta numa noção de incapacidade e inabilidade, logo somos inseridas desde a infância num contexto distinto dos meninos, não sendo instigadas para áreas tais como ciências exatas, agrárias, construção civil, dentre tantas outras.

De acordo com Mary Drumont, em suas pesquisas sobre elementos para uma análise do machismo:

*O machismo enquanto sistema ideológico oferece modelos de identidade tanto para o elemento masculino como para o elemento feminino. Ele é aceito por todos e mediado pela liderança masculina. Ou seja, é através deste modelo normalizante que homem e mulher "tornam-se" homem e mulher, e é também através dele, que se ocultam partes essenciais das relações entre os sexos, invalidando-se*

*todos os outros modos de interpretação das situações [...] Desde criança o menino e a menina entram em determinadas relações, que independem de suas vontades, e que formam suas consciências: por exemplo, o sentimento de superioridade do garoto pelo simples fato de ser macho e em contraposição o de inferioridade da menina [...] em termos de trabalho a menina é geralmente conduzida para as atividades que não produzem dinheiro, enquanto que o garoto é necessariamente orientado para uma profissionalização (DRUMONT, 1980, p. 81).*

A partir das oralidades das docentes tornou-se evidente as inúmeras situações de machismo sofridas ou presenciadas pelas mesmas no contexto acadêmico-científico. São inúmeros os questionamentos quanto à capacidade cognitiva, intencionalidade profissional, contexto familiar, cuidados com a família, filhos e dedicação ao trabalho que, sem dúvidas, não deixam alternativas que não seja reagir e resistir perante uma estrutura que mitiga a figura feminina.

Uma das interlocutoras quando foi questionada sobre os empecilhos encontrados em seus trajetos e como fez para contorná-los, declarou: “A gente tem que ser forte, não tem outra opção” (Docente B, 2018), apontando o quão forte devem se tornar durante as trajetórias na academia e fora dela.

Segue mais algumas situações de machismo vivenciadas pelas interlocutoras no contexto acadêmico:

*Na hora da escolha de equipe de locais de trabalho no estágio eu já presenciei um preceptor que foi escolhendo primeiramente todos os homens, depois que escolheu as meninas, a gente via claramente a preferência [...] Existem locais que só aceitam homens para estágio e eles deixam bem claro que aceitam apenas homens, e isso acontece até hoje (Docente L, 2018).*

*Eu passei por uma situação muito chata, não foram só uma, foram várias, com um colaborador no meu pós-doutorado. Quando eu comecei a fazer o pós-doutorado eu comecei a trabalhar com esse colaborador, ele era professor na universidade e o tempo todo ele fazia comentários machistas comigo na frente de outras pessoas, eu não sabia muito bem como responder por que ele era meu colaborador e eu não queria que ficasse um clima esquisito, porém eu achava comportamento dele muito machista e até mesmo infantil (Docente M, 2018).*

*Quando eu via minha orientadora indo para o campo às sete da manhã e retornando às 18 eu pensava no quanto ela era competente, sem falar que ela tinha outras obrigações, era casada, tinha filhos, às vezes precisava se deslocar para outra cidade e ficar vários dias fora de casa, são outras atribuições realizadas por mulheres que muitas das vezes não são desenvolvidas pelo homem, além do trabalho fora de casa, tem o trabalho interno (Docente D, 2018).*

Situações de assédio moral ou mesmo sexual se dispõem nos trajetos relatados. Reduzidas ao aspecto físico e emocional, em detrimento do intelectual, assediadas no ambiente do trabalho por parte de colegas e tendo inclusive que repensar as roupas que utiliza enquanto leciona. Nesse contexto, uma das interlocutoras retrata que:

*Antes do meu momento da palestra eu estava com umas folhas olhando o que tinha nos slides que eu ia palestrar porque eu estava nervosa, então ele (professor colaborador do pós-doutorado) chegou próximo de mim, perguntou o que estava acontecendo, eu disse que estava nervosa, ele me disse para não ficar nervosa porque se qualquer coisa acontecesse eu só precisava tirar a roupa lá na frente de todos que as coisas se resolviam, na hora eu fiquei sem reação, me deu vontade de chorar e ele estava ali me olhando com um sorrisinho irônico querendo me dizer que ele não precisou fazer nada disso para chegar onde ele chegou (Docente A, 2018).*

*Na verdade, o meu grupo do mestrado, eles eram bem predadores, talvez eu nunca tenha passado por alguma situação assim porque eu nunca chamei muita a atenção dos meninos. Mas já presenciei isso acontecendo com duas professoras, eles simplesmente usavam do artifício de trabalhar com física para dar cantadas, isso era muito chato, porque teve ocasiões que eu já vi eles comentando na minha frente sobre o corpo delas (Docente K, 2018).*

Quando se trata das implicações no âmbito da maternidade e da vida conjugal temos o surgimento de outras configurações. Saber conciliar o convívio no âmbito científico, as cobranças advindas da profissão professora, sobretudo pesquisadora e as jornadas que deixaram de ser duplas e tornaram-se quádruplas.

No que tange as cobranças quanto ao ser mulher, ser mãe, ser esposa e as demais expectativas sociais pertinentes ao gênero, podemos estabelecer alguns diálogos a partir dos relatos:

*[...] eu vejo é que a mulher sofre muito com isso ainda, você pode ser uma cientista de ponta ter vários trabalhos, porém sua vida pessoal, a vida pessoal da mulher tem quase que ser deixada de lado, bem difícil conciliar [...] Então a mulher tem essa questão quanto à vida pessoal, de ser esposa, de ter filhos, ela tem que adaptar a sua vida ao do companheiro e não o companheiro a dela, é o que dá pra entender nas entrelinhas [...] (Docente K, 2018).*

*[...] a gente não deixava de ouvir piadinhas do tipo “porque não vai cuidar dos seus filhos”, “porque não deixa essa vida de tá estudando aqui, isso aqui é para quem é jovem!”. Isso é desanimador, nós tínhamos um professor de matemática básica I, com discurso bastante machista ele não desistia de falar que não tínhamos competência para ensinar matemática [...] (Docente J, 2018).*

*Eu terminei a graduação grávida da minha primeira filha, fiz a especialização grávida do meu segundo filho e dei aula na UNITINS, eu já estava grávida do meu terceiro [...] então eu sempre dava aula, viajando, e grávida, é uma dificuldade muito grande, quando eu penso atrás no que eu fiz, eu nem sei se eu daria conta de repetir [...]’ (Docente I, 2018).*

Ainda que as lutas pelo desconfinamento da mulher a esfera doméstica tenha gerado avanços consideráveis e aos poucos o público feminino esteja adentrando espaços estritamente masculinizados, é importante ressaltar que no imaginário da sociedade ainda prevalece a figura feminina como sendo a responsável pela conciliação das duas funções no exercício do trabalho remunerado e não-remunerado (atividades domésticas), ou seja, até que ponto a mulher tem alcançado sua liberdade? Nesse caso, nota-se apenas um acréscimo de mais responsabilidades e o fomento a jornadas exaustivas em detrimento de privilégios masculinos.

### **Considerações finais**

A ressignificação de papéis estruturalmente masculinos na ciência e na academia tem gerado um avanço no que tange o rompimento das identidades de gênero, bem como uma eficaz inserção das mulheres na esfera pública, ou seja, em espaços anteriormente negados. Esse processo é fruto de intensa luta de mulheres em movimento que se viram abraçadas pelas possibilidades de ir além do que foi disposto, proposto e imposto.

Compreendemos que os avanços são necessários a mesma maneira que também entendemos os resquícios de uma sociedade historicamente sexista que não se modifica celeremente.

As mulheres ao percorrerem diferentes trajetórias e espaços, têm caminhos sinuosos que acreditamos aos poucos estarem sendo abertos por cada figura feminina insurgente que avança. O entendimento das trajetórias socioespaciais de mulheres docentes e pesquisadoras na universidade nos aponta isso, nos demonstra que as precursoras das docentes muito sofreram e por vezes precisaram gerir suas feminilidades para se encaixar no espaço acadêmico, algo que as interlocutoras da pesquisa as suas maneiras também fizeram.

A aferição dos trajetos, somada às oralidades, proporcionou uma melhor dimensão das desigualdades de gênero estabelecidas no âmbito científico e de como cada docente, segundo sua área de atuação, enfrenta aspectos peculiares e específicos no cumprimento de suas atividades.

As espacialidades de cada interlocutora, cientes ou não desse processo, tiveram as condicionantes do gênero, do sexismo e do machismo presentes. Ainda que na condição de docentes pesquisadoras, lotadas em uma instituição pública de ensino superior, elas ainda precisam dispor de mecanismos para lidar com fatores tais.

### Referências

- ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. **O que é FEMINISMO**. São Paulo: Editora Abril cultural: Brasiliense, 1985.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria [manuscrito]:** a questão étnico-racial na obra e trajetória de Milton Santos. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFG, Goiânia – GO.
- COLLING, Ana Maria. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Orgs.). **Gênero e cultura**. Questões contemporâneas. Porto Alegre: Edipucrs, 2004, p. 173 – 198.
- DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 81 - 85, 1980.
- GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis; PITTON, Sandra Elisa Contri; ORTIGOZA, Silvia Apareci da Guarnieri. Leitura do espaço Geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território in: Universidade Estadual Paulista/PROGRAD. **Caderno de formação de Professores**, Bloco 02 - Didática dos Conteúdos, volume 9. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 33-40.
- LOPES, Luciane Gomes. Gênero como Categoria Condicionante de Delimitações Espaciais: Uma Análise da Trajetória Feminina na Pós-Graduação e Produção do Conhecimento. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 6, p. 154 - 168, 2015.
- LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- OKIN, Susan. Gênero: O Público e O Privado. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 305 - 332, 2008.
- RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSOA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.
- REIS, Máira Lopes. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço & Cultura**, v. 38, p. 11 - 24, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, Fabiane Ferreira da. **Corpos femininos superfície de inscrição de discursos: mídia, beleza, saúde sexual e reprodutiva, educação escolarizada...**2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, UFRGS, Porto Alegre – RS.

SILVA, J. M; CHIMIN JR, A. B.; PARACETTA FILHO, E.; ROSSI, Rodrigo. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico**, v. 3, p. 38 - 62, 2009.

SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas**. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa /PR: Todapalavra, 2009.

SOUZA, Lorena Francisco de. **Corpos Negros Femininos em Movimento: Trajetórias Socioespaciais de Professoras Negras em Escolas Públicas**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFG, Goiânia – GO.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. **Gerência de Desenvolvimento Humano**. UFT/Campus Araguaína – TO, 2017.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. A perspectiva feminista na Geografia brasileira. In: Silva, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 300 – 313.

Recebido em 14 de outubro de 2019.

Aceito em 29 de maio de 2020.

Raquel Almeida Mendes, Kenia Gonçalves Costa





Revista  
Latino-americana de

**Geografia e  
Gênero**

Volume 11, número 1 (2020)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## ¿Qué Lleva a las Parejas del Mismo Sexo a Salir del Closet? Un Análisis Econométrico de la Expresión de la Conyugalidad Homosexual en el Censo Brasileño del 2010

*O que Leva os Casais do Mesmo Sexo a Sair do  
Armário? Uma Análise Econométrica da Expressão da  
Conjugalidade Homossexual no Censo Brasileiro de  
2010*

*What Makes Same-Sex Couples Come out of the  
Closet? An Econometric Analysis of the Expression of  
Homosexual Conjugality in the 2010 Brazilian Census*

**Pedro de Souza Ferreira**  
Universidade Bocconi - Itália  
pedro.desouza@studbocconi.it

Como citar este artigo:

FERREIRA, Pedro de Souza. ¿Qué Lleva a las Parejas del Mismo Sexo a Salir del Closet? Un Análisis Econométrico de la Expresión de la Conyugalidad Homosexual en el Censo Brasileño del 2010. **Revista Latino Americana de Geografía e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 172 - 198, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:  
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# ¿Qué Lleva a las Parejas del Mismo Sexo a Salir del Closet? Un Análisis Econométrico de la Expresión de la Conyugalidad Homosexual en el Censo Brasileño del 2010

*O que Leva os Casais do Mesmo Sexo a Sair do Armário?  
Uma Análise Econométrica da Expressão da Conyugalidade Homossexual no  
Censo Brasileiro de 2010*

*What Makes Same-Sex Couples Come out of the Closet? An Econometric  
Analysis of the Expression of Homosexual Conyugality in the 2010 Brazilian  
Census*

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo investigar cuáles estadísticas de los municipios brasileños están asociadas a un nivel más grande de personas que declararon vivir con un compañero del mismo sexo en 2010. Utilizando una metodología econométrica y datos del Censo demográfico de 2010, primera encuesta oficial que levanta estadísticas universales sobre la población homosexual de Brasil, la investigación mensuró la importancia de cada una de las variables levantadas, individualmente y en conjunto. El trabajo encontró evidencias que sugieren que la televisión, el tamaño de la población, la urbanización, la incidencia de SIDA, la existencia de personas divorciadas y de mujeres responsables por domicilios tuvieron impactos positivos sobre la expresión de la conyugalidad homosexual en las ciudades brasileñas. En cambio, la religión tuvo resultados ambivalentes.

Palabras-Clave: Conyugalidad Homosexual; Homosexualidad en Brasil; Demografía; Econometría; Censo Demográfico Brasileño del 2010.

## Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar quais estatísticas dos municípios brasileiros estão associadas a níveis mais altos de pessoas que declararam viver com um companheiro do mesmo sexo em 2010. Utilizando uma metodologia econométrica e dados do Censo demográfico de 2010, primeira pesquisa oficial a levantar estatísticas universais sobre a população homossexual do Brasil, a pesquisa mensurou a importância de cada uma das variáveis levantadas, individualmente e em conjunto. O trabalho encontrou evidências que sugerem que a televisão, o tamanho da população, a urbanização, a incidência de AIDS, a existência de pessoas divorciadas e de mulheres responsáveis por domicílios tiveram impactos positivos sobre a expressão da conyugalidade homossexual nas cidades brasileiras. Por outro lado, a religião teve resultados ambivalentes.

Palavras-Chave: Conyugalidade Homossexual; Homossexualidade no Brasil; Demografia; Econometria; Censo Demográfico Brasileiro de 2010.

## Abstract

The article aims to investigate which statistics of Brazilian municipalities are associated with higher levels of people who declared to live with a partner of the same sex in 2010. Using an econometric methodology and data from the 2010 Brazilian demographic Census, the first

official survey to universally collect statistics on the homosexual population in Brazil, the research measured the importance of each variable considered, both individually and collectively. The research found evidences suggesting that television, population size, urbanization, the incidence of AIDS, the existence of divorced persons and of women responsible for homes had positive impacts on the expression of homosexual conjugality in Brazilian cities. In contrast, religion had ambivalent results.

Keywords: Homosexual Conjugality; Homosexuality in Brazil; Demographics; Econometrics; 2010 Brazilian Demographic Census.

### **Introducción**

En 2010, por primera vez en la historia de Brasil, el Instituto Nacional de Geografía y Estadísticas (IBGE), órgano público responsable de realizar los censos nacionales cada diez años, incorporó en su encuesta la existencia de personas que declararon residir con una pareja del mismo sexo. Aunque el instituto ya hubiera conducido una investigación más restricta geográficamente cuestionando las diferentes composiciones familiares en 2007, el Censo de 2010, por su amplitud y por involucrar todos los municipios del país, tuvo un alcance y eco más grande. Asimismo, hay que subrayar que el país todavía no había reconocido el matrimonio entre personas del mismo sexo – lo que solo vendría a suceder tres años más tarde con una decisión de la Suprema Corte. Sin embargo, eso no obstaculizó que el IBGE reconociera a los “cónyuges o compañeros del mismo sexo” (nomenclatura empleada en la encuesta) como una de las formas válidas de composición familiar a ser contada (DALCIO, 2012).

El instituto logró identificar 60,035 personas que declararon compartir un domicilio particular con una pareja del mismo sexo en 2010, lo que significaba cerca del 0.0315% de la población nacional. No obstante, esta cifra no revela el tamaño de la población homosexual en Brasil. Más allá del hecho de que ni todas las personas homosexuales viven con sus parejas, el IBGE emplea en sus encuestas una metodología de autodeterminación que lleva en consideración sólo lo que le es declarado. Así, para que el instituto considere a una pareja encuestada como pareja del mismo sexo, se hace necesario que ella se declare como tal. Por ende, la cifra encontrada indica sólo la frecuencia de personas que lo declararon para los encuestadores del gobierno, o, en otras palabras, la cifra indica cuántas parejas homosexuales que vivían juntas salieron del closet para las autoridades brasileñas en el 2010 (DALCIO, 2012).

Sin embargo, los datos encontrados no son homogéneos y tampoco varían conforme a la población de cada ciudad. El presente artículo se propone cuestionar en qué medida el ambiente en que las parejas están inseridas es capaz de explicar por qué en algunas ciudades hay, proporcionalmente, más parejas del mismo sexo que declararon vivir juntas que en otras. Es decir, ¿qué lleva a los cónyuges del mismo sexo a salir del closet en Brasil? Para contestar la pregunta, el estudio se valió de los datos demográficos del Censo de 2010 disponibles en el Sistema IBGE de Recuperación Automática (SIDRA, Sistema IBGE de Recuperação Automática, en portugués) y, a partir de un levantamiento bibliográfico previo, condujo un análisis econométrico para

evaluar qué factores tuvieron una capacidad explicativa más significativa del fenómeno y en qué sentido (positivo o negativo).

### **La Historia Reciente de la Conyugalidad Homosexual en Brasil**

La conyugalidad homosexual plantea retos e impases que extrapolan cuestiones identitarias individuales y tocan comprensiones de modelos de composición familiar que reflejan valores y fenómenos en diversas dimensiones. Esta revisión bibliográfica busca analizar qué factores se relacionan con la regulación, el reconocimiento y la expresión de la conyugalidad homosexual en la historia reciente de Brasil.

Luiz Mello (2005) se dedica a observar las reacciones de parlamentarios y de sectores de la sociedad civil al Proyecto de Ley n.º 1151/95 (PL 1151/95), sometido en 1995 por la diputada Marta Suplicy, visando la reglamentación de la unión civil entre parejas del mismo sexo. Para el autor, el año de 1995 es el punto de inicio de la generalización de los debates alrededor del reconocimiento social y jurídico de la conyugalidad homosexual en el seno de la sociedad brasileña.

Mello (2005) subraya dos esferas retóricas de tensión. Aunque los defensores del proyecto tuvieran el cuidado de no referirse a él como si fuera una propuesta de reglamentar el matrimonio entre parejas del mismo sexo, lo que, según la interpretación de la época, era inconstitucional, los opositores se apoyaron en representaciones religiosas y familiares para combatir el proyecto de ley. Por un lado, si bien reconocieron el derecho de mantener relaciones afectivo-sexuales con personas del mismo sexo y si bien no exigieron la prohibición de la homosexualidad, los sectores religiosos cristianos no estaban dispuestos a flexibilizar sus concepciones de matrimonio al punto de permitir que el Estado extendiera algunas protecciones típicas de la conyugalidad heterosexual a las parejas del mismo sexo, que, según ellos, continuaba siendo una manifestación pecaminosa e inmoral que no debería ser estimulada o protegida (MELLO, 2005)<sup>1</sup>.

Por otro lado, había también un miedo de que este tipo de concesión pudiera agravar aún más la fragilización que el modelo universal de familia enfrentaba dentro de su misma lógica heterosexual. Las luchas por el derecho al divorcio y los conflictos por el reconocimiento de las familias monoparentales e interraciales en Brasil ya ponían en duda el modelo heteronormativo tradicional y se temía que la aprobación del Proyecto 1151/95 pudiera empeorar la ‘crisis de la familia’ (MELLO, 2005). Sin embargo, hay que considerar que este miedo estuvo más restringido a sectores cristianos y que la relación de otras denominaciones religiosas con la conyugalidad homosexual suelen ser distintas. En un capítulo de su libro, analizando la relación que muchos autores habían identificado entre homosexualidad masculina y religiones de matriz africana, Peter Fry (1982) señala una incidencia significativa de líderes religiosos “afeminados” o declaradamente

---

<sup>1</sup> La fórmula “una cosa es amar el pecador, otra cosa es aceptar el pecado” (ARQUIDIÓCESIS DE RIO DE JANEIRO, 2013) ilustra el posicionamiento de sectores católicos, que, aunque pretendan aceptar los homosexuales, rechazan la homosexualidad en calidad de pecado.

homosexuales en el seno de religiones de origen africano, especialmente en las regiones Norte y Nordeste de Brasil. A partir de su levantamiento bibliográfico, el autor ofrece dos interpretaciones. Por un lado, las religiones de origen africano serían más permisivas frente a la homosexualidad porque los roles de liderazgo religiosos son frecuentemente ejercidos por mujeres y, así, serían más favorables a la expresión de feminidad en los homosexuales, a través de la posesión de espíritus femeninos. Por otro lado, los gais, como categoría social marginalizada, se valdrían de estos espacios para ganar una posición más elevada (FRY, 1982). Además, analizando el caso de la ciudad de Belém, el autor observa que, si para la clase media urbana la homosexualidad era vista como patología o desvío, para los practicantes de religiones de matriz africana, ella era comprendida como un hecho de la vida particular, que la religión no podía juzgar (FRY, 1982).

Uziel *et al.* (2006), por su parte, analizan las reacciones de los movimientos LGBTI a la propuesta. Los autores subrayan las críticas que algunos militantes hicieron contra el proyecto de ley, diciendo que el reconocimiento de la conyugalidad homosexual en el PL 1151/51 habría quedado restringido a asuntos patrimoniales, ignorando cuestiones relacionadas a la filiación. En efecto, el proyecto inicial fue rápidamente adaptado en función de alejarlo de la idea de matrimonio y acercarlo a la noción jurídica de sociedad, una estrategia que visaba contornear la oposición en el poder legislativo y lograr su aprobación. Así, fue excluido del proyecto cualquier posibilidad de interpretación que permitiera que la ley fuera aplicada de conforme a extender a la conyugalidad homosexual la categoría de familia – la adopción y la crianza de niños por parejas del mismo sexo, por ejemplo, eran expresamente prohibidas en la propuesta-. Por ende, el proyecto se quedaba restringido a asuntos materiales y, por eso, algunos militantes lo acusaban de ser excesivamente ‘elitista’. Sin embargo, muchos reconocían que la propuesta significaba un avance, aunque fuera extremadamente limitado (UZIEL *et al.*, 2006).

Miriam Pillar Grossi (2003) se dedica a identificar los orígenes contemporáneos de la emergencia (o de la ‘salida del closet’) de la conyugalidad homosexual en el caso de Brasil. La autora retoma producciones anteriores que destacan el impacto que tuvo el SIDA sobre la comunidad gay, impulsando la conyugalidad monogámica como instrumento de protección a la contaminación y de reducción de estigmatización (GROSSI, 2003). En verdad, la epidemia del SIDA tuvo un impacto radical en la trayectoria de reconocimiento de prácticas no heteronormativas, como apunta Richard Miskolci (2007), siendo responsable de la desradicalización del movimiento queer que emergía en los años 1970. Desde fines del siglo XIX, la homosexualidad movilizó mecanismos legales y psiquiátricos hacia la ampliación del control sobre esta práctica sexual, considerada como desviante y como amenaza a la reproducción biológica y, de forma general, a un sistema de valores que sustentaba un orden social específico. El proceso de criminalización y patologización de las relaciones sexuales entre personas del mismo sexo atravesó la vuelta del siglo y se mantuvo por casi toda la primera mitad del siglo XX. El punto de viraje fue el episodio de Stonewall en 1969, que inauguró un proceso progresivo de organización y expansión de movimientos sociales que defendían la des-criminalización y